

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



RECEBENDO
E VISITANDO
ESTADISTAS
VOLUME IV-1982

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



RECEBENDO
E VISITANDO
ESTADISTAS
VOLUME IV - 1982

APRESENTAÇÃO

Esta Publicação constitui o 4º volume da Série «Recebendo e Visitando Estadistas», na qual são editados, pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, os pronunciamentos dos Chefes-de-Estado estrangeiros em visita ao Brasil e do Presidente João Figueiredo nas mesmas ocasiões e por ocasião de suas visitas oficiais ao Exterior.

Complementarmente, anexam-se as Declarações Conjuntas ou Comunicados assinados nos mesmos eventos.

O presente volume, referente a 1982, contém:

1. Os pronunciamentos do Presidente João Figueiredo quando da visita oficial que realizou aos Estados Unidos da América do Norte, à Organização das Nações Unidas e ao Canadá e das visitas que recebeu em Brasília do Presidente da República do Equador, Osvaldo Hurtado Larrera, do Presidente da República Federal da Alemanha, Karl Carstens, do Primeiro-Ministro do Japão Zenko Suzuki, do Presidente da República Popular do Congo, Denis Sassou Nguesso, do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird, do Presidente da República Cooperativa da Guiana, Linden Burhnam, do Presidente dos Estados Unidos da Améri-

— II —

ca do Norte, Ronald Reagan, no encontro em Foz do Iguaçu com o Presidente do Paraguai Alfredo Stroessner.

2. Os pronunciamentos do Presidente dos Estados Unidos e do Primeiro-Ministro do Canadá bem como de outras personalidades por ocasião das visitas do Presidente Figueiredo àqueles países e ainda os pronunciamentos das personalidades acima referidas, quando das respectivas visitas ao Brasil.

3. Os Comunicados ou Declarações Conjuntas assinadas nestes eventos.

Brasília, novembro de 1983.

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Págs.

1.	Visita ao Brasil do Presidente da República do Equador, Senhor Osvaldo Hurtado Larrea.	
08 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO EQUADOR, SENHOR OSVALDO HURTADO LARREA/BRASÍLIA-DF .	3
08 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DO EQUADOR, SENHOR OSVALDO HURTADO LARREA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	9
09 DE FEVEREIRO	IMPROVISO AO RECEBER EMPRESÁRIOS EQUATORIANOS/BRASÍLIA-DF ...	15
09 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO EQUADOR, SENHOR OSVALDO HURTADO LARREA/BRASÍLIA-DF	17

— Declaração Conjunta Brasil-Equador.

2. Visita ao Brasil do Presidente da República Federal
da Alemanha Senhor Karl Carstens.

05 DE ABRIL DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚ-
BLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SE-
NHOR KARL CARSTENS/BRASÍLIA-DF 41

05 DE ABRIL DISCURSO DO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
SENHOR KARL CARSTENS, POR OCA-
SIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERE-
CIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FI-
GUEIREDO/BRASÍLIA-DF 45

06 DE ABRIL DISCURSO DO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
SENHOR KARL CARSTENS, POR OCA-
SIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRE-
SIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍ-
LIA-DF 53

06 DE ABRIL DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR KARL CARSTENS/BRA-
SÍLIA-DF 57

06 DE ABRIL DISCURSO DO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
SENHOR KARL CARSTENS, POR OCA-
SIÃO DA SESSÃO CONJUNTA DO SENA-
DO FEDERAL E DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS/BRASÍLIA-DF 59

— Nota à Imprensa Brasil-República Federal da Alema-
nhia.

3. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo aos Estados Unidos da América do Norte.

12 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN, AO RECEBER O PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/WASHINGTON-USA	69
12 DE MAIO	DISCURSO AO SER RECEBIDO PELO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN/WASHINGTON-USA	73
12 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/WASHINGTON-USA	77
12 DE MAIO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN/WASHINGTON-USA	81

4. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão Senhor Zenko Suzuki.

14 DE JUNHO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DO JAPÃO, SENHOR ZENKO SUZUKI/BRASÍLIA-DF	87
14 DE JUNHO	DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DO JAPÃO, SENHOR ZENKO SUZUKI, POR	

— VI —

	Págs.
OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	91
— Comunicado Conjunto Brasil-Japão.	
5. Visita ao Brasil do Presidente da República Popular do Congo, Senhor Denis Sassou Nguesso.	
06 DE JULHO DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚ- BLICA POPULAR DO CONGO, SENHOR DENIS SASSOU NGUESSO/BRASÍLIA-DF	107
06 DE JULHO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DO CONGO, SE- NHOR DENIS SASSOU NGUESSO, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	113
— Comunicado Conjunto Brasil-Congo.	
6. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo ao Ca- nadá.	
18 DE JULHO DISCURSO AO DESEMBARCAR NO CA- NADÁ/OTTAWA-CANADÁ	125
18 DE JULHO DISCURSO DO GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ, SENHOR EDWARD SCHREYER AO RECEBER O PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/OTTAWA-CANADÁ	127
19 DE JULHO DISCURSO DO GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ, SENHOR EDWARD SCHREYER, DURANTE O BANQUETE EM HONRA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/OTTAWA-CANADÁ	129

— VII —

Págs.

19 DE JULHO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ, SENHOR EDWARD SCHREYER/OTTAWA-CANADÁ	133
20 DE JULHO	DISCURSO DO SENHOR DAVID CULVER, PRESIDENTE DA COMPANHIA ALCAN ALUMINIUM LIMITED DURANTE O ALMOÇO OFERECIDO PELA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ EM HONRA A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR JOÃO FIGUEIREDO/OTTAWA-CANADÁ	137
20 DE JULHO	DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO PIERRE TRUDEAU NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS/OTTAWA-CANADÁ	141
20 DE JULHO	IMPROVISO NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS, ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DO CANADÁ/OTTAWA-CANADÁ	143
7. Visita do Primeiro-Ministro de Antigua e Barbuda, Senhor Vere Cornwall Bird.		
17 DE AGOSTO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DE ANTÍGUA E BARBUDA, SENHOR VERE CORNWALL BIRD/BRASÍLIA-DF .	147
17 DE AGOSTO	DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DE ANTÍGUA E BARBUDA, SENHOR VERE CORNWALL BIRD, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/ BRASÍLIA-DF	149

— Comunicado à Imprensa.

— VIII —

Págs.

8. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo aos Estados Unidos da América do Norte.

27 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA TRIGÉSIMA-SÉTIMA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU/NOVA IORQUE-EUA	159
27 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, SENHOR JAVIER PÉREZ DE CUÉLLAR/NOVA IORQUE-EUA	177
27 DE SETEMBRO	DISCURSO NA SESSÃO SOLENE DO GRUPO LATINO-AMERICANO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/NOVA IORQUE-EUA.....	181
9. Visita ao Brasil do Presidente da República Cooperativa da Guiana Senhor Linden Burhnam.		
04 DE OUTUBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA, SENHOR LINDEN F. BURHNAM/BRASÍLIA-DF	187
04 DE OUTUBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA, SENHOR LINDEN F. BURHNAM, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	191
05 DE OUTUBRO	IMPROVISO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA, SENHOR LINDEN F. BURHNAM/BRASÍLIA-DF	199
— Declaração Conjunta Brasil-República Cooperativa da Guiana.		

— IX —

Pág.

10. Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai Senhor Alfredo Stroessner.
- 05 DE NOVEMBRO IMPROVISO DURANTE O ALMOÇO POR OCASIÃO DA ABERTURA DAS COMPORTAS DA BARRAGEM PRINCIPAL DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPÚ/FOZ DO IGUAÇU-PR..... 239
- 05 DE NOVEMBRO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, SENHOR ALFREDO STROESSNER, DURANTE O ALMOÇO POR OCASIÃO DA ABERTURA DAS COMPORTAS DA BARRAGEM PRINCIPAL DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPÚ/FOZ DO IGUAÇU-PR..... 241
- 05 DE NOVEMBRO DISCURSO POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO PARAGUAI, SENHOR ALFREDO STROESSNER, PARA A ABERTURA DAS COMPORTAS DE ITAIPÚ/FOZ DO IGUAÇU-PR 243
- 05 DE NOVEMBRO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, SENHOR ALFREDO STROESSNER, POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO PARA A ABERTURA DAS COMPORTAS DE ITAIPÚ/FOZ DO IGUAÇU-PR 249
11. Visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Senhor Ronald Reagan.
- 30 DE NOVEMBRO DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN, AO DESEMBARCAR NO BRASIL/BRASÍLIA-DF 259

— X —

	Págs.
30 DE NOVEMBRO DISCURSO POR OCASIÃO DA CHEGADA AO BRASIL, DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN/BRASÍLIA-DF	261
01 DE DEZEMBRO DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN/BRASÍLIA-DF	265
01 DE DEZEMBRO DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	271
02 DE DEZEMBRO DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN, DURANTE ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA/SÃO PAULO-SP.....	281
03 DE DEZEMBRO DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, SENHOR RONALD REAGAN, AO DEIXAR O BRASIL/BRASÍLIA-DF...	293

**1. Visita ao Brasil do Presidente da República do Equador,
Senhor Osvaldo Hurtado Larrea.**

08 a 09 de fevereiro de 1982.

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discurso do Presidente do Equador Osvaldo Larrea
- Declaração Conjunta Brasil—Equador

08 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DO EQUADOR, SENHOR OS-
VALDO HURTADO LARREA

Excelentíssimo Senhor Presidente da
República do Equador,
Osvaldo Hurtado Larrea:

Cabe-me a honra de receber a primeira visita de um Chefe-de-Estado equatoriano ao Brasil. Estou seguro de que Vossa Excelência e a Senhora de Hurtado, assim como a ilustre comitiva que o acompanha, testemunharão o afeto dos brasileiros pelo Equador e pelo seu nobre povo.

A presença de Vossa Excelência no Brasil tem o mais alto significado para as relações entre nossos países e cria oportunidade para o aprofundamento de um diálogo aberto, franco e cordial, próprio de nações irmadas pela História e empenhadas na luta pelos mesmos ideais de desenvolvimento e de convivência pacífica.

O quadro das relações internacionais preocupa os povos que almejam construir um ordenamento consentâneo com a realização dos legítimos anseios de liberdade e desenvolvimento da Humanidade.

O agravamento das tensões internacionais e o reacender das rivalidades entre blocos tendem a reavivar visões maniqueistas, alinhamentos rígidos e manifestações, que se supunham superadas, do uso do poder. Essas tensões se estendem e vão repercutir na vida de cada região, alterando-lhe o curso e ferindo, com freqüência, princípios elementares da convivência internacional, entre os quais o da igualdade soberana entre os Estados e o da autodeterminação dos povos.

O clima de confrontação tem relegado a segundo plano os esforços para exame e solução dos problemas mais prementes da Humanidade: o subdesenvolvimento e a urgência de se criar ordem econômica estável e justa.

Preocupa-nos, neste quadro, a lenta e difícil evolução do diálogo Norte-Sul, bem como a lentidão das negociações em curso na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, onde se desenvolvem, entre países industrializados e em desenvolvimento, sérios esforços para regular o uso dos espaços marinhos.

Não está a América Latina imune às tensões que assinalam o momento internacional. Latino-americanos, cabe-nos insistir na busca de soluções políticas de cunho democrático, na linha de nossas melhores tradições históricas e culturais e com respeito aos princípios da boa-convivência internacional, cedo proclamados em nosso Continente.

Desde o fim da Segunda Grande Guerra, é no ano de 1981 que se assinala a mais grave crise econômica da América Latina, assolada pelas baixas constantes dos preços de suas matérias-primas de exportação, pelas elevadas taxas de juros no mercado internacional, pelas barreiras impostas ao ingresso de seus produtos em mercados tradicionais, e ainda pelo exagerado aumento dos preços dos bens de capital, tão necessários ao equipa-

mento do seu parque produtivo. Em consequência, nossas economias registram taxas de crescimento modestíssimas, imcompatíveis com a necessidade de acelerar o nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente,

É nessa conjuntura difícil, mas estimulante para a busca de novos caminhos, que a visita de Vossa Excelênciavem estreitar laços entre o Brasil e o Equador, países irmanados pelos seus anseios e princípios e por dificuldades semelhantes na promoção de seus projetos nacionais.

Herdeiro de brilhante tradição cultural, o Equador é exemplo do que a vontade latino-americana, inspirada em Bolívar e Sucre, pode fazer no sentido de transformação das estruturas políticas, sociais e econômicas de uma nação.

Revitalizado pela energia de seu povo e pela capacidade de seus líderes, de que Vossa Excelênciá é insigne representante, o Equador se tem revelado um parceiro dinâmico, com quem o Brasil estreita os laços da mais fraterna amizade e cooperação.

Numerosas iniciativas conjuntas fortalecem a expectativa de uma aproximação ainda maior entre nossos países. O número de empresários que acompanham Vossa Excelênciá é indício expressivo das potencialidades do intercâmbio bilateral.

A transferência de tecnologia latino-americana para obras de infra-estrutura e a cooperação institucional na capacitação e treinamento de pessoal são campos que se apresentam promissores em futuro imediato, reforçando o panorama de cooperação horizontal, que está a merecer incentivo de ambos os governos.

Também o plano do governo de Vossa Excelência, relativo a um programa de cooperação a longo prazo, com ênfase no aproveitamento econômico-social da Região Amazônica, encontram no Brasil a melhor receptividade. Assim teria que ser, entre países amazônicos, partes num acordo regional cuja letra e cujo espírito encorajam todos os esforços pela promoção do melhor conhecimento daquela área e pela busca de fórmulas que permitam a sua exploração ordenada. É com este espírito que o Brasil coloca à disposição do Equador sua experiência, na certeza de que poderá contribuir para o aprimoramento das nossas relações e para o fortalecimento do Tratado de Cooperação Amazônica.

Senhor Presidente,

A colaboração entre nossos dois países possui o mais alto significado e contribuirá para a crescente unidade e integração latino-americanas.

Na presente conjuntura internacional, é alentador redescobrir a profunda sabedoria das lições de Bolívar, que, ao vislumbrar a América unida, antecipou fórmulas que mantêm a sua validade. O gesto de Vossa Excelência, ao honrar-nos com sua visita, prende-se à tradição bolivariana, que tanto honramos.

Tive a satisfação de encontrar em Vossa Excelência um estadista com ampla percepção dos problemas contemporâneos, e um interlocutor de admirável lucidez e equilíbrio.

Firmes na disposição de alargar os caminhos do entendimento e da compreensão, Equador e Brasil encontram, em nossas conversações e nos acordos que iremos celebrar, claro prenúncio de uma nova e grande etapa de seu relacionamento.

É com esse espírito de fraternidade que convido todos os presentes para comigo brindarem a felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Hurtado, o bem-estar e a prosperidade do nobre povo equatoriano, a amizade leal e sincera entre os nossos povos.

08 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DO EQUADOR, SENHOR OSVALDO HURTADO LARREA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Coube-me o privilégio de ser o primeiro Presidente equatoriano que, no exercício das suas funções, visita o Brasil; o país do futuro aludido por Stefan Zweig no seu livro denso, veraz e sedutor. Nas últimas décadas, o Brasil conformou uma organização económica moderna que lhe permitiu avançar firmemente pelo caminho do progresso, para converter-se assim em um dos países mais importantes do Mundo. Não obstante, esta transformação tão importante não se fez à custa da perda dos valores próprios da nação brasileira. Com admirável sabedoria, seu povo logrou integrar harmonicamente as contribuições próprias de cada cultura e, sem perder a sua latinidade, mediante uma singular simbiose, conseguiu integrar uma nova nação. Tais antecedentes, somados à extensão do seu território, à variedade dos seus recursos naturais e à sua numerosa e laboriosa população — herdeira do espírito empreendedor legado pelos bandeirantes — fazem do Brasil um Estado com os atributos necessários para ingressar com passos firmes na civilização pós-industrial do final do milênio.

Quatro séculos atrás partiu de Guayaquil e de Quito uma expedição em busca do «Eldorado», também conhecido como «O País da Canela». Quatro mil indígenas foram recrutados pelos conquistadores nas comarcas próximas ao Pichincha e juntos, nativos e espanhóis, iniciaram uma longa marcha que os levou a transpor os altos cumes da Cordilheira dos Andes, para baixarem, depois às impenetráveis selvas orientais. Com suas espadas abriram caminho até o Rio Coca que navegaram a bordo de um bergatim construído com madeira equatoriana. Sulcaram depois as águas do Rio Napo, para logo, sob o comando do Capitão Francisco de Orellana, descobrirem o Rio das Amazonas, no dia 12 de fevereiro de 1542. Por esta razão e pela ampla tarefa realizada pelas nossas missões religiosas na colonização das terras situadas nas margens do grande rio, sempre, no Amazonas, estará viva a quintenidade.

Um século depois, a Capitão Pedro de Teixeira assombrou o Presidente da Real Audiência de Quito com o relato da sua viagem realizada em sentido inverso. Foi assim como os dois povos voltaram a encontrar-se na Amazônia, da mesma forma em que, mais tarde, o fizeram em outros campos. Na busca de uma similar expressão estética e religiosa que decora as ruas, museus e igrejas de Quito e Ouro Preto, enriquecidas com as admiráveis obras de Caspicara e Aleijadinho. Também no sacrifício de 21 de abril de 1792 e do 2 de agosto de 1810, quando na Praça Maior do Rio de Janeiro foi enforcado «O Tiradentes» e em Quito assassinados os Patriotas de Agosto por buscarem, todos eles, a independência e a liberdade dos nossos povos. Igualmente, na luta de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Simón Bolívar para que o Brasil e a Grã-Colômbia não se dividissem em pequenas repúblicas, propósito conseguido

pelo patriarca da Independência e infelizmente não alcançado pelo Libertador.

Quando hoje os Presidentes das duas nações se encontram, as circunstâncias são adequadas para que o Equador e o Brasil, iniciem uma intensa cooperação à que aspiram seus povos. Nossas economias, historicamente competitivas, possuem hoje um elevado grau de complementaridade, que se expressa nos acordos já subscritos e naqueles que se pretende subscrever. Vale destacar o interesse brasileiro em diversificar as suas fontes de fornecimento energético e o do Equador em assegurar suas vendas de petróleo mediante acordos de longo prazo com clientes não tradicionais. As perspectivas são promissoras e levar-nos-ão, no futuro, a uma maior cooperação na bacia amazônica, através da abertura de rotas terrestres e fluviais que permitam, entre outros fins, a conclusão da via interoceânica San Lorenzo-Manaus..

O Equador é um país que se tecnifica rapidamente. Já não é tão-somente um mercado de bens de consumo, senão que também de bens de capital, intermédios e matérias-primas, de serviços, tecnologia e investimentos. Notamos, por outra parte, a grande capacidade do Brasil para incrementar as suas compras de produtos equatorianos de exportação. Existem, consequentemente, inúmeras possibilidades de cooperação econômica, tecnológica e de incremento do intercâmbio comercial, as que, para que sejam justas e duráveis, devem basear-se em critérios de eqüidade. Tenho a certeza de que equatorianos e brasileiros, com a criatividade própria de povos latinos, encontrarão novas formas de relação em cuja busca contribuirá a missão de empresários que me acompanha.

A cooperação entre o Equador e o Brasil estende-se também a outros campos e está desenvolvendo-se em diferentes formas. São os casos, entre outros, dos tratados de cooperação amazônica, do SELA, da ALADI, da III Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, do Diálogo Norte-Sul e da ação solidária nas instituições financeiras internacionais. Compartimos também similar vocação jurídica e pacifista. Ela inspira a política internacional do meu governo, empenhado na busca de uma solução de paz e de justiça no litígio que o Equador mantém com o Peru, com a qual as duas nações poderão dedicar seus melhores esforços ao progresso de seus povos e contar com os benefícios de uma colaboração fecunda.

Com freqüência nas palavras apregoa-se a paz enquanto que nos atos e nos fatos promove-se a guerra. Estados poderosos dominam a povos pequenos e os submetem politicamente; o terrorismo e a violência incrementam-se dia a dia; se intervêm nos assuntos internos e externos das nações; cada vez é maior o armamentismo e em muitos países vulneram-se os direitos humanos. Nações que compartem similares princípios de política internacional, como é o caso do Equador e Brasil, devem lutar conjuntamente pela consolidação da paz e segurança internacionais; pela condenação da guerra e da agressão; pela solução pacífica das controvérsias existentes; pelo não reconhecimento das conquistas territoriais; pela defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos; e pela oposição a toda forma de neo-colonialismo e imperialismo.

Nos trinta meses transcorridos, desde o 10 de Agosto de 1979, quando se restabeleceu o regime democrático no Equador, não foram poucas as dificuldades que tivemos que vencer. Algumas nascidas dos problemas eco-

nômicos e sociais próprios de uma sociedade que se transforma e se moderniza rapidamente; outras originadas nas limitações naturais de um sistema democrático que dá seus primeiros passos e que submete à prova suas instituições, em circunstâncias internacionais extremadamente complexas. A tudo isto somou-se a fatalidade e a tragédia; quando sofremos a agressão bélica que comoveu a nação equatoriana e quando se produziu o inesperado falecimento do Presidente Jaime Roldós Aguirre, amigo e companheiro de inumeráveis batalhas políticas e que deveria ter feito a visita que hoje realização.

Não posso dissimular o singular interesse com que o povo equatoriano segue o processo democrático iniciado por Vossa Excelência. O meu governo admira a sua visão histórica e os esforços que realiza, Senhor Presidente, para levar o seu país a um regime plenamente democrático. A democracia tem sido sempre a aspiração vital dos latino-americanos. Desde os albores da Independência, de maneira as mais diversas, temos lutado por constituir sociedades livres e pluralistas que garantam os direitos humanos, o progresso econômico e a justiça social. Formulo os meus melhores votos para que vossa Excelência culmine o caminho democrático que abriu para o seu país e para o povo brasileiro através das suas organizações políticas e sociais alcance a plena realização dos seus ideais cívicos.

Senhor Presidente, tenho a convicção de que somos protagonistas de um evento de importância histórica nas relações entre o Equador e o Brasil. Expresso os meus melhores desejos para que assim seja e particularmente pelo seu êxito pessoal e o do seu governo, assim como pelo bem-estar do povo brasileiro.

09 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF
IMPROVISO AO RECEBER EMPRESÁ-
RIOS EQUATORIANOS

Senhor Ernane Soares,

Senhores Empresários da República Amiga do Equador:

Eu me sinto deveras honrado e satisfeito com a presença dos Senhores aqui na minha casa de trabalho. A presença dos Senhores aqui significa, para mim, aquilo que desde o início do meu governo eu propugnava e o que tenho feito em todas as viagens que realizo aos países amigos. As relações políticas, os laços de amizade que nos ligam aos países deste Hemisfério, como de outros também, eles se tornam, na realidade, concretizados quando as nossas relações comerciais e os nossos interesses ficam alicerçados por interesses comuns e esses interesses comuns só vêm à tona quando os empresários interessados em efetivá-los podem se entender com os empresários do nosso país. Daí porque sempre que viajo tenho levado empresários, porque por mais amenas e agradáveis que sejam as conversas dos governantes, nada poderá ser realizado sem a vontade dos Senhores. E é pelo conhecimento mútuo e pela conversa franca de em-

presários de países amigos que nós, governantes, podemos impulsionar aquelas relações comerciais que de fato vão aprofundar a nossa amizade política. Disse muito bem o Presidente do Equador que sempre fomos amigos mas sempre vivemos de costas, de espaldas um para o outro. A maneira mais fácil de ficarmos frente à frente é os governantes se avistarem amiúde e os empresários trocarem os seus pontos-de-vista para ver como é possível o entrelaçamento dos interesses comuns.

Agradeço, sensibilizado, as palavras que acabam de proferir e agradeço ainda mais a presença dos Senhores aqui que para mim é um coroamento de uma idéia que há muito acalento.

Muito obrigado pela gentileza dos Senhores.

09 DE FEVEREIRO
CLUBE DO EXÉRCITO
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DO EQUADOR, SENHOR
OSVALDO HURTADO LARREA

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República do Equador,
Osvaldo Hurtado Larrea:

As generosas palavras, que acabo de ouvir, confirmam a amizade que nos une, amizade consolidada por sua oportuna e grata visita a este País.

Lamento a brevidade da estada de Vossa Excelência entre nós. A sua personalidade de estadista, a sua admirável visão das questões mundiais e latino-americanas, a sua disposição para o diálogo, o seu espírito de cooperação, deixarão gravadas, entretanto, duradoura e profundamente, a memória de sua vinda ao Brasil.

Enfrenta a comunidade internacional duas questões cruciais: a manutenção da paz e da segurança e o desafio da fome e da miséria, que se abatem sobre grande parte da Humanidade.

Aos países dedicados à paz e ao desenvolvimento cabe a responsabilidade de manter desperta a consciênc-

cia internacional para a gravidade destas questões. A corrida armamentista absorve recursos cada vez mais escassos. Acentuam-se os desequilíbrios internacionais que, perpetuados, tendem a firmar inaceitável hierarquia das nações pelo critério do poder e da riqueza. A história recente mostra o custo com que alguns povos tiveram de arcar, por sua involuntária inserção numa estrutura mundial organizada em função de interesses estratégicos, e não dos objetivos humanos da paz e desenvolvimento.

O desenvolvimento é problema central no processo político contemporâneo. Ele reflete opção irreversível de nossos povos pelo progresso em todos os campos e envolve a participação de todos os setores da sociedade.

Estou certo de que a esperança de melhores condições de vida no Terceiro Mundo, em geral, e na América Latina, em particular, permanecerá viva enquanto houver governantes como Vossa Excelência, em quem o Mundo em desenvolvimento identifica o idealismo e a clarividência do estadista, capaz de tornar realidade as justas expectativas dos governados.

Brasil e Equador recusam-se a aceitar o distanciamento artificial que lhes impôs a verticalidade dos laços internacionais do passado. Fazemos parte da mesma civilização latino-americana. Compartilhamos os mesmos princípios, valores e tradições, herança histórica que tem servido de lastro ao convívio harmonioso e construtivo dos nossos povos.

A Amazônia constitui cenário particularmente importante para nossa cooperação. Nessa área tropical, enfrentamos o mesmo desafio de desenvolver tecnologia adaptada ao ambiente. Em região tão vasta e complexa, não se pode dispor de respostas definitivas para todas as questões. O Brasil tem sido, entretanto, capaz de desen-

volver algumas soluções eficazes para os problemas amazônicos, e estamos dispostos a partilhar, igualitária e desinteressadamente, com nossos irmãos equatorianos, esta experiência, que há de fortalecer ainda mais nossa vocação amazônica.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, Senhor Presidente, e o expressivo conjunto de atos que hoje assinamos, corroboram a firme decisão tomada por nossos dois governos no sentido de superar deficiências estruturais e de contornar eventuais dificuldades, por intermédio de um programa de ação conjugada dos países em desenvolvimento e, em especial, das nações irmãs da América Latina.

Esse inabalável propósito de avançar sob o signo da cooperação fraterna entre nossos povos, inspira-me a propor um brinde à prosperidade da nobre nação equatoriana, ao desenvolvimento das sólidas relações entre o Brasil e o Equador, e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Hurtado.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL—EQUADOR

**DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL —
EQUADOR, ASSINADA, NO PALÁCIO
DO PLANALTO EM BRASÍLIA, EM 9 DE
FEVEREIRO DE 1982, PELOS PRESI-
DENTES JOÃO FIGUEIREDO E OSVAL-
DO HURTADO LARREA.**

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República do Equador, Osvaldo Hurtado Larrea, acompanhado de sua esposa, Senhora Margarita Pérez de Hurtado, realizou visita oficial ao Brasil entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1982.

Em Brasília, o Presidente da República do Equador recebeu as boas-vindas do Presidente da República Federativa do Brasil. O programa inclui ainda as cidades de Manaus, onde foi recebido pelo Governador, em exercício, Paulo Pinto Nery, São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais o ilustre visitante será recepcionado pelos Governadores Paulo Salim Maluf e Antonio de Pádua Chagas Freitas.

A visita do Presidente Osvaldo Hurtado Larrea ao Brasil reflete a franca e positiva cooperação presente nas relações brasileiro-equatorianas.

Ambos os Presidentes mantiveram na oportunidade, diversas entrevistas que constituiram ocasião especial pa-

ra renovar os propósitos de seus respectivos governos de continuar a fortalecer o entendimento e a concórdia que tradicionalmente têm caracterizado as relações globais entre o Brasil e o Equador.

Em toda a visita prevaleceu o espírito de fraternidade e estreita amizade que une o Brasil e o Equador. À luz desse relacionamento bilateral, dinâmico e em franca expansão, os dois Presidentes examinaram a presente conjuntura mundial e latino-americana e constataram com satisfação a existência de substâncias coincidências em seus pontos-de-vista.

Ao final de suas conversações os dois Chefes-de-Estado acordaram subscrever a presente

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Reiteraram o direito de todos os Estados à sua plena realização na comunidade mundial de acordo com os princípios básicos do Direito Internacional, assim como a determinação do Brasil e do Equador de conduzirem suas relações exteriores em clima de paz, confiança mútua e respeito recíproco, com os Governos de ambos os países voltados para as metas prioritárias do bem-estar de suas populações e do desenvolvimento integral, independente e soberano.

Indicaram a necessidade de que a comunidade internacional se dote de instrumentos jurídicos eficazes e ágeis para evitar todas as formas de intervenção ou ingênuica atentória contra a personalidade dos Estados.

Reiteraram a convicção de que a fiel observância dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui base indispensável para alcançar a boa-convivência internacional, e ratificaram sua confiança na Organização das Nações Unidas como promotora dos obje-

tivos maiores da manutenção da paz, do fortalecimento da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social dos povos.

Declararam ser urgente que a comunidade internacional fortaleça os meios e instrumentos que possam servir para atenuar o clima de tensões internacionais dos dias de hoje. Reiteraram, de acordo com os compromissos assumidos nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, sua decisão de empregar todos os esforços que conduzam à solução pacífica das divergências ou controvérsias existentes no Mundo e entre países do Hemisfério, a fim de assegurar a paz e a segurança internacionais.

Acentuaram, a propósito, que o desarmamento geral e completo, sobretudo nuclear, sob efetivo controle internacional, é fundamental para garantir-se uma paz duradoura entre as nações, e renovaram seu apoio aos esforços internacionais tendentes a alcançá-lo. A esse respeito, renovaram sua oposição a todas as formas e meios de proliferação de armas nucleares, em especial à intensa proliferação levada a cabo pelas grandes potências.

Manifestaram a importância que atribuem à participação ampla e representativa dos Estados no processo decisório internacional relativo aos problemas de seu interesse e da comunidade internacional.

Afirmaram, ainda, que os procedimentos de diálogo e de negociação devem ser a única base para que se alcancem níveis de estabilidade necessários para enfrentar os graves problemas mundiais como a fome, o subdesenvolvimento, o armamentismo e as tensões internacionais.

Ressaltaram, ainda, que as tensões e rivalidades internacionais não devem ser transferidas para áreas do

Terceiro Mundo para o que é essencial o pleno respeito à soberania, autodeterminação e igualdade de todos os Estados.

Condenaram todas as manifestações de discriminação racial, em especial o *apartheid*, e insistiram na necessidade de intensificar e ampliar os esforços internacionais para eliminá-las, sobretudo por meio das Nações Unidas. Acentuaram, ainda, que o *apartheid*, além de condenável sob todos os aspectos, é também fator de crescente ameaça à paz.

Manifestaram seu repúdio a todas as formas de colonialismo e a qualquer outra expressão de dominação, sejam políticas, econômicas ou militares, em flagrante violação das normas básicas do Direito Internacional. Reiteraram também a condenação às agressões contra territórios de países em desenvolvimento, e sua preocupação particularmente com relação à África meridional.

Ressaltaram ser prioritário e urgente que se chegue a uma solução justa para a questão da Namíbia, com base em sua Independência e integridade territorial e dentro das normas estabelecidas pelas Nações Unidas.

Os dois Presidentes concordaram na conveniência de que a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar conclua pela adoção de uma convenção que acolha plenamente as aspirações justas e legítimas dos países em desenvolvimento, tendentes, sobretudo, a garantir o aproveitamento, em benefício de seus povos, dos recursos marinhos existentes em seus mares de 200 milhas, no solo e subsolo correspondentes. Reafirmaram ser indispensável manter o delicado equilíbrio no seio da futura autoridade internacional para administrar os fundos marinhos e oceânicos além dos limites da jurisdição nacional como patrimônio comum da Humanidade, a fim de que sejam contemplados tanto os direi-

tos e deveres das potências desenvolvidas quanto os direitos, os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Manifestaram que será necessária a contribuição efetiva de todos os países para ser possível o êxito das negociações que se encontram em fase conclusiva no seio da Conferência.

Concordaram na necessidade de se estabelecer ordenamento jurídico internacional que regule o uso racional da órbita geoestacionária, de modo a que sejam salvaguardados os legítimos interesses dos países equatoriais.

Os dois Presidentes expressaram sua inquietação com a situação econômica mundial e com o crescente desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, assinalaram a importância de que os países industrializados adotem políticas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios nos campos do intercâmbio comercial, transferência de tecnologia e financiamento para o desenvolvimento, bem como medidas tendentes a eliminar as políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, destacaram a sua preocupação com a atual situação de desordem em que se desenvolvem os sistemas monetários e financeiro internacional, e as elevadas taxas de juros que contituem sérios entraves ao esforço de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Manifestaram, a esse respeito, a necessidade de serem tomadas medidas urgentes no plano internacional, que removam esses graves obstáculos e permitam o aumento dos fluxos de financiamento oficial para o desenvolvimento, sem discriminação entre países em desenvolvimento.

Ressaltaram seu vivo interesse em que o diálogo Norte-Sul assegure resultados efetivos, em particular nas negociações globais no quadro das Nações Unidas, co-

mo uma demonstração do esforço permanente para o real estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional mais justa e eqüitativa.

Os dois Presidentes salientaram a necessidade de dar pronto início a novas conversações que, mantendo o impulso político gerado pelo espírito que caracterizou a Conferência Internacional de Cancún, tornem efetivo, com a brevidade possível, o lançamento das negociações globais dentro do quadro da Organização das Nações Unidas.

Os dois Presidentes reafirmaram a necessidade de que os problemas prementes dos países em desenvolvimento e de seu relacionamento com os países industrializados mereçam atenção especial da comunidade internacional, evitando-se que as tendências de reativação de tensões internacionais conduzam a um adiamento ou diluição da prioridade que deve caber ao pronto encaminhamento do diálogo Norte-Sul.

Destacaram, ainda, a importância de ação multilateral como instrumento que garanta uma sólida posição em defesa dos interesses comuns dos países em desenvolvimento, para fortalecer a cooperação internacional que assegure a paz universal.

Sublinharam a importância básica da questão energética para o desenvolvimento econômico, a qual deverá ser levada em conta para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional conjuntamente com outros fatores fundamentais, como finanças, liberação do comércio, transferência de tecnologia, matérias-primas e abastecimento dos alimentos. Registraram, a propósito, a importância de que a Comunidade internacional não poupe esforços na utilização racional dos recursos energéticos não renováveis e no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com a promoção do intercâmbio

de experiências nacionais nesses campos e com o crescente apoio, em especial aos países em desenvolvimento em seus programas no setor energético.

Reafirmaram o princípio de que todo Estado tem soberania plena sobre os recursos naturais que se encontram dentro de sua jurisdição nacional e o direito inalienável e permanente de dispor livre e efetivamente de tais recursos em benefício do desenvolvimento econômico e social de seus povos e no exercício de sua independência.

Afirmaram a importância da diversificação da cooperação direta entre os países em desenvolvimento, a fim de que seja maximizado o potencial de intercâmbio e de complementação mútua que podem oferecer às respectivas economias nacionais. Nesse contexto, reiteraram que a chamada cooperação Sul-Sul, sem substituir o diálogo Norte-Sul, vem complementá-lo, e abre novas e amplas perspectivas para a promoção dos interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento. Notaram que essa cooperação, por ser igualitária, tem valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa e que, nessas condições, deve merecer o apoio sustentado e urgente da comunidade internacional, inclusive por intermédio do sistema das Nações Unidas.

Os dois Presidentes passaram em revista a conjuntura latino-americana e coincidiram em que as necessidades e aspirações da América Latina representam aspecto prioritário da ação diplomática. Verificaram, assim, que os países latino-americanos, com perfil próprio de atuação política para o encaminhamento e solução de problemas internacionais, devem ter participação efetiva nas decisões sobre questões de interesse global.

Julgaram benéfico e importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região, em regime de igualdade, dentro do espírito de contribuir positivamente para assegurar bases justas e igualitárias nas relações entre os Estados, em harmonia com as tradições e a perspectiva universalista que caracterizam a atuação diplomática da América Latina.

Expressaram sua repulsa a todas as formas de hegemonia, blocos ou eixos na América Latina, indicando que tais padrões de comportamento contrariam frontalmente a tradição de independência e autonomia da região. Assinalaram, com satisfação, os esforços de cooperação e de integração, aliados a intensificação do diálogo político na América Latina.

Sublinharam, ainda, que um dos ideais latino-americanos é a plena realização democrática e, sobre o assunto, coincidiram em que os dois governos têm firmes compromissos com o fortalecimento de fórmulas democráticas de convivência política e com a realização da justiça social e desenvolvimento econômico nos respectivos países. Nesse contexto, reiteraram a importância de que sejam plenamente respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana, os quais incluem, além dos direitos políticos, os direitos sociais e econômicos, e reafirmaram que a vigência desses direitos em cada um dos países em desenvolvimento seria grandemente facilitada por uma atitude mais positiva por parte das nações industrializadas, no quadro dos esforços mundiais para a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento e a fim de que se estabeleça uma sociedade democrática internacional.

Os Presidentes ratificaram o apoio dos dois governos à Organização dos Estados Americanos e sua adesão

aos princípios e propósitos contidos na Carta da Organização, e reafirmaram a necessidade de envidar esforços, no âmbito da OEA, com vistas a assegurar o aperfeiçoamento de mecanismos existentes para os programas de cooperação entre os países do Continente.

Reiteraram sua confiança no Sistema Econômico Latino-Americano como um foro de consulta, coordenação de posições e cooperação entre os países da América Latina. Comprometeram, em particular, o apoio de seus Governos para a execução dos programas de cooperação ora levados a cabo no contexto do SELA de forma a que os diversos mecanismos do Sistema desenvolvam positivamente suas funções e responsabilidades para o atendimento das expectativas dos países da região.

Manifestaram sua confiança na Associação Latino-Americana da Integração (ALADI), reafirmando o decidido apoio político de seus governos ao processo de integração latino-americano, e ressaltaram que o Tratado de Montevidéu, de 1980, deve ser um dos veículos que conduz à integração regional, sendo desejável que o mesmo seja ratificado por todos os países-membros a curto prazo.

Nesse contexto, convieram em concluir, o quanto antes, a negociação dos acordos de alcance parcial e a aprovação da lista de abertura de mercados, com base nas normas e no espírito do Tratado de Montevidéu, 1980, contemplando particularmente a situação do Equador, em sua condição de país de menor desenvolvimento econômico relativo.

Manifestaram satisfação com os progressos logrados no desenvolvimento de mecanismos eficientes de cooperação e coordenação entre o Brasil e os países do Acordo de Cartagena, nos termos da «Ata de Brasília», de 16 de outubro de 1979. Registraram a importância

dos entendimentos entre o Brasil e o Grupo Andino em todos os níveis. Expressaram seu apoio aos objetivos gerais da integração latino-americana e a uma presença mais atuante da América Latina no cenário internacional, com especial referência ao «Memorando de Entendimento» entre o Brasil e o Grupo Andino, assinado em 17 de janeiro de 1980.

Ao examinarem as condições que prevalecem na América Central, os Presidentes concordaram em que a complexidade e amplitude da crise política, econômica e social centro-americana exigem soluções abrangentes e profundas, capazes de criar condições para sociedades mais estáveis e mais prósperas, respeitando o direito de autodeterminação para seus povos irmãos, assim como o princípio de não-intervenção em seus assuntos internos e externos. Com esse espírito, dispuseram-se a envidar o máximo esforço para propiciar com base na solidariedade que os une aos países da América Central, a busca de soluções justas, e convieram em que é necessário evitar que problemas centro-americanos sejam instrumentalizados no contexto de confrontações alheias à região.

No tocante a El Salvador, os Presidentes coincidiram em que corresponde ao povo salvadorenho encontrar solução política, pacífica e representativa, dentro dos parâmetros democráticos, para a crise que atravessa, sem ingerências externas que levem à internacionalização e agravamento do conflito.

Os dois Presidentes registraram o êxito da I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Belém do Pará em 23 e 24 de outubro de 1980, e renovaram seu apoio à «Declaração de Belém» e às decisões adotadas como linhas-mestras da cooperação regional amazônica.

Fiéis à vocação amazônica de seus países, os Presidentes reiteraram sua determinação de continuar a cooperar na atual fase de implementação dos primeiros projetos concretos de colaboração multilateral especificamente voltados para a Amazônia. Nesse sentido, realçaram o significado da I Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, a celebrar-se proximamente em Lima, de acordo com a convocação feita pelos Chanceleres em Belém.

Os dois Presidentes examinaram detidamente o estado das relações entre ambos os Países e suas perspectivas futuras. Manifestaram, a respeito, sua satisfação pelo caráter dinâmico e operacional com que estão sendo levadas a cabo ou estudadas iniciativas concretas de cooperação em campos prioritários para o desenvolvimento dos dois países. Expressaram sua disposição de prosseguir os esforços tendentes a diversificar e ampliar a cooperação bilateral.

Os dois Presidentes congratularam-se pela feliz circunstância de que, durante o encontro, se tenha procedido à assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação.

Nesse sentido, expressaram sua profunda convicção de que esse instrumento, que sistematiza, num quadro de maior hierarquia, os princípios orientadores da cooperação brasileiro-equatoriana, permitirá incrementar e vitalizar as relações bilaterais em todos os seus aspectos, para benefício mútuo dos dois países.

Manifestaram, ademais, o desejo de que a Comissão de Coordenação Brasileiro-Equatoriana, criada pelo Tratado que ora se estabelece, venha não apenas a servir de foro de consulta e coordenação entre os dois países, mas também cumpra plenamente sua finalidade de avaliar, coordenar, promover e incrementar o processo de cooperação bilateral.

Levando em consideração a condição do Brasil e do Equador de países amazônicos e de signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, os dois Presidentes reiteraram sua decisão de impulsionar a cooperação bilateral com o objetivo de promover o desenvolvimento de suas respectivas regiões amazônicas.

Os dois Presidentes analisaram as perspectivas referentes à cooperação bilateral em projetos de interesse para o Equador e convieram em determinar a realização dos estudos pertinentes, através dos mecanismos criados pelo Tratado de Amizade e Cooperação, sobretudo no que diz respeito a aspecto do «Plano Putumayo».

Nesse sentido destacaram o louvável trabalho realizado desde 1958 no projeto da Via Interoceânica, e reafirmaram o interesse de ambos os Governos de impulsivar a implementação definitiva dessa importante iniciativa de interconexão de transportes entre os dois países.

Ao examinar o intercâmbio comercial entre os dois países, os dois Mandatários expressaram sua vontade de realizar os maiores esforços para orientar e intensificar as relações do comércio bilateral, de forma eqüitativa e mutuamente benéfica.

Os dois Presidentes reconheceram a importância de troca de visitas entre funcionários governamentais e empresários dos dois países, da qual é exemplo expressivo a Missão Empresarial que acompanhou o Presidente da República do Equador em sua visita oficial ao Brasil. Consideraram, a respeito, a conveniência de que as empresas brasileiras de comércio exterior sejam incentivadas a promover diretamente a comercialização de produtos equatorianos no Brasil e em terceiros países.

Ressaltaram o significado da cooperação e projetos de desenvolvimento considerados urgentes e de especial

importância para o Equador, que foram ou serão identificados, de comum acordo, com base na lista indicativa contida no documento normativo de 1981. O Presidente do Brasil manifestou ao Presidente do Equador o interesse de que o governo equatoriano propicie a realização de projetos em associação com firmas brasileiras, dentro de um espírito de integração e cooperação, que se forja entre os dois países.

Por sua vez, o Presidente do Equador expressou que seu governo está disposto a estimular a participação brasileira para o desenvolvimento de tais projetos, bem como de inversões brasileiras no Equador, sob a forma de «joint ventures» com capitais equatorianos.

Os dois Presidentes manifestaram sua satisfação pela celebração do contrato de compra e venda de petróleo atualmente em vigor entre a PETROBRÁS e a CEPE, assim como pelo contrato de processamento de petróleo pela PETROBRÁS para o Equador.

Os dois Presidentes manifestaram interesse na continuação dos entendimentos entre a BRASPETRO e a CEPE no sentido de se promoverem a exploração, o desenvolvimento e a produção conjuntas de petróleo em território equatoriano.

Os dois Presidentes manifestaram sua satisfação com a cooperação técnica estabelecida entre a PETROBRÁS e a CEPE, a qual deverá ser expandida e aprofundada.

Os dois Mandatários dispuseram que, através das entidades nacionais competentes, se inicie um programa de cooperação que ratifique a vontade de seus respectivos governos de colaborar, dentro do espírito do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da

Energia Atômica, celebrado em Quito, em 11 de junho de 1970, na execução de ações conjuntas, de conformidade com as áreas que forem mutuamente identificadas.

Os dois Presidentes observaram, com satisfação, a celebração, nesta data, do Convênio sobre Transportes Marítimos Brasil-Equador, instrumento de apoio ao desenvolvimento do intercâmbio comercial bilateral, o qual permite assegurar a regularidade e a eficiência dos serviços de navegação marítima entre os dois países, a adoção de tarifas e fretes adequados e estáveis e a participação majoritária das bandeiras brasileira e equatoriana no tráfego marítimo de cargas gerado por ambas economias.

Ao examinarem a questão das ligações aéreas entre os dois países, os Presidentes constataram, com interesse, os resultados apresentados pelo intercâmbio aeronáutico, bilateral, manifestando o desejo de que a consolidação das atuais operações venha lançar as bases para a regulamentação e o disciplinamento formal das relações no setor de transportes aéreos.

Os Presidentes manifestaram interesse em que os entendimentos bilaterais, ora em curso, possam ensejar a conclusão, no prazo mais breve possível, de uma Convenção entre o Brasil e o Equador para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda e o capital.

Os dois Presidentes manifestaram sua satisfação pela assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica que sistematiza e amplia a colaboração nesse campo e propicia a celebração de atos inter-institucionais. A propósito, consideram sumamente promissor o Ajuste Complementar celebrado, durante a vi-

sita, entre o CNPq e o CONACYT que permitirá o desenvolvimento de entendimentos profícuos entre as duas entidades.

Os dois Presidentes se congratularam pela assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Equador, que vem atualizar a sistemática da cooperação técnica entre os dois países, abrindo novas possibilidades de colaboração dentro do quadro jurídico-institucional apropriado.

Os dois Presidentes destacaram as reais possibilidades de cooperação entre o Brasil e o Equador no campo das telecomunicações e congratularam-se pela assinatura, durante a visita, do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica no campo das telecomunicações. Esse Ajuste, a ser implementado pela TELEBRÁS e pelo IETEL, estabelece um programa específico de cooperação técnica visando a dar apoio ao plano de emergência equatoriana para a melhoria do sistema nacional de telecomunicações.

Os dois Mandatários determinaram que continuem os contactos que vêm sendo realizados entre autoridades brasileiras e equatorianas para o desenvolvimento da cooperação bilateral no setor agropecuário e manifestaram o interesse de que prossigam tais entendimentos com vistas à formulação de projetos específicos, que permitam um trabalho efetivo nesse setor.

Nesse sentido, os dois Mandatários acordaram impulsionar os programas de formação e treinamento de pessoal equatoriano dentro do processo de tecnificação e mecanização agrícola e expressaram seu firme apoio aos programas de cooperação técnica para o fornecimento e instalação de uma rede de silos, armazéns e centros coletores de grão no Equador.

Convieram, igualmente, no interesse recíproco para promover a cooperação técnica no setor pesqueiro de ambos os países, e no desejo brasileiro de receber cooperação técnica do Equador, entre outros campos, no desenvolvimento do cultivo de camarões em viveiros bem como em todos os aspectos relacionados à exploração do dendzeiro.

Os dois Presidentes concordaram em determinar a realização de estudos tendentes a definir as modalidades de cooperação entre os dois países no campo da mineração.

Os dois Chefes-de-Estado consideraram a conveniência de cooperar bilateralmente no campo da informática e determinaram sejam realizados estudos com o fim de detectar projetos específicos de cooperação nesse setor.

Ambos os Presidentes ressaltaram o bom andamento das negociações para o estabelecimento de um Convênio de Cooperação Técnica entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS e o Instituto Ecuatoriano de Electrificación — INECEL, com vistas à colaboração entre as empresas, especialmente no que tange ao treinamento de pessoal.

Os dois Presidentes demonstraram seu interesse pelas atividades que desenvolve o Centro de Informação em Pré-Investimento para a América Latina e o Caribe (CIP). Reconheceram igualmente a importância da cooperação que possa proporcionar a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) ao Programa de Promoção de Consultoria e Tecnologia do CIP, em benefício da região.

Os dois Presidentes mostraram especial interesse pela cooperação técnica entre o Brasil e o Equador no

campo da formação profissional. Nesse sentido, expressaram sua satisfação pela assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica na mencionada área, que será executado pelo SENAI e o SECAP.

No campo da formação profissional, os dois Mandatários coincidiram na necessidade de que, em futuro próximo, as instituições homólogas de ambos os países cheguem a formalizar através de instrumentos adequados e por via diplomática, um acordo de cooperação que permita a funcionários equatorianos participar em cursos organizados pela Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, e ao mesmo tempo, compartilhar a experiência equatoriana na área de pré-investimento.

Os Chefes-de-Estado expressaram sua confiança em que as conversações que mantiveram, conduzidas em atmosfera de expressiva cordialidade e de franco entendimento, contribuirão para consolidar e expandir ainda mais as relações de amizade e cooperação entre os dois países.

Reiteraram, ademais, sua convicção de que o estreitamento dos múltiplos laços que unem o Brasil e o Equador representa valioso aporte aos elevados propósitos de fraternidade e integração perseguidos pela comunidade latino-americana.

O Presidente Osvaldo Hurtado agradeceu efusivamente a hospitalidade que o Governo e o povo do Brasil brindaram a sua esposa, a sua comitiva e a ele mesmo, durante sua frutífera estada no Brasil, e convidou o Presidente João Figueiredo a visitar oficialmente o Equador, convite que foi aceito com particular satisfação.

2. Visita ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha, Senhor Karl Carstens.

05 a 06 de abril de 1982.

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo**
- Discursos do Presidente da República Federal da Alemanha Karl Carstens**
- Nota à Imprensa**

05 DE ABRIL
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
SENHOR KARL CARSTENS

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federal da Alemanha, Karl Carstens:

Na pessoa de Vossa Excelência, o povo e Governo do Brasil recebem hoje a República Federal da Alemanha, país a que nos sentimos ligados por laços cada dia mais estreitos de amizade e cooperação.

Ao saudar Vossa Excelência, a Senhora de Carstens e sua ilustre comitiva, evoco a visita de trabalho que fiz a Bonn em maio do ano passado. Da entrevista que mantive com Vossa Excelência, guardei indelével impressão de descortino, consentânea com seu renome junto ao povo que o conduziu ao mais elevado cargo do Estado Federal.

A República Federal da Alemanha é hoje o quarto parceiro comercial do Brasil em termos globais e o primeiro dentre os países-membros da Comunidade Econômica Européia. É responsável por mais de uma quarta-parça do intercâmbio do Brasil com a Comunidade e detém a posição de segundo maior comprador de produtos

brasileiros no Mundo. No que tange aos investimentos, o Brasil é o quinto país de destino de capital de risco da República Federal da Alemanha, que, por sua vez, é o segundo maior investidor no Brasil.

Soubemos, por outro lado, desenvolver diálogo político fecundo sobre os temas mais importantes da ordem mundial. Fundada na confiança recíproca, a troca de idéias permite que as partes melhor compreendam os acontecimentos internacionais e identifiquem posições convergentes.

Tal diálogo é hoje particularmente necessário dada a complexa e mutável realidade internacional, que já apresenta significativas transformações, nem bem decorrido um ano desde nossos entendimentos em Bonn.

Acirram-se tensões e acentuam-se desigualdades, nutridas por uma ordem mundial defeituosa. O quadro é preocupante, mas não há por que ceder à exasperação ou ao confronto. Neste ponto, como em tantos outros, Senhor Presidente, há sensível convergência de atitudes do Brasil e da República Federal da Alemanha. Preferimos a composição de interesse e a busca do consenso, a bem do convívio harmônico entre os Estados soberanos.

Nossa atitude tem raízes na devoção à paz, à liberdade, à igualdade e ao pluralismo democrático. Tais princípios garantem o respeito às individualidades nacionais, à autodeterminação, à diversidade de pontos-de-vista. Não bastam, contudo, para assegurar a paz e o progresso dos povos. É preciso que todas as nações tenham perspectivas reais de desenvolvimento. Para tanto, impõem-se melhores condições de acesso à tecnologia e ao comércio, em prol de uma repartição mais justa das riquezas.

País do Ocidente e do Terceiro Mundo, o Brasil adota atitude universalista, voltada para a participação plena, em condições de igualdade, de todos os Estados no processo decisório, político e econômico, que deva influir sobre o destino de seus povos. Buscamos contribuir para que o atual ordenamento ceda espaço a um quadro de igualdade e cooperação.

Repudiamos as zonas de influência, os alinhamentos compulsórios e a transposição do confronto entre as superpotências para áreas do Terceiro Mundo. Acreditamos na solidariedade entre nações livres e na comunhão autênticas de interesses. Defendemos os princípios elementares da igualdade soberana de sua integridade territorial e de sua dignidade.

O Brasil admira a ação externa da República Federal da Alemanha, a sua serenidade e equilíbrio, seu esforço construtivo no contexto europeu e mundial. A crescente participação da diplomacia de Bonn no cenário internacional estimula a paz e a segurança.

Admira ainda a vitalidade econômica, o desenvolvimento tecnológico e todos os demais frutos do trabalho e determinação de seu povo, bem como a sua luta pela liberdade e pela democracia.

O Brasil partilha os ideais democráticos de liberdade e justiça, que norteiam nossa vida nacional.

Senhor Presidente,

Nossos laços, cada vez mais firmes no plano econômico e político, são fortalecidos pela influência positiva da cultura alemã sobre a cultura brasileira. Lembro os grandes pensadores ou cientistas que tanto contribuíram para o patrimônio cultural da Humanidade e para nosso

desenvolvimento. Registro, especialmente, a valiosa contribuição da imigração germânica à formação de nossa gente.

A presença de Vossa Excelência entre nós representa o desejo do Governo Federal de estreitar a amizade, que cultivamos com entusiasmo e empenho.

Convido todos a erguerem suas taças à prosperidade crescente da República Federal da Alemanha, ao futuro das relações teuto-brasileiras e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Carstens.

05 DE ABRIL
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,
Excelentíssima Senhora de Figueiredo,
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Pelas palavras que Vossa Excelência, Senhor Presidente, acaba de me dirigir e, pela acolhida tão amiga e calorosa de que fomos alvo, agradeço-lhe profundamente também em nome de minha esposa, do Senhor Substituto do Chanceler Federal e Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros e da Senhora Genscher, bem como em nome das senhoras e dos senhores da minha comitiva. Alegramo-nos por estarmos aqui, esta noite, como convidados de Vossa Excelência nestes magníficos salões do Palácio dos Arcos.

As relações entre a Alemanha e o Brasil datam do século XVI, tendo-se tornado especialmente estreitas e importantes no passado mais recente. Isto é válido também para os contatos políticos. Em 1964, um predeces-

sor meu, o Presidente Federal Luebke, visitou o seu país, o Presidente Ernesto Geisel veio à República Federal da Alemanha em 1978. O Chanceler Federal alemão esteve no Brasil em 1979; e, no ano passado, Vossa Excelência, Senhor Presidente, e sua excelentíssima esposa nos honraram com sua visita. Os Ministros do Exterior realizam consultas com regularidade. Nossos governos mantêm contatos nos grêmios internacionais e têm desenvolvido — em diversas áreas — um intensivo intercâmbio de visitas. E, finalmente, minha visita hoje é manifestação do alto valor que atribuímos a relações de confiança com o seu grande país, e de quanto estamos interessados em prosseguir e aprofundar o diálogo iniciado nos últimos anos, sobre as questões mais importantes. Consideramo-lo tanto mais importante agora, neste momento em que a política internacional e a economia mundial estão atravessando um período agitado.

As relações entre as superpotências tornaram-se mais frias e ásperas. O armamento consome quantias gigantescas. Com preocupação olhamos para o Oriente Próximo e Médio, para a Ásia, África e a América Central, onde ardem conflitos não solucionados e têm lugar lutas armadas. Ainda persiste a intervenção no Afeganistão; também o Camboja ainda continua ocupado por tropas estrangeiras.

Os acontecimentos na Polônia e o destino desse país suscitam sobretudo em nós, alemães, simpatia e apreensão. O Governo Federal e o Bundestag lançaram um apelo aos dirigentes poloneses e à União Soviética para que, respeitando a autodeterminação nacional e os direitos humanos, abrissem novamente ao povo polonês o caminho para um entendimento nacional, para renovação e reformas, para a recuperação da força econômica.

A preservação da paz no Mundo inteiro é a principal tarefa comum de todos os Estados. É também o objetivo supremo da República Federal da Alemanha.

Assim, estamos empenhados na Europa em diminuir as tensões através de acordos baseados na abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso da força. Procuramos alcançar apenas com meios pacíficos o nosso próprio objetivo nacional: a recuperação da unidade do nosso povo em livre autodeterminação.

Empenhamo-nos também pela paz no quadro da Aliança do Atlântico Norte, na qual uma sólida amizade nos une com os aliados europeus, com os Estados Unidos da América e com o Canadá. Face ao gigantesco aumento do armamento soviético, sobretudo o de médio alcance, o equilíbrio de forças na Europa está ameaçado. Nestas situações, o nosso objetivo mais urgente é agir no intuito de pôr fim ao processo armamentista, iniciar o desarmamento e, finalmente, garantir a segurança a um nível das forças militares, consideravelmente mais baixo.

No âmbito das Nações Unidas, a República Federal da Alemanha empenha-se pelos direitos humanos, pela justiça e pelo direito da autodeterminação de todas as nações. Somos contrários a qualquer aspiração hegemônica política ou ideológica.

Um campo importante da nossa política exterior é a cooperação igualitária com os estados do Terceiro Mundo. Esta cooperação que se baseia na igualdade de direitos de todos os homens e todas as culturas respeita a decisão de cada povo sobre o seu sistema político e social. Consideramos o não-alinhamento autêntico um importante esteio da estabilidade internacional.

Apoiamos as aspirações de independência, identidade nacional, progresso econômico, justiça social e demo-

cracia interna dos povos latino-americanos. Estamos dispostos a contribuir, na sua região, para eliminar as causas de tensões sociais e políticas e promover as necessárias transformações estruturais por via pacífica. Somos da opinião de que essas transformações devem realizar-se em responsabilidade própria, sem intervenção alheia. Consideramos necessário um equilíbrio de interesses entre o Norte e o Sul. Para tanto, todos devem contribuir: os Estados industrializados do Oeste e do Leste, os países exportadores de petróleo e, também, os países em desenvolvimento através de esforços próprios mais intensos. O encontro de Cancún foi um inicio. Importa agora conservar o espírito de Cancún e traduzi-lo em avanços palpáveis.

A economia mundial não se apresenta em bom estado. Revela sinais de clara recessão. Uma das razões é o abastecimento energético. O primeiro e o segundo choque de petróleo causaram também ao Brasil dificuldades extraordinárias. Seu país, porém, não se deixou desanimar; ao contrário, realizou um trabalho pioneiro no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e promoveu, até a maturidade industrial, alguns projetos que também para nós possuem um caráter modelar. Desejo felicitá-lo sinceramente por isso, Senhor Presidente, pois foi sob sua orientação que se realizaram estes esforços.

Senhor Presidente, Vossa Excelência afirmou que o seu país não deseja desempenhar um papel de destaque na política internacional e na economia mundial. Mas o Brasil é um país grande, o quinto maior do Mundo em extensão. Tanto de Norte a Sul, como de Leste a Oeste, o Brasil se estende por mais de quatro mil quilômetros. Em 1922, o seu país contava 20 milhões de habitantes; hoje, 60 anos depois, este número quadruplicou. Não obstante, conseguiu-se aumentar a renda per capita des-

ta população que cresceu num ritmo tão acelerado, mesmo que, do seu ponto-de-vista, talvez se coloque a questão de uma distribuição mais igual. Nos últimos 15 anos o seu produto interno bruto tornou-se dez vezes maior. Pelo volume do produto interno bruto, seu país ocupa o nono lugar entre os Estados. Isso é motivo de justo orgulho.

Assim sendo, é absolutamente inevitável que lhes caiba um papel cada vez mais importante, mesmo que haja hesitação da sua parte. A quem possui poder, a quem é forte, atribui-se responsabilidade. E os Senhores aceitam-na, sem ambição, mas por consciência da sua responsabilidade. Oferecem aos seus vizinhos cooperação em muitas áreas. Empenham-se, também, pelo diálogo Sul-Sul, a par do diálogo Norte-Sul. Estabelecem, em escala crescente, contatos com os outros países, intensificam a assim chamada diplomacia de visitas e colaboram ativamente nos grêmios internacionais.

Já Stefan Zweig, um escritor alemão, que veio aqui buscar refúgio contra a perseguição, denominou o Brasil, há mais de 40 anos, país do futuro. Ele estava certo. Pois não há muitos países que com tanta confiança em si, sim, com tanta naturalidade como o Brasil, já concebem planos para um período após o ano 2000.

Esta confiança no futuro — a par da liberdade e da beleza do seu país — é, provavelmente, uma das razões, pelas quais o Brasil sempre tem exercido um fascínio sobre nós, alemães. Cientistas, cartógrafos, geólogos, botânicos alemães exploraram o seu país desde o descobrimento, e as suas conclusões foram publicadas em relatórios de viagens e ensaios científicos. Minha cidade natal, Bremen, juntamente com Hamburgo e Luebeck, concluiu, há 155 anos, um Tratado de Comércio e Navegação com o Império Brasileiro, criando aqui estabeleci-

mentos comerciais. Artistas alemães fixaram os múltiplos aspectos da vida brasileira. O preceptor do Imperador D. Pedro I foi um amigo de Humboldt e correspondia-se com Goethe. Na conquista de Independência do Brasil alemães e valores espirituais seus desempenharam um papel de certo destaque. Depois de amanhã, como disseram, os restos mortais da Princesa de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, serão trasladados para São Paulo.

Em épocas de privações e perseguição política imigrantes alemães encontraram no Brasil uma nova pátria. Eles não precisavam renunciar a sua identidade cultural; pelo contrário, era-lhes permitido aportar tudo o que em patrimônio traziam. Essa receptividade dos brasileiros em relação a pessoas de origem diversa, essa tolerância, que é sinal de vigor, resultou em proveito para o seu País. Aqueles alemães tornaram-se brasileiros e, juntamente com os descendentes de outros povos, trabalharam pelo desenvolvimento do Brasil.

Entre os nossos dois países existem estreitas relações econômicas. Muitas empresas alemãs se estabeleceram no Brasil, integrando o sistema econômico deste país. Nossa cooperação no uso pacífico da energia nuclear e no desenvolvimento de fontes alternativas de energia é bem-sucedida. Também o intercâmbio científico e cultural é variado, representando um enriquecimento para ambos os povos. Nós, alemães, atribuímos alto valor ao excelente trabalho das 58 universidades e mais de 800 institutos de ensino superior no seu país.

O diálogo político — e assim volto ao início das minhas considerações — é intensivo. Ambas as partes estão convencidas da sua necessidade; não apenas para sabermos onde está o mal; não só para ajudarmo-nos mu-

tuamente; mas, também, para coordenarmos a nossa ação conjunta, a fim de que o futuro deste Mundo seja mais pacífico, mais justo e mais humano.

Vim aqui para aprender. Agradeço pelo que já pude saber hoje, e aguardo com satisfação as conversações e os encontros dos próximos dias.

Minhas Senhoras e meus Senhores, neste espírito peço que comigo ergam suas taças num brinde à saúde do Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora de Figueiredo, a um futuro feliz do Brasil e à amizade teuto-brasileira!

06 DE ABRIL
EMBAIXADA DA ALEMANHA
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,
Excelentíssima Senhora de Figueiredo
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

É para mim uma grande alegria, Senhor Presidente, poder retribuir o seu convite festivo de ontem à noite e cumprimentá-lo na Embaixada da Alemanha, cujos jardins foram concebidos pelo célebre paisagista brasileiro Burle Marx. É uma coincidência feliz que este ano comemoramos um jubileu nas relações teuto-brasileiras. Há cem anos atrás, em 10 de janeiro de 1882, foi assinada no Rio de Janeiro uma Convenção Consular entre o Brasil e o Império Alemão, cuja encadernação juntamente com as palavras iniciais se encontram reproduzidas no cardápio desta noite.

Nestes cem anos, as relações entre os nossos dois países foram ampliadas e intensificadas, ambos os nossos povos conheceram-se melhor, e os contatos oficiais realizam-se com regularidade.

Há dois dias atrás, pisamos solo brasileiro no Recife. Desde ontem encontramo-nos aqui em Brasilia que, há vinte e dois anos, é a sua capital. Esta Cidade representa a unidade do seu país em toda a sua multiplicidade.

Pela sua concepção impressionante e arquitetura padrão para o futuro, Brasília é uma das obras urbanísticas mais significativas do nosso século. Esta Cidade é manifestação de originalidade e fascinante engenho, qualidades que reencontramos na música brasileira, na literatura, nas artes plásticas, mas também nos seus planos políticos e econômicos.

Planejar esta Cidade, construí-la e construí-la tão grandiosa exigia coragem, sim, arrojo. Aqui sentimos a vontade política de uma grande nação, sua consciência de si, sua força e também sua confiança em si — qualidades que são reveladas também em outros projetos já iniciados: as estradas quase intermináveis, a exploração de fontes de matérias-primas e de recursos energéticos, o desenvolvimento da indústria e a extensão da agricultura.

Senhor Presidente, nós — o Senhor Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros e eu —, ontem e hoje mantivemos conversações pelas quais lhe somos gratos. Tivemos a oportunidade de lhe expor nossos problemas. Visto daqui, o Mundo se apresenta diferente do que visto de Bonn. Os Senhores não se sentem ameaçados. Os alemães, no entanto, há decênios têm de viver com este sentimento. Como diz uma inscrição neste edifício: Berlim dista daqui 12.056 quilômetros. Isto é mais do que um quarto da circunferência da Terra. Berlim é hoje uma cidade dividida, assim como a Alemanha, há quase quarenta anos, é um país dividido. Diariamente a fronteira nos lembra a separação de pais e filhos, de irmãos

e irmãs; e, nesta fronteira, as duas grandes potências estão colocadas frente a frente tão diretamente, como em nenhuma outra parte do Mundo.

Nas conversações com Vossa Excelência, Senhor Presidente, eu aprendi muito; eu vim para aprender. Penso agora conhecer melhor alguns dos seus problemas: o rápido crescimento da população, as diferentes estruturas sociais, e, além disso, os problemas econômicos que em virtude da recessão universal pesam ainda mais. Ela também nos afeta; e, portanto, as dificuldades agudas que ambos os nossos países enfrentam são semelhantes: desemprego, inflação, elevadas taxas de juros e crescente escassez de energia.

Durante as nossas conversações podemos, porém, constatar não apenas preocupações, mas também objetivos políticos de orientação idêntica e valores comuns. Partilhamos a convicção de que a paz é ameaçada por aspirações hegemônicas, força e extremismo, tanto quanto por situações sociais e econômicas injustas, e de que é o nosso dever reagir contra tais tendências no Norte e no Sul deste Mundo.

Estamos convocados a uma cooperação, marcada por compreensão mútua e pelo espírito de eqüidade. Nesta cooperação, cada um de nós oferece e recebe. Não desejamos considerar apenas fatores econômicos, mas também valores culturais e convicções religiosas. Desejamos fazer tudo o que está ao nosso alcance para que o futuro seja caracterizado por paz, liberdade, justiça, dignidade do homem e solidariedade.

Nós — posso dizer isso também em nome do Senhor Substituto do Chanceler Federal e Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros — admiramos o que Vossa Excelência, o vosso governo e o povo brasileiro realizam para alcançar estes altos objetivos.

Amanhã, conheceremos São Paulo, depois a Usina de Itaipu, Blumenau e o Rio de Janeiro, obtendo assim um visão mais completa das potencialidades quase ilimitadas de seu país.

Eu não sei se a expressão «um sonho brasileiro» é usual ou corrente. Mas eu penso que os Senhores poderiam sonhá-lo! Pois há grande probabilidade de que ele se realize. Senhor Presidente, nós estamos muito satisfeitos pelo fato de que entre os nossos dois países e povos existem laços sólidos, confiantes. As relações entre todos os países do Mundo tornam-se cada vez mais estreitas. O que acontece aqui no seu país tem consequências também no nosso. O que acontece na Europa irradia também para cá. A Humanidade terá um futuro comum. Colaboremos então para que este futuro seja feliz e próspero!

Neste espírito ergo a minha taça num brinde à saúde do Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora de Figueiredo, à amizade teuto-brasileira, à realização dos nossos objetivos comuns em paz e liberdade e a um futuro feliz do Brasil!

06 DE ABRIL
EMBAIXADA ALEMÃ
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR KARL CARSTENS

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federal da Alemanha, Karl Carstens:

Somos gratos, minha mulher e eu, pelas palavras
generosas de Vossa Excelência.

Nossa presença, hoje, na Embaixada da República
Federal da Alemanha, reativa gratas recordações da cor-
dialidade e simpatia com que fomos recebidos em seu
país.

Tivemos, Senhor Presidente, nestes dois dias de in-
tenso contato, a oportunidade de estreitar ainda mais o
vínculo de amizade que estabelecemos, há pouco menos
de um ano, em Bonn.

Constitui para mim motivo de grande satisfação,
apreciar, outra vez, a esclarecida avaliação que faz Vos-
sa Excelência dos temas da realidade contemporânea.
Reitero o meu apreço pelo padrão de serenidade e
equilíbrio que caracteriza as relações exteriores da Repú-
blica Federal da Alemanha.

Certo estou, Senhor Presidente, de que Vossa Excelência, partilhando a preocupação brasileira com o agravamento das tensões internacionais, terá todo empenho na reversão das sombrias expectativas com que se defronta a Humanidade.

O Brasil é um país em desenvolvimento, animado pelos valores fundamentais do Ocidente e desejoso de contribuir para a convivência harmoniosa entre os Estados; à base do respeito por suas individualidades e da não-ingerência em seus assuntos internos. Acreditamos que um futuro melhor para todos os povos depende da criação de condições equitativas de prosperidade, graças a uma política de real cooperação entre o Norte e o Sul.

Alegra-me sobremodo registrar, no plano bilateral, que nossas conversações firmaram a certeza de que o Brasil e a República Federal da Alemanha se encontram unidos, em todos os setores, para benefícios de seus povos.

Nesta visita, tem Vossa Excelência ocasião de aprofundar seus conhecimentos sobre o Brasil e de entrar em contato direto com nossa realidade, com nossas realizações e projetos, com os problemas, valores e contrastes deste vasto país.

Ao formular a Vossa Excelência e à Senhora de Castens votos de uma feliz viagem pelo Brasil, convido todos a brindarem à saúde do ilustre casal, ao crescente aprimoramento das relações teuto-brasileiras e à prosperidade da República Federal da Alemanha.

06 DE ABRIL
SENADO FEDERAL
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS, POR OCASIÃO DA SESSÃO CONJUNTA DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente do Senado,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Excelências,
Prezados Senhores Deputados,
Prezados Senhores Senadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Agradeço ao Senhor Presidente do Senado Federal e ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados pelas amáveis palavras que encontraram, em nome dos membros deste Congresso, para o meu país e para minha pessoa.

É para mim uma honra especial ter hoje o privilégio de falar perante esta Egrégia Casa. Por esta distinção estou grato a Vossas Excelências que se reuniram especialmente para este encontro. Sei apreciar a honra que me está sendo concedida.

Como sabem, eu mesmo fui, durante longos anos, membro do Bundestag Alemão e conheço, portanto, de

experiência própria, a missão responsável do parlamentar. E também conheço, dos tempos em que era Presidente do Bundestag Alemão, o fardo de seu cargo, ilustre Senhor Presidente.

Os parlamentares são os representantes dos cidadãos, seus protetores e advogados. Além disso, é particularmente este -Congresso que se considera como promotor da unidade e integração nacionais e, simultaneamente, como defensor das minorias religiosas e étnicas. Para o devir da Nação, os senadores e deputados brasileiros prestaram uma contribuição decisiva. A convicção da unidade espiritual e cultural do povo brasileiro encontra aqui manifestação expressiva.

Mas o Parlamento não é apenas legislador, é igualmente foro de confrontação e debate políticos. Os parlamentos são sismógrafos dos processos em desenvolvimento no país, das expectativas políticas, econômicas e sociais das populações.

As democracias alimentam-se da confrontação construtiva das opiniões, da qual Vossas Excelências são protagonistas aqui em representação de todos os cidadãos deste país. Para a realização e o funcionamento da democracia é, porém, necessário que haja simultaneamente disposição para o compromisso; compromisso este, que se transforma em fundamento de um consenso sólido. No caminho da democracia o seu país percorreu etapas importantes. Vossas Excelências todos tiveram parte essencial neste processo.

Justamente a nível parlamentar, as relações teuto-brasileiras se têm desenvolvido muito positivamente. Já em 1960, o então Presidente do Bundestag Alemão, Senhor Eugen Gerstenmaier, fez uma visita ao Brasil, e foi, exatamente há 20 anos atrás, que o então Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Ranieri Mazzilli,

chefiou uma delegação de parlamentares brasileiros em visita à República Federal da Alemanha. Após terem visitado o Brasil com delegações de parlamentares alemães os Vice-Presidentes do Bundestag Alemão, Senhor Dr. Schmidt-Vockenhausen e Senhor Dr. Jaeger, em 1971 e 1974, respectivamente, e, em 1979, a Vice-Presidente, Senhora Annemarie Renger, veio, em 1980, mais um grupo de parlamentares brasileiros ao nosso país, chefiado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Dr. Flávio Marcilio.

Como resultado deste vivo intercâmbio constituiu-se, há pouco tempo, no nosso Parlamento ao lado do grupo latino-americano, já existente há longa data, um grupo próprio teuto-brasileiro de parlamentares, ao qual pertencem mais de 60 deputados do Bundestag Alemão. Ele mantém contatos estreitos com o grupo brasileiro-germânico de parlamentares de seu Parlamento, chefiado pelo Deputado Pedro Colin, amigo de nosso país e conhecedor de nossa cultura.

Mas os contatos múltiplos entre os nossos Parlamentos constituem apenas um setor importante das relações diversificadas e estreitas, existentes entre os nossos dois países. Essas relações são caracterizadas por três elementos: pela franqueza mútua, pela confiança mútua e pelo respeito mútuo.

A franqueza mútua é uma precondição importante para as relações humanas e econômicas entre nós.

Qualquer alemão, chegando no Brasil, sente-se profundamente sensibilizado pelo carinho, pela delicadeza e simpatia com que um estrangeiro é acolhido aqui. Qualquer visitante sente que as pessoas aqui conservaram sua cortesia e generosidade, apesar dos esforços tremendos que este País de dimensões continentais lhes exige.

Para muitos milhares de compatriotas meus, fascinados pelo seu país e encantados pela sua gente, o Brasil se tornou a nova pátria. Foram recebidos de braços abertos, o que gratos retribuem com sua lealdade.

A partir dos primeiros estabelecimentos comerciais e das empresas de porte menor surgiram, entrementes, cerca de mil empresas alemãs que investem no seu país, participando assim ativamente na vida econômica do Brasil.

A atração e a capacidade de desempenho da economia brasileira não se depreendem apenas dos investimentos efetuados, mas também da troca comercial muito impressionante entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Desde 1977, as importações alemãs do Brasil são superiores às exportações para o Brasil. A República Federal da Alemanha ocupa — depois dos Estados Unidos — o segundo lugar entre os compradores de produtos brasileiros.

Minhas Senhoras e meus Senhores, franqueza, confiança e respeito são, também, o fundamento da cooperação científica, técnica e cultural.

No setor científico e técnico, a cooperação entre a República Federal da Alemanha e o Brasil é multifacetada. Abrange a agricultura e silvicultura, a saúde e educação, o planejamento urbano e regional, a proteção ambiental, bem como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia a partir da energia nuclear, energia solar, biomassa até a tecnologia aeroespacial.

O nosso intenso intercâmbio cultural e científico contribui para que os nossos povos se conheçam e se compreendam melhor, para que cada um se abra ao viver e ao meio cultural do outro.

Professores universitários alemães vivem e pesquisam no Brasil, professores brasileiros vivem e pesquisam na

Alemanha, estudantes universitários alemães, candidatam-se, em número cada vez maiores, para bolsas no Brasil, estudantes brasileiros freqüentam as nossas escolas superiores.

Cientistas e técnicos alemães e brasileiros cooperam em mais de 60 projetos, sobretudo no campo da pesquisa aplicada. Universidades alemãs e brasileiras estão ligadas por convênios e programas de pesquisa, no âmbito dos quais ambos os países oferecem e recebem.

Franqueza, confiança e respeito mútuo caracterizam, finalmente, também nossa estreita cooperação no quadro político.

O Brasil, sendo um país grande e influente, goza de alto prestígio não só na região latino-americana, mas no Mundo inteiro. O Brasil soube fazer uso de seu peso político e econômico, de forma prudente e inteligente. O seu país defende — assim como o meu — o equilíbrio pacífico dos interesses — tanto econômicos, como políticos.

A República Federal da Alemanha atribui grande importância à política equilibrada e à influência moderadora de seu país. Como países, situados em regiões diferentes do Globo, colaboramos, em virtude de conceções políticas comuns, para assegurar a paz mundial, e contribuímos para um equilíbrio de interesses entre o Norte e o Sul.

Para essa política de ação responsável em benefício da paz as Nações Unidas são um foro insubstituível. A República Federal da Alemanha, tanto como o Brasil, atua no seio das Nações Unidas em benefício da paz, da implementação dos direitos humanos e da realização do direito de autodeterminação de todas as nações.

Na Europa, a República Federal da Alemanha empenhou-se, através de acordos, cujo elemento central

é a renúncia à ameaça e ao uso da força, pela redução das tensões, com as quais sofre particularmente a Alemanha, dividida em dois Estados. Continua sendo o nosso objetivo político trabalhar por um estado de paz na Europa em que o povo alemão, em livre autodeterminação, recupere a sua unidade.

Juntamente com os nossos aliados queremos pôr fim aos armamentos no Mundo, alcançar segurança para todos, a um nível das forças militares, tão baixo quanto possível, e reduzir a carga dos custos armamentistas.

Somos membro das Comunidades Européias e procuramos, juntamente com os nossos parceiros, levar adiante a obra da União Européia.

Alegramo-nos pelo fato de o Brasil demonstrar grande compreensão pelos objetivos políticos específicos do nosso país e prestigiamos, de forma igual, os interesses nacionais específicos no Brasil. A harmonização a nível político tem sido ampliada nos últimos anos, e sinto satisfação pelo fato de numerosos senadores e deputados desta Casa terem participado ativamente nessa troca de opiniões.

Franqueza no relacionamento recíproco, confiança no parceiro e respeito pela sua individualidade e autonomia, são estes os três elementos que caracterizam as relações teuto-brasileiras.

São eles os alicerces da nossa amizade, uma amizade que nos capacita para abordarmos abertamente também divergências, se eventualmente surgirem, uma amizade que nos capacita para eliminarmos dificuldades, por fim, uma amizade que nos capacita para cooperarmos em prol dos nossos povos.

Vim para seu país como amigo; como amigo que ainda melhor conheceu suas preocupações e aspirações deixarei seu país.

NOTA À IMPRENSA

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Presidente da República Federal da Alemanha e a Senhora Karl Carstens realizam visita oficial ao Brasil no período de 4 a 10 de abril corrente.

2. O Presidente da República Federal da Alemanha e a Senhora de Carstens fazem-se acompanhar de comitiva que inclui, entre outros, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Senhora Hans-Dietrich Genscher; a Ministro de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Senhora Hildegard Hamm-Brücher; o Secretário de Estado na Presidência Federal, Senhor Hans Neusel; o Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil e a Senhora Franz Joachim Schoeller; o Vice-Porta-Voz do Governo Federal, Senhor Lothar Rühl; o Chefe do Departamento Político III do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Walter Gorenflos, e o Chefe do Protocolo e a Senhora Embaixador Conde Hans Werner Finck von Finckenstein.

3. Em Brasília, o Presidente Karl Carstens manteve conversações com o Presidente João Figueiredo, na presença dos dois Ministros do Exterior, sobre temas de interesse bilateral e da atualidade internacional. As conversações transcorreram em clima de entendimento, cordialidade e franqueza, consentâneo com o alto nível do relacionamento entre os dois países.

4. O Presidente da República Federal da Alemanha visitou o Congresso Nacional, reunido em Sessão Conjunta Solene, e o Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plenária Solene.

5. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, realizou com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, as consultas políticas previstas no mecanismo permanente de 16 de junho de 1978. Os Ministros conversaram sobre o estado atual e as perspectivas futuras das relações bilaterais, em todos os campos. Passaram em revista, igualmente, temas da atual conjuntura internacional, tendo registrado ampla convergência na avaliação de seus principais aspectos e problemas.

6. O Presidente da República Federal da Alemanha e a Senhora Carstens, antes da chegada a Brasília, visitaram as cidades de Recife e Olinda, tendo sido recepcionados pelo Governador do Estado e a Senhora Marco Antônio Maciel. Da Capital Federal seguiram para São Paulo, onde foram recebidos pelo Vice-Governador do Estado, no exercício do cargo de Governador, Senhor José Maria Marin. A programação inclui ainda visitas a Foz do Iguaçu, às obras da Hidrelétrica de Itaipu e à Cidade de Blumenau, onde serão homenageados pelo Governador do Estado e a Senhora Jorge Konder Bornhausen. A visita conclui-se no Rio de Janeiro, onde o Presidente da República Federal da Alemanha e a Senhora de Carstens serão recebidos pelo Governador do Estado e a Senhora Antonio de Pádua Chagas Freitas.

Brasília, em 7 de abril de 1982.

3. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo aos Estados Unidos da América do Norte.

12 de maio de 1982.

Washington

- Discursos do Presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan
- Discursos do Presidente João Figueiredo

12 DE MAIO
CASA BRANCA
WASHINGTON — USA

DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN, AO RECEBER O PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO.

Tenho o grande prazer hoje de dar as boas-vindas a Washington ao Presidente Figueiredo e sua esposa. Através dos muitos anos de nossa amizade com o Brasil, Senhor Presidente, seu país tem freqüentemente sido descrito como o país do futuro. Agora o futuro chegou. O Brasil, cada vez mais, é medido não por seu potencial, mas sim por sua pujança; não pelo que ele irá fazer, mas sim pelo que está concretizando.

Nós, nos Estados Unidos, nos regozijamos, juntamente com o povo brasileiro, pelo progresso do Brasil nos campos econômico, político e social e estamos ansiosos para expandir o relacionamento maduro entre nós estabelecidos. Os laços que nos ligam são fortes, e a confiança e o respeito mútuos são reforçados pelo tempo e por valores que compartilhamos.

Nossa amizade, Senhor Presidente, remonta aos primeiros dias da Independência do Brasil, quando os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a soberania brasileira. E o Brasil foi a primeira nação da América do Sul a enviar um embaixador a Washington.

O povo norte-americano não esquecerá, Presidente Figueiredo, que tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra o Brasil juntou-se a nós para combater a ameaça à liberdade. E, desde a guerra, nossos países têm colaborado em muitas frentes para enfrentar desafios à segurança e ao bem-estar de nossos povos.

O Brasil é uma força independente em prol da moderação e do equilíbrio neste Hemisfério. E embora nossos países tenham tido desacordos, o que é apenas natural e é de se esperar que ocorra entre amigos, nunca perderemos o respeito mútuo e a admiração tão característicos de nosso relacionamento.

Sua liderança, Senhor Presidente, repousa sobre as qualidades a que me acabo de referir. Durante uma visita oficial à Colômbia no ano passado, o Senhor explicou que em situações extremas, a sabedoria política requer altos níveis de tolerância. Nós sabemos que tolerância e moderação não produzem frutos amargos e são, incontestavelmente, demonstração de fidelidade ao verdadeiro ideal democrático. Esta e outras afirmações que o Senhor fez dão boa medida de seus ideais e dos ideais de seu país.

Senhor Presidente, o lema do Brasil é ordem e progresso. E durante estes tempos difíceis, seu país tem demonstrando que encara esse lema com seriedade. Atingindo duramente pelos custos crescentes de combustíveis, seu governo empenhou-se de maneira impressionante em fazer o que fosse necessário para proteger o padrão-de-vida de seu povo e o *brazilian way of life*.

Como resultado desse empenho, seu país é hoje líder no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, especialmente com o uso do álcool como combustível e com o desenvolvimento de fontes hidrelétricas.

Não é surpresa para nós que o Brasil tenha sobrepujado esses obstáculos. Nós compartilhamos uma herança pioneira semelhante. Nossos povos também se assemelham porque ambos representam um cadiño de culturas e de raças. A comparação mais significativa, porém, ainda é o respeito à iniciativa individual que existe em nossos países.

Para muitos, o Rio Amazonas é sinônimo de Brasil. Sua grandiosidade, sua enormidade e força confundem a imaginação. Como também a confunde o Brasil. Façamos a nós mesmos uma promessa de que sempre recorremos a boa-vontade que existe entre nós.

Faz onze anos, Presidente Figueiredo, desde que um Presidente brasileiro honrou os Estados Unidos com uma visita oficial. Esse é um hiato muito longo para nações que têm tanto a contribuir mutuamente. Esperemos que os laços pessoais que desenvolveremos nesta visita sejam um reforço da amizade entre nossos povos.

O Vice-Presidente Bush visitou seu país e fez consultas junto ao seu governo em outubro passado. Ele me relatou a maneira construtiva e amiga com que foi recebido.

Hoje espero ansioso nossa troca de idéias. Tenho muito a aprender do Senhor, e desejo ouvir sua opinião sobre tópicos de interesse mútuo. Em sua mensagem anual ao Congresso brasileiro, no ano passado, o Senhor disse que o Brasil «deseja entender e ser entendido». Bem, que seja essa a base para nossas conversações, hoje. Que sejamos como dois velhos amigos, vivendo num período de mudanças, buscando, honestamente e com sinceridade, boa-vontade e entendimento.

E com estas palavras, Presidente Figueiredo, eu lhe dou as boas-vindas dos Estados Unidos.

12 DE MAIO
CASA BRANCA
WASHINGTON — USA
DISCURSO AO SER RECEBIDO PELO
PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REA-
GAN

Muito obrigado, Senhor Presidente, por suas palavras de boas-vindas. Por mais de 150 anos, o Brasil e os Estados têm mantido um relacionamento equilibrado. Nossa herança é de estima, entendimento e respeito mútuos.

Minha visita a este país é, portanto, apenas um desenvolvimento natural de nossas relações bilaterais. Nossas relações com os Estados Unidos têm um papel importante na formulação de nossa política exterior.

O progresso do Brasil depende da diversificação e ampliação de nossa presença internacional. É objetivo brasileiro a melhor adaptação de nossas relações bilaterais ao mundo de hoje. Para tanto, a troca de informações e de idéias entre nossos governos deveria ser intensificada.

Sob as atuais difíceis circunstâncias, considero a oportunidade de manter uma discussão aberta com o Senhor, Senhor Presidente, como particularmente positiva.

A mais dura das realidades demonstra repetidamente que o diálogo é uma ferramenta diplomática de valor inestimável.

Chego a Washington desejoso de examinar consigo os problemas que nos preocupam a ambos nos campos político e econômico. Estou disposto a ouvir e a falar franca e objetivamente.

Nós no Brasil desejamos examinar de modo duradouro e criativo os interesses e valores comuns que existem entre nós e seu grande país. A amplidão e alcance de nossas relações nos encorajam a antecipar resultados favoráveis: Como nossos países possuem suas próprias características e desempenham papéis distintos nas políticas internacional e regional, é apenas natural que devam existir diferenças de opinião. É nosso desejo aplauná-las por meio da troca de idéias, de pontos-de-vista e de esclarecimentos.

Senhor Presidente, é fato sabido que no Brasil estamos passando por um capítulo especialmente significativo de nossa história política durante o qual as instituições democráticas estão sendo consolidadas. Do ponto-de-vista diplomático, adotamos uma posição universalista. Nossa política externa é diversificada. O Brasil é tanto um país ocidental quanto um país do Terceiro Mundo. É um país latino-americano com uma forte herança africana, entre outras. A política exterior do Brasil tenta refletir essa riqueza de experiência histórica.

Num mundo no qual as crises se multiplicam, a diplomacia deve continuar erigindo pontes entre Estados. Mesmo em tempos de desespero e de conflito, um acordo, não importa quão difícil seja, tem de ser encontrado. Na esfera internacional alguns impasses permanecerão, tal como a questão do desarmamento nuclear, de

vital importância para o destino da Humanidade. As negociações Norte-Sul não progridem, e nunca foi tão vital e urgente forjar elos de cooperação entre povos.

Americanos e brasileiros erigiram uma tradição de amizade através da História. O propósito da diplomacia brasileira é, em essência, fortalecer os laços de confiança mútua entre os países deste Continente de modo que o espírito de conciliação e paz possa prosperar.

Estas são as fundações para meu diálogo com Vossa Excelência. Nossos governos estão acostumados ao entendimento mútuo. Essa é nossa tradição. Possa também ser assim no futuro.

12 DE MAIO
CASA BRANCA
WASHINGTON — USA

DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, RONALD REAGAN, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE FIGUEIREDO.

Presidente Figueiredo,
Senhora de Figueiredo,
Distintos convidados:

É uma honra e um privilégio, para Nancy e eu, dar-lhes as boas-vindas na Casa Branca. O momento dessa visita nos dá uma oportunidade inesperada. Ontem foi o aniversário da Senhora de Figueiredo. (Palmas) Espero que todos se juntem a mim para desejar a ela um aniversário muito feliz.

Senhor Presidente,

Nossas discussões essa manhã, foram satisfatórias e agradáveis. Falamos livre e francamente, expressando tanto acordo como desacordo na mesma maneira amigável. O contato pessoal que fizemos e o relacionamento que nós desenvolvemos só podem servir aos interesses dos nossos dois países.

Eu tinha particular interesse em conhecer Vossa Excelência, não somente em razão de minha admiração pe-

lo Brasil e seu povo, mas também por causa da coragem e firme decisão que Vossa Excelência tem demonstrado em guiar o seu país através de um período especialmente desafiante da história brasileira.

Senhor Presidente,

Eu sempre digo que quando o trabalho a ser feito é realmente duro, a Cavalaria pode fornecer o homem para fazê-lo. (Risos, aplausos). E, sob esse aspecto o Senhor me supera. O Presidente representa já uma terceira geração de homens de Cavalaria em seu país.

Na sua Mensagem anual ao Congresso Brasileiro, este ano, o Senhor reafirmou a sua crença naqueles ideais que têm guiado seu governo. «A democracia que eu desejo», o Senhor disse, «é dinâmica e criativa. Ao defender estes princípios básicos, como a propriedade privada e a livre empresa, que são as bases da liberdade ela própria, serviremos aos indivíduos, à sociedade e ao ideal de justiça distributiva».

Senhor Presidente,

O seu compromisso para com a liberdade é muito encorajador num mundo que se tornou mais negro pela ação das forças totalitárias. Como Presidente, o Senhor proporcionou ao seu povo um governo responsável e inovador. Na verdade, enquanto me preparava para as nossas reuniões, deparei-me com uma idéia que os americanos fariam bem em copiar: o governo brasileiro tem um Ministro de Estado, e creio que ele está entre nós aqui esta noite, cuja única função é cortar a burocracia e devolver programas de governos para o setor privado. (Aplausos). Seu título é Ministro da Burocratização (risos), aliás, de Desburocratização. Espero que alguém esteja tomando notas (risos).

Durante as cerimônias de chegada, esta manhã, muito foi dito acerca da longa história de amizade entre os nossos dois povos. Durante 158 anos as nossas relações amistosas e pacíficas foram mantidas sem nenhuma interrupção séria, um tributo ao bom-senso e aos interesses comuns de nossos dois povos. Eu mencionei nossa camaradagem durante a Segunda Guerra Mundial, mas, muito mais importante, tem sido a nossa boa-vontade em tempos de paz.

Senhor Presidente,

Sua visita coincide com uma das mais sérias ameaças à paz que este Hemisfério já conheceu. Eu penso que o Senhor sabe quão arduamente os Estados Unidos, que se encontra ligado por laços de amizade a ambos os países no conflito do Atlântico Sul, trabalhou para evitar a guerra e proporcionar a paz. Nós todos esperamos e oramos para que os esforços de paz que se realizam agora, em Nova Iorque, frutifiquem.

Para nós, a amizade de todos os países no Hemisfério nos é tão preciosa quanto a amizade do Brasil. E nós trabalharemos para assegurar que o sistema inter-americano, no qual a paz e a justiça no Hemisfério se baseiam, emerja, neste período de provação, não enfraquecido, mas fortalecido.

Senhor Presidente,

Nós vivemos num mundo dramaticamente diferente do que era ao fim da Segunda Guerra Mundial. Cada país é agora dependente da cooperação e da boa-vontade dos outros. Nós não olhamos para os dias que

virão porque vemos as tremendas novas oportunidades que se abrem à nossa frente a cada dia. Permita-me lembrar que esses novos tempos não alteraram a afeição entre nós.

E agora eu gostaria de pedir a todos que se juntem a mim num brinde ao Presidente e à Senhora de Figueiredo e ao povo do Brasil.

12 DE MAIO
CASA BRANCA
WASHINGTON — USA

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SE-
NHOR RONALD REAGAN

Excelentíssimo Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan,
Senhores convidados:

Agradeço as generosas palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar. Interpreto-as como manifestação de apreço por meu país e da tradicional amizade entre nossos povos.

Nação latino-americana, o Brasil tem participado, ao longo de quase quinhentos anos de história, da tarefa de construção do Ocidente. Nossa contribuição variou através dos séculos, mas nunca esteve isenta de sacrifícios, mesmo de vidas humanas. Nosso diálogo, Senhor Presidente, fundou-se nesse amplo contexto.

O Brasil é também um país em desenvolvimento. Partilha, portanto, dos problemas, objetivos e aspirações daqueles Estados que reúnem hoje a maior parte da Humanidade. Essa dimensão também esteve presente em nossas conversações.

No atual quadro histórico, marcado pela deterioração da conjuntura internacional e pela crise econômica, meu governo considera imprescindível que o Ocidente, no qual o país de Vossa Excelência desempenha papel de decisiva importância, trabalhe, com objetividade e consistência, para restaurar com o Mundo em desenvolvimento o vínculo de mútua confiança.

Tenho como certo que, neste momento, não deve o Ocidente industrializado ceder à tentação de isolar-se, ou de tomar medidas de seu interesse unilateral. Deve, antes, vir ao diálogo, tanto em nível global na perspectiva Norte-Sul, quanto no que diz respeito a crises e problemas localizados, de natureza política ou econômica.

Senhor Presidente,

A oportunidade de estar em Washington para manter conversações com Vossa Excelência, e receber altas autoridades norte-americanas, foi da maior valia.

Trocamos opiniões sobre os problemas que nos preocupam, assim como aos países com que mantemos profundas relações de amizade.

Impulsionamos nosso relacionamento bilateral, graças ao exame não só das dificuldades concretas que enfrentamos no cotidiano, mas também dos amplos horizontes do reforço e da diversificação de nossos laços.

Não posso deixar de expressar-lhe meu reconhecimento pela amistosa acolhida que recebi do governo e do povo norte-americano.

Retornarei ao Brasil certo de que teremos construídos bases para o desenvolvimento futuro de nossas relações, que existem desde a Independência e que se orientam pelos princípios da compreensão e do respeito, bem como pela apreciação dos interesses específicos de cada um de nossos países.

Senhor Presidente,

Em meu nome e no de minha mulher, convido agora os presentes a levantarem comigo um brinde às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Reagan.

**4. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão,
Senhor Zenko Suzuki.**

14 de junho de 1982.

Brasília

- Discurso do Presidente Figueiredo
- Discurso do Primeiro-Ministro do Japão Zenko Suzuki
- Comunidade Conjunto Brasil—Japão

14 DE JUNHO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO
DO JAPÃO, SENHOR ZENKO SUZUKI

Senhor Primeiro-Ministro:

A presença de Vossa Excelência no Brasil vem demonstrar, uma vez mais, a força do vínculo existente entre nossos países. Em nome de todos os brasileiros, desejo reafirmar nossa profunda amizade ao povo japonês.

Estou certo de que a confiança que une o Japão e o Brasil será reforçada pelos contatos pessoais que manti-
ve e manterei ainda com Vossa Excelência. Em nossas conversações, Vossa Excelência evidenciou as qualidades que lhe são amplamente reconhecidas, de homem de talento político, capaz de buscar a conciliação dos espíritos e de encontrar caminhos comuns.

Recordo que o primeiro Tratado entre Brasil e Japão, firmado em 1895, erigia a amizade como princípio básico das nossas relações bilaterais. Essa tem sido a inspiração e a norma fundamental de nosso diálogo, há cerca de três gerações.

Como os japoneses, os brasileiros vêem na harmonia uma regra básica de convivência civilizada. Somos abertos aos povos amigos, porque nos sabemos naturalmente capazes de assimilar as influências que recebemos de fora.

Valorizamos, por isso, o inestimável alento trazido à formação da sociedade brasileira pelos imigrantes japoneses. Seus descendentes são hoje cidadãos deste país, e, como todos os demais brasileiros, constróem o Brasil do futuro.

Ao longo das últimas décadas, Brasil e Japão souberam estabelecer uma cooperação promissora. Não serão muitos os exemplos de países que tenham desenvolvido relacionamento tão sólido e isento de atritos. Entre Estados, como entre indivíduos, as boas-amizades são as que se provam duradouras.

Realizam-se, neste momento, os grandes empreendimentos industriais e agrícolas nipo-brasileiros, acordados durante a visita que, em 1976, o Presidente Geisel fez ao Japão. Entretanto, nossos governos não se podem contentar com metas já alcançadas.

A visita de Vossa Excelência é particularmente oportuna e auspíciosa. Já se abrem para nossos países importantes perspectivas de associação, com vistas ao desenvolvimento da província mineira de Carajás.

Desejamos ampliar igualmente a cooperação que já teve início na área agrícola, o que atenderá a interesses mútuos, podendo contribuir, de forma substancial, para atenuar a carência mundial de alimentos.

No âmbito da cooperação científica e tecnológica, que se anuncia promissora, esperamos chegar em breve a entendimentos mais definidos e a um quadro institucional propício.

No plano comercial, devemos explorar novas oportunidades de incremento e diversificação de nossas trocas, levando em conta a devolução da economia dos dois países. Nesse contexto, o Brasil acompanha com interesse os esforços ora desenvolvidos para a maior liberalização do mercado japonês.

Senhor Primeiro-Ministro,

A cooperação nipo-brasileira tem hoje caráter marcadamente econômico. Nosso diálogo, porém, não se limita a esse plano. Também na esfera política internacional, Brasil e Japão encontram reais motivos para ampliar seu entendimento.

O Brasil cultiva sua individualidade, mas recusa o isolamento; não perde sólida consciência de sua identidade nacional, mas tampouco desvaloriza o princípio da boa-convivência entre as nações.

Nesse equilíbrio repousa a certeza de que o Brasil trilhará seu destino de país simultaneamente ocidental e do Terceiro Mundo.

A noção de nossa identidade e de nossa rica experiência histórica nos leva a uma presença externa cada vez mais diversificada e universalista.

O Japão assume papel destacado na cena política internacional. Em sua condição de grande potência industrial, a nação nipônica está política e economicamente integrada ao Ocidente, mas nem por isso é menos fiel às profundas raízes de sua cultura e de sua tradição.

Por outro lado, em vista de sua situação geográfica e pela direção de mais da metade do seu comércio, o Japão tem vínculos profundos com o Mundo em desenvolvimento. Por isso, Senhor Primeiro-Ministro, acreditamos que seu país trará contribuição decisiva para a so-

lução dos grandes problemas da atualidade, especialmente no que se refere ao encaminhamento do diálogo Norte-Sul.

Neste momento em que se aguçam as tensões internacionais, é importante proclamar que o Brasil e o Japão têm uma vocação em comum: nosso irrestrito devotamento à causa da paz. Esse é um compromisso que, antes de figurar na Constituição de nossos Estados, está inserido na própria consciência de nossos povos.

Consideramos que não há hierarquia entre os objetivos da paz e do desenvolvimento: A causa da paz reclama o diálogo, que deverá se traduzir, também no plano econômico, pela construção de uma ordem internacional mais justa.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao sermos otimistas quanto ao futuro de nossas relações, estamos na verdade sendo apenas objetivos. Nesta saudação que faço a Vossa Excelência, tive o intento deliberado de homenagear os valores permanentes do convívio e do diálogo nipo-brasileiros. A harmonia e a confiança mútua, além do devotamento comum à causa da paz, conferem às relações entre o Brasil e o Japão uma sólida base ética.

No Mundo conturbado de hoje, temos motivos adicionais para nos congratularmos pela consistência amistosa e construtiva de nossos laços.

Permita-me, Senhor Primeiro-Ministro, erguer um brinde à saúde de Vossa Excelência, à crescente prosperidade da nação japonesa e aos sentimentos de fraterna amizade que unem nossos povos.

Muito obrigado.

14 DE JUNHO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO
DO JAPÃO, SENHOR ZENKO SUZUKI,
POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE
FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor
João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil,

Demais Autoridades presentes:

Sinto-me honrado com este memorável banquete que Vossa Excelência ofereceu a mim e à minha comitiva, bem como pelas calorosas palavras de boas-vindas que acaba de nos dirigir.

Estou feliz em poder finalmente concretizar o meu desejo de visitar o Brasil, a convite de Vossa Excelência, e, depois de conhecer as duas cidades mais representativas do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, ver com meus próprios olhos esta bela Cidade de Brasília, cuja construção e considerada um empreendimento histórico por seu traçado urbanístico, moderno e funcional. Fiquei mais feliz, ainda, com a conversa franca e proveitosa que tive na audiência com Vossa Excelência, num clima de amizade e compreensão. Nos três dias de minha

permanência no país, fiquei profundamente impressionado com o desenvolvimento da sociedade brasileira, puljante de vitalidade e humanismo.

Senhor Presidente,

Antes da visita a este país, tive a oportunidade de participar da Reunião de Cúpula em Versalhes, bem como da Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU dedicada ao Desarmamento. Em Versalhes, os líderes dos países participantes procuraram, em conjunto, tomar a posição, de acordo com o espírito de harmonia e solidariedade, de estimular a revitalização da economia mundial, a fim de superar as várias dificuldades que a sociedade internacional enfrenta atualmente. Esclareci que o Japão está disposto a contribuir, de maneira apropriada, para resolver esta questão de suma importância de reativar a economia mundial, mantendo ao mesmo tempo o sistema de livre comércio internacional, não obstante a difícil conjuntura econômica atual.

Por outro lado, na ONU, também elucidai que o Japão, apoiado na sua Constituição atual, jamais se tornará uma potência militar e continuará a sustentar com firmeza a política básica de utilizar todo o seu poder para a paz e prosperidade do Mundo. Além disso, tendo como meta final o desarmamento total e completo, inclusive a abolição de armas nucleares, apelei para que sejam tomadas com urgência medidas concretas para o desarmamento, tais como a proibição total de experiências nucleares, o fortalecimento do sistema de não-proliferação nuclear e a proibição de armas químicas. Também enfatizei que os recursos derivados dessas medidas deveriam ser aplicados na cooperação aos países em desenvolvimento e na dinamização da economia mundial.

Senhor Presidente,

O Japão tem como missão e objetivo diplomático defender os valores fundamentais de liberdade e democracia, nos quais está alicerçada a estrutura da sociedade japonesa, bem como garantir uma vida segura e fecunda para o seu povo. É desnecessário dizer que tal objetivo só poderá ser alcançado, num mundo cada vez mais interdependente, dentro do contexto de paz e de desenvolvimento de toda a sociedade internacional. Minhas afirmações, tanto em Versalhes como em Nova Iorque, foram baseadas neste conceito. A política básica de meu país sobre as relações com a América Latina e do Caribe também é de aprofundar cada vez mais as relações interdependentes e de fortalecer a solidariedade com os povos desta área.

Nesta oportunidade, gostaria de destacar que, na condução de sua diplomacia com a América Latina e do Caribe, o Japão considera de suma importância os fatores de consistência e continuidade. Quer dizer, sem se deixar influenciar pelas mudanças da situação de cada momento, o Japão está envidando esforços para manter e desenvolver as tradicionais relações de amizade com cada um dos países da América Latina e do Caribe, pois acredito que somente uma política consistente e continua é capaz de construir uma base sólida de confiança mútua e amizade permanente.

Senhor Presidente,

As relações de cooperação e de confiança mútua entre nossos dois países são as mais representativas para o Japão na área da América Latina e do Caribe e, por conseguinte, são as mais sólidas.

Apesar da distância geográfica considerável entre o Brasil e o Japão, as relações de amizade entre os dois

países têm longa história, fazendo progresso marcante através da emigração japonesa para o Brasil no início, e através das relações comerciais e econômicas nos anos recentes. Agradeço o fato de a sociedade brasileira ter acolhido calorosamente muitos japoneses e seus descendentes brasileiros e oferecido a oportunidade de desenvolverem um trabalho fecundo. É motivo de muita honra para mim constatar que essas pessoas estão contribuindo para a prosperidade e o progresso de seu país, como bons cidadãos brasileiros.

Além disso, muitos projetos de grande porte estão sendo promovidos, hoje em dia, com a participação conjunta de recursos humanos e materiais dos dois países. Novos projetos de cooperação estão sendo iniciados, tais como os projetos de Carajás e o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado. Especialmente o último, que Vossa Excelência está promovendo, é, na minha opinião, da maior relevância para ajudar na solução da crise de alimentos que aflige a Humanidade, além de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil. Meu país tenciona continuar a emprestar a máxima cooperação possível a esta grandiosa obra.

Senhor Presidente,

Hoje em dia, as relações de cooperação dos dois países estão começando a transcender o campo econômico-comercial, estendendo-se a setores mais amplos, tais como político, cultural e outros. Vejo com agrado esta situação e desejo construir nossas relações de cooperação e confiança numa nova dimensão, dobrando meus esforços ainda mais daqui em diante. Estas devem continuar alicerçadas num entendimento mútuo mais profundo e numa confiança mais sólida. Para isto, a cooperação e intercâmbio de pessoal nos campos cul-

tural e acadêmico têm que ser promovidos de maneira mais ativa. Para elevar o nível qualitativo da cooperação é importante promovê-la especialmente nos campos científico e tecnológico, acadêmico e outros. Neste sentido, estou satisfeito em constatar que minha opinião coincide com a de Vossa Excelência sobre a necessidade de que os dois países firmem um acordo de cooperação científica e tecnológica.

Senhor Presidente,

Presto minha profunda homenagem ao pujante desenvolvimento econômico que seu país está promovendo sob a sábia liderança de Vossa Excelência e também ao papel que o Brasil está desempenhando de maneira eficiente, dentro do cenário internacional, respaldado em seu poder nacional consolidado, contribuindo para a paz e a prosperidade mundiais. Desejo brindar, com todos os presentes, por uma prosperidade cada vez maior de seu país e pela saúde de Vossa Excelência, fazendo votos para que as relações nipo-brasileiras, que têm apresentando excelentes resultados no campo da cooperação, sejam ainda mais estreitas no futuro.

COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA BRASIL—JAPÃO

COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA BRASIL-JAPÃO, DIVULGADO PELO PALÁCIO DO ITAMARATY EM BRASÍLIA, EM 15 DE JUNHO DE 1982, AO FINAL DA VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO JAPONÊS, ZENKO SUZUKI.

A convite de sua Excelência o Senhor João Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Zenko Suzuki, Primeiro-Ministro do Japão, realizou visita oficial ao Brasil. Visitou Brasília em 14 e 15 de junho de 1982, depois de ter permanecido em São Paulo e no Rio de Janeiro de 12 a 14 de junho.

Numa atmosfera cordial e amistosa, o Presidente Figueiredo e o Primeiro-Ministro Suzuki trocaram opiniões sobre a situação internacional e sobre as relações bilaterais entre o Brasil e o Japão.

O Presidente e o Primeiro-Ministro manifestaram profunda satisfação com o fato de que durante a visita do Primeiro-Ministro Suzuki, foi reafirmado o espírito de mútua confiança existente no relacionamento entre os dois países e fortaleceu-se ainda mais sua tradicional amizade. O Presidente e o Primeiro-Ministro notaram com satisfação que compartilham pontos-de-vista similares a respeito de uma ampla gama de questões internacionais. Reconheceram a crescente importância dos papéis

exercidos pelo Brasil e pelo Japão nas esferas regional e mundial. Nesse sentido, os dois países continuam a orientar as respectivas políticas externas com base em um diálogo aberto e construtivo, voltado para a solidariedade internacional mais ampla possível.

O Presidente e o Primeiro-Ministro examinaram os resultados da recente Reunião de Cúpula de Versalhes e trocaram opiniões sobre a revitalização da economia mundial e sobre as relações Norte-Sul. Ambos expressaram a convicção de que o fortalecimento das economias dos países em desenvolvimento é essencial para evitar crises e instabilidades no sistema econômico internacional. Dentro desse propósito, o Brasil e o Japão continuarão a fazer esforços, de forma construtiva, na busca de um progresso efetivo no Diálogo Norte-Sul como base duradoura para uma ordem mundial verdadeiramente estável.

O Presidente e o Primeiro-Ministro reafirmaram a dedicação dos dois Governos à causa da paz e a determinação dos dois países em continuar a cooperar, dentro das posições respectivas, para a paz e a prosperidade do Mundo. Nesse sentido, também reafirmaram sua adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e seu apoio ao papel da Organização com vistas a harmonizar as ações dos países-membros e preservar a paz e a segurança internacionais. O Presidente e o Primeiro-Ministro declararam sua intenção de continuar a manter e a fortalecer cooperação ainda mais próxima nas várias organizações do sistema das Nações Unidas.

O Presidente e o Primeiro-Ministro manifestaram sua preocupação com a evolução recente da conjuntura internacional e com o recrudescimento da corrida armamentista, especialmente no que concerne a armamentos nucleares. Trocaram opiniões sobre o problema do de-

sarmamento e expressaram intenção de envidar os melhores esforços no sentido de que a Segunda Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas Dedicada ao Desarmamento, agora em realização em Nova Iorque, produza resultados frutíferos.

O Presidente e o Primeiro-Ministro manifestaram satisfação com o fato de que as relações entre o Brasil e o Japão têm-se desenvolvido de forma significativa, com base na amizade tradicional existente entre os dois países. Esse relacionamento, crescentemente diversificado, que cobre áreas amplas, baseia-se no princípio da cooperação mutuamente benéfica. Os dois governos decidiram consolidar ainda mais os estreitos vínculos existentes entre os dois países e entre seus povos. As freqüentes consultas em todos os níveis entre os dois governos — sobre larga gama de assuntos relacionados com política internacional, com a economia mundial e com questões bilaterais — têm sido de grande utilidade para os dois lados. O Presidente e o Primeiro-Ministro recordaram os resultados proveitosos das duas Sessões da Reunião Consultiva Interministerial Brasil-Japão, realizadas em setembro de 1976 e em agosto de 1979. Concordaram que a promoção de ativas consultas de alto nível deverá contribuir para o entendimento mútuo e para a cooperação bilateral.

O Presidente e o Primeiro-Ministro constataram com satisfação o progresso atingido na cooperação econômica entre os dois países e concordaram em que medidas adicionais deveriam ser tomadas no sentido de assegurar um modelo cada vez mais diversificado desse relacionamento. Manifestaram-se de acordo sobre a importância do fluxo de recursos financeiros japoneses para o Brasil. Nesse sentido o Primeiro-Ministro salientou que o Brasil é o país para o qual tem sido dirigido o

maior volume de investimentos e financiamentos japoneses. Notaram também, com satisfação, que 500 milhões de dólares em empréstimos serão concedidos pelas entidades japonesas interessadas para o Projeto de Minério de Ferro de Carajás, um dos projetos a que o governo brasileiro atribui a mais alta prioridade.

O Presidente e o Primeiro-Ministro trocaram opiniões sobre o progresso dos diversos empreendimentos de grande escala, já em execução, no âmbito da cooperação entre o Brasil e o Japão, de que são exemplo a Usiminas, a Usina Siderúrgica de Tubarão e o projeto Albrás-Alunorte para a produção de alumínio. Reconheceram que o desenvolvimento, como planejado, de tais projetos fortalecerá ainda mais a confiança mútua existente entre os dois países. Concordaram também em que a devida consideração continuará a ser dada pelos dois lados para o progresso efetivo e sem obstáculos desses empreendimentos.

O Presidente e o Primeiro-Ministro manifestaram satisfação com o fato de que o projeto-piloto do programa de cooperação para o desenvolvimento agrícola da região do cerrado no Brasil tem registrado firme progresso no sentido da consecução dos resultados esperados, graças aos esforços conjuntos de ambos os governos e de entidades interessadas dos dois países. O Presidente manifestou seu alto apreço pela contribuição japonesa para o desenvolvimento agrícola da região do cerrado e indicou sua expectativa de que o referido programa de cooperação possa ser implementado em escala ampliada. O Primeiro-Ministro expressou a intenção do lado japonês de cooperar na medida do possível em atendimento à solicitação brasileira apresentada em maio último. O Primeiro-Ministro acrescentou que, no que concerne à forma concreta pela qual a cooperação

japonesa será efetivada, o Japão deseja realizar um exame amplo do assunto, tomando em consideração as especificações do plano brasileiro referentes à solicitação mencionada e o resultado da avaliação do projeto-piloto a ser empreendida conjuntamente pelos lados brasileiro e japonês em julho deste ano. O Primeiro-Ministro também afirmou que o governo do Japão tem a intenção de tomar as medidas necessárias para a concessão de um empréstimo em moeda japonesa até o montante de 12 bilhões e 21 milhões de ienes destinado ao projeto de irrigação (PROFIR), que visa à crescente produtividade agrícola da região do cerrado.

O Presidente e o Primeiro-Ministro verificaram, com satisfação, o contínuo progresso das relações bilaterais na área da cooperação técnica, cujo volume de atividade coloca o Brasil entre os parceiros mais importantes do Japão nesse campo. Os programas de cooperação técnica Brasil-Japão atingiram alto nível no tocante a insumos tecnológicos, que têm sido transferidos às instituições brasileiras que participam desses programas. Atualmente, novos projetos de cooperação estão sendo considerados, como é o caso do projeto de imunopatologia e de outras iniciativas em setores de interesse mútuo. O Presidente e o Primeiro-Ministro expressaram a determinação de continuar a promover ativamente a cooperação técnica entre os dois países.

O Presidente e o Primeiro-Ministro, tomando nota com satisfação do crescimento no intercâmbio comercial entre os dois países, assim como do rápido aumento nas exportações brasileiras de produtos manufaturados para o Japão, reiteraram que os dois países deveriam fazer esforços para o prosseguimento acentuado dessas tendências. Ambos enfatizaram também a necessidade de conter o crescimento de tendências protecionistas no co-

mércio mundial, de modo a superar as dificuldades com que ele hoje se defronta, e salientaram que — no tocante a políticas comerciais — plena consideração deveria ser dada às necessidades específicas dos países em desenvolvimento. O Primeiro-Ministro, sublinhando a necessidade de cada nação em demonstrar determinação no que diz respeito à manutenção de um sistema de comércio aberto e multilateral, fez uma explanação sobre as medidas que o Japão tomou — com base no princípio de livre comércio — em prol da expansão do intercâmbio mundial. Referiu-se também ao Sistema Geral de Preferências adotado pelo Japão, do qual o Brasil é um dos principais beneficiários. O Presidente salentou a necessidade de que a contribuição o Brasil ao comércio mundial seja comensurável com seu peso econômico e com suas potencialidades.

O Presidente e o Primeiro-Ministro, manifestando a expectativa de que a cooperação no campo da ciência e tecnologia ocupe lugar de crescente importância nas relações entre o Brasil e o Japão, concordaram em promover ainda mais a cooperação nesse campo. O Primeiro-Ministro expressou a pronta disposição do governo japonês em dar prosseguimento às negociações com vistas à conclusão de um acordo de cooperação no campo da ciência e tecnologia, em atendimento à solicitação brasileira. O Presidente tomou nota com satisfação dessa intenção do governo japonês.

O Presidente e o Primeiro-Ministro manifestaram a intenção de acelerar o já ativo intercâmbio cultural e acadêmico entre os dois países. Nesse contexto, o Primeiro-Ministro manifestou a intenção de intensificar, através das agências japonesas competentes, a cooperação referente a estudos japoneses no Brasil. Recebendo,

com agrado, essa iniciativa, o Presidente assinalou a conveniência de se estimular também estudos referentes ao Brasil no Japão.

O Presidente lembrou que o Brasil é o país que recebeu o maior número de emigrantes japoneses, que — juntamente com seus descendentes brasileiros — trouxeram uma importante contribuição para o desenvolvimento do Brasil. O Primeiro-Ministro recebeu esse comentário com profunda satisfação. Ambos expressaram a expectativa de que o fluxo de pessoas entre os dois países seja aumentado ainda mais.

O Primeiro-Ministro convidou o Presidente a visitar oficialmente o Japão, em data de mútua conveniência; o Presidente aceitou esse convite.

O Primeiro-Ministro manifestou seu sincero reconhecimento pela amiga e calorosa hospitalidade com que foi recebido no Brasil, juntamente com os membros de sua comitiva.

**5. Visita ao Brasil do Presidente da República Popular do Congo,
Senhor Denis Sassou Nguesso.**

06 de julho de 1982.

Brasília

- Discurso do Presidente Figueiredo
- Discurso do Presidente da República Popular do Congo Denis Nguesso
- Comunicado Conjunto Brasil—Congo

6 DE JULHO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA POPULAR DO CONGO, SE-
NHOR DENIS SASSOU NGUESSO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Popular do Congo, Denis Sassou Nguesso:

Há pouco mais de dois anos, o Brasil e a República Popular do Congo estabeleceram relações diplomáticas e desde então nossos governos têm buscado aprimorar seu conhecimento mútuo.

Ilustres personalidades congolesas estiveram em nosso país e puderam observar a realidade brasileira. A visita de Vossa Excelência ao Brasil culmina esse processo de aproximação e deverá inaugurar uma fase ainda mais promissora nas relações de cooperação entre este país e o Congo.

Desejo, pois, expressar a satisfação que nos traz a presença de Vossa Excelência e de sua honrada comitiva. Estou certo de que juntos poderemos trabalhar pela consolidação da amizade que une o Congo e o Brasil e pelo adensamento e diversificação de nossas relações.

Senhor Presidente,

A rapidez com que se desenvolveram os vínculos entre nossos países é significativa.

Diversos elementos favorecem nossos contatos. Populações jovens e dinâmicas, semelhanças oriundas de nossa situação geográfica e de tradições comuns, favorecem, a todo tempo, a troca de experiências.

Vossa Excelência poderá verificar durante sua estada no Brasil a afinidade existente entre nossos povos e países e entre os recursos de que a natureza nos dotou; a força da raiz africana da civilização brasileira; a franqueza do nosso diálogo com os irmãos do continente vizinho. Esse diálogo tem por base a confiança e a vontade inabalável de fortalecer o espírito de independência autêntica de nossos povos.

Mais do que tudo, aproxima-nos a consciência de sermos países em desenvolvimento, aos quais incumbe promover, de forma acelerada, o progresso e a melhoria das condições de vida de nossos povos.

Este desafio está ligado ao nosso esforço comum pelo aperfeiçoamento da ordem internacional vigente. Tudo quanto fazemos parece esbarrar nas emperradas estruturas políticas e econômicas que caracterizam a vida internacional de hoje.

Por um lado, vemos nações cuja soberania é violentada e cuja independência é contestada por meios coercitivos. Vemos outras, como a Namíbia, a que o direito de autodeterminação é negado, contrariando princípios e resoluções da Organização das Nações Unidas. Outras existem, ainda, onde a dignidade humana é desconsiderada, por meio de ações discriminatórias, de natureza racial, ideológica ou religiosa.

Por outro lado, práticas comerciais e sistemas econômicos criam e prolongam disparidades inaceitáveis entre as nações. O aviltamento da cotação de produtos primários, a transferência do ônus da crise financeira internacional para os países em desenvolvimento e o difícil acesso ao conhecimento científico e tecnológico perpetuam desequilíbrios, afetando negativamente o processo de desenvolvimento de cada nação.

Devemos, por isso, em todos os foros e em todas as instâncias internacionais, bater-nos contra tais injustiças e preconizar, com firmeza, o estabelecimento de uma nova ordem internacional, fundada no entendimento e na igualdade.

Devemos, também, com lúcida percepção do futuro, reconhecer a importância do Atlântico Sul como traço de união entre as nações em desenvolvimento que o circundam e o papel fundamental que tem esse oceano para a salvaguarda de nossos interesses comuns, em clima de paz e segurança.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que a solução dos problemas que enfrentamos será acelerada por meio de maior cooperação entre nossos países. O comércio direto das nações em desenvolvimento e o ajuste de programas de cooperação bilateral, utilizando tecnologia e recursos próprios, abrem novos caminhos nas relações internacionais, caminhos calcados no interesse e no respeito mútuo e no desejo de promover a paz, a igualdade e o bem-estar de todos os Estados.

Nesse sentido, a evolução das relações entre o Brasil e o Congo é exemplar.

Por ocasião da primeira visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo, em 1981, foi assi-

nado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural. Mais tarde, tivemos a honra de receber a visita de vários outros ministros congoleses, encarregados de examinar perspectivas de cooperação em áreas como agricultura, transportes, energia, obras públicas, educação e formação profissional.

Em decorrência dessas visitas oficiais, entidades brasileiras e congolesas identificaram oportunidades de executar projetos de desenvolvimento no Congo e de aumentar o intercâmbio entre nossos países, fazendo com que o valor de nosso comércio fosse multiplicado por três, desde 1979.

Marcando a estada de Vossa Excelência entre nós, será firmado amanhã outro importante acordo, que vai ampliar a cooperação bilateral, especialmente no campo técnico e científico.

Evidências dessa conjugação de interesses e entidades de anseios são o nosso plano comum de unir esforços para o desenvolvimento de regiões de trópico úmido da República Popular do Congo, de características semelhantes às que encontramos em vasta porção do território brasileiro e, mais especificamente, a assinatura, por empresa brasileira, de contrato para realizar estudos geotécnicos referentes a uma importante rodovia em território congolês.

Faço questão de ressaltar esses atos, Senhor Presidente, porque eles demonstram, de modo claro, a capacidade de dois países amigos para transpor ao campo de ação concreta suas idéias comuns, na luta para superar os obstáculos do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Com esse espírito, saúdo Vossa Excelência e sua digna comitiva e convido os presentes a erguerem suas

taças pelo crescente aperfeiçoamento das relações de amizade entre o Brasil e o Congo, pela prosperidade do povo congolês e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

06 DE JULHO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DO CONGO, SENHOR DENIS SASSOU NGUESSO, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO.

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhores Embaixadores,
Distintos convidados,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Muito gostaria de exprimir a alegria de estarmos no Brasil e de aqui sermos acolhidos como amigos e de nos sentirmos como em nossa casa.

Estamos felizes por nos encontrarmos neste país maravilhoso, o qual nos une, através de múltiplas afinidades de caráter cultural, histórico e geográfico. Gostaria, igualmente de agradecer a Vossa Senhoria as palavras amáveis que o Senhor Presidente vem de pronunciar em homenagem à minha pessoa e ao povo congolês, que nutre por sua pessoa grande estima e sincera admiração, provando-lhe nossos sentimentos de calorosa amizade e de simpatia paternal pelo povo brasileiro. A acolhida emocionante que nos foi reservada desde nossa

chegada ao Rio e também em Brasília, sua bela capital, símbolo do Brasil de amanhã, traduz a profundidade destes sentimentos.

Senhor Presidente,

Nossa visita ao Brasil, de acordo com nossas vontades em comum de promover relações de toda ordem entre nossos dois países, preconizam a harmonia e a compreensão mútuas. Esta vontade ultrapassa os interesses puramente brasileiros e congoleses. Nossa vontade de cooperação é um convite à África e à América Latina de desenvolveram entre si ligações mais freqüentes que permitam consolidação de suas independências.

Os povos da América Latina e da África sofreram por muito tempo a dominação e a exploração imperialista e hoje, ainda nos falta, essencialmente, vencermos, o estado de dependência. Esta situação de dependência nos obriga a exigirmos cada vez mais e, melhor ainda, fazermos face à vontade sempre manifesta de dominação e exploração dos países do Mundo.

Gostaríamos, igualmente, que nossa visita ao Brasil fosse um testemunho da ambição dos países do Terceiro Mundo em promover a cooperação científica em vista da nova ordem econômica internacional.

A obstinação dos países desenvolvidos em não prestar séria atenção ao diálogo Norte-Sul, fazendo oposição às negociações globais nos convence das necessidades de contestar nossa determinação em transformar o sistema atual de relações econômicas internacionais.

Senhor Presidente,

Queríamos felicitá-lo, vez que nesses últimos anos nossas relações de amizade e de cooperação não cessaram de se desenvolver. Numerosas missões foram troca-

das entre nossos dois países e permitiram solidificar as bases de uma cooperação chamada de subdesenvolvida e subdiversificada.

Estamos persuadidos de que esta visita permitirá desenvolver ainda mais esta relação já considerada boa em termos de qualidade e de volume, elevando-a a um nível que esteja à altura de nossas ambições e potencialidades.

Nossos dois países dispõem, com efeito, de sérios trunfos — nos bastará colocá-los em valor.

Senhor Presidente,

O saber tecnológico é, sem qualquer dúvida, o critério decisivo de adaptação ao mundo do Século XXI, que se vislumbra ao horizonte. Ora, é evidente que os países industrializados têm prisioneiros os países em desenvolvimento através de seus avanços tecnológicos e científicos. É por este motivo que o conceito de transferência de tecnologia permanece sobre carregado de demagogia quando evocado por aqueles países que de fato, querem e sonham em sempre possuir o poder da superioridade na matéria, para continuar a agir dentro de sua lógica particular, a da dominação tecnológica.

A transferência de tecnologia como desejam os países de Terceiro Mundo, é uma transferência liberadora que permite a cada povo ser senhor nas relações e na referida tecnologia e a dispor, assim, do progresso que busca.

Assim sendo, felicitamos apenas aos países amigos, como o Brasil, que vem dando passos firmes na marcha difícil do caminho da conquista da ciência e da técnica. Aos nossos olhos este processo é decisivo para os povos do Terceiro Mundo, é uma vez que constitui um exemplo, neste contexto de cooperar com o vosso país na instalação de tecnologias adaptadas às nossas situações geográficas.

ficas, econômicas, sociais e culturais. Tal fato nos promete experiências e meios de acelerar o curso do destino, proporcionando-nos importantes trocas na vida de nossos povos. A instalação de tecnologias adaptadas supõe um trabalho de formação e de pesquisa metódica, assim como a necessidade de valorização de nossos recursos ainda inexplorados, sendo este um desejo capital, não importando os riscos a correr e as consequências a sofrer em função de um futuro país rico.

Senhor Presidente,

Nossa política de independência nacional assim como vosso desejo de voltar o Brasil para outros países, notadamente para os países africanos constitui, aos nossos olhos, uma linguagem de fé e de aliança entre as nações. É por isso, Senhor Presidente, que nos permitimos dizer-lhe, uma vez mais, quanto apreciamos vossa política civil, com o jorro total e pleno dos atributos de soberania. Graças a esta política o Brasil tornou-se uma nação forte, respeitada e confiante em seu futuro. Permita-me de vos felicitar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente,

É com este Brasil que o Congo está orgulhoso de cooperar. A República Popular do Congo, como o Brasil, está intimamente ligada à política de independência. Um plano político pressupõe, em termos internos, a paz e a unidade nacional. Nós consideramos, na verdade, que uma nação unida, mobilizada em torno de um projeto específico é capaz de alcançar grandes proezas e de se resguardar de dolorosas dilacerações. Depois de um longo período de tatear e de múltiplas crises, conseguimos, hoje, colocar em funcionamento um projeto de desenvolvimento de nosso país, do qual, o primeiro item é

o Plano Quinquenal 1982-1986. Este Plano olhará, principalmente pela agricultura e também pela verdadeira indústria a fim de promover a auto-suficiência alimentícia. Cuidará igualmente, das infra-estruturas de comunicações — estradas, ferrovias, aeródromos. O transporte como meio de comunicação poderá desencravar as regiões interioranas do País, permitindo as ligações inter-regionais. Para a realização deste Plano nós mobilizamos todo nosso povo, mas este esforço nacional deverá, ainda, ser complementado através de ligações externas. Em termos de planos externos nós pretendemos manter uma política de cooperação com todos os países que assim o desejem, sob a base do interesse recíproco e do respeito mútuo. Nós pelejaremos em favor da paz, da boa-vizinhança e da aliança entre as nações. É por isso que eu gostaria de aproveitar a nossa presença aqui para denunciar calvário sofrido pelo Terceiro Mundo, o qual permanece, não somente quanto ao problema da existência quotidiana, mas também quanto aos horrores da guerra, da destruição, de um colonialismo e de um racismo sob todas as suas formas. Como não nos incomodarmos, nesta contenda, com as tensões que observamos em diversas partes do Mundo, neste momento preciso, em que, nos organismos internacionais, debate-se problemas de paz, de desarmamento e de segurança. A política não escapa à inter-revolução, continuamente cobrada e largamente explorada. A África é, em suma, uma vítima do anacronismo da colonização e sofre uma duvidosa deformação racista. Algum sucesso foi obtido, é verdade, na luta pela descolonização do Continente Africano, mas a comunidade internacional deve ser informada dos numerosos obstáculos que o imperialismo multiplica para entravar o processo da descolonização, notadamente na Namíbia e na África do Sul. Uma tal situação, que não resguarda qualquer nação do Terceiro

Mundo, deveria nos incitar a obter mais solidariedade e acordos.

O Brasil e o Congo, por seus passos, estão de mãos dadas.

Senhor Presidente,

Nossos dois países, unidos por profundas afinidades históricas e culturais propuseram-nos interesses estabelecidos entre eles de acordos de cooperação para assegurar a seus povos um futuro feliz. Há, de uma e outra parte, a vontade política de agir neste sentido. Minha visita traz o testemunho de numerosos trunfos, tanto materiais como humanos, já aqui sublinhados, os quais nos permite vislumbrar o futuro com otimismo.

Não tenho dúvidas de que nossos entendimentos atuais alcancem resultados completos e importantes. Este é o sentido de nossa visita. Sob forma simbólica podemos notar uma importante razão de esperança: É esta espontaneidade na qual está a arte de viver, tão natural que constitui uma inesgotável fonte, através de nossas florestas, de nossos rios, de nossas potencialidades naturais e humanas.

É confiando nesta potencialidade e na sua valorização que eu gostaria de fazer um brinde à saúde de sua Excelência João Baptista Figueiredo, à prosperidade e à felicidade do povo brasileiro, à saúde de todos nós outros aqui presentes, à amizade entre os povos congolês e brasileiro.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL—CONGO

A convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Denis Sassou Nguesso, Presidente do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Presidente da República, Chefe-de-Estado, Presidente do Conselho de Ministros, efetuou visita oficial ao Brasil, de 5 a 7 de julho de 1982, acompanhado de importante delegação integrada, principalmente, pelos Senhores Lekoundzou Itihi-Ossetoumba, membro do Bureau Político, Ministro das Finanças; Pierre Nzé, Membro do Bureau Político, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Camille Bongou, Secretário-Geral junto à Presidência do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Conselheiro Político da Presidência da República; Jean Itadi, Ministro da Indústria e da Pesca; Aimé-Emmanuel Yoka, Ministro Diretor do Gabinete do Chefe-de-Estado, Ministro Delegado junto à Presidência, Encarregado da Cooperação; Henri Djombo, Ministro das Águas e Florestas.

2. Em Brasília, Sua Excelência o Senhor Presidente Sassou Nguesso foi recebido pelo Senhor Presidente João Figueiredo.

3. Foi igualmente recebido por Sua Excelência o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque.

4. As conversações entre os dois Presidentes se desenrolaram em clima de amizade e entendimento mútuo. Os dois Presidentes examinaram a situação internacional atual, principalmente no que diz respeito à África e à América Latina. Expressaram sua viva preocupação diante do agravamento da tensão internacional e manifestaram sua vontade de que os conflitos que ora estão ocorrendo possam ser revolvidos por vias pacíficas.

5. Os dois Presidentes examinaram em seguida, em profundidade, as relações entre os dois países. Expressaram a convicção de que estas conversações abrirão novas perspectivas para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Congo.

6. Os dois Presidentes procederam à avaliação das relações econômicas e comerciais entre os dois países. Registraram com satisfação o crescimento das trocas comerciais e tomaram nota, com interesse, da importante operação de fornecimento de quatro barcos de pesca ao governo congolês. Verificaram que os esforços dos dois governos poderão contribuir para dar novo impulso à cooperação bilateral e à valorização das potencialidades existentes. Para tanto, a cooperação entre o Brasil e o Congo deve se apoiar sobre fatores objetivos que resultam da semelhança entre os problemas encontrados pelos dois países na valorização de seu espaço nacional.

7. Nessas condições, o Presidente do Brasil e o Presidente do Congo decidiram estabelecer, tão logo que possível, um plano de cooperação a longo prazo, que permita ao Congo beneficiar-se da experiência brasileira de valorização das regiões florestais da Amazônia brasileira. Esta cooperação visa ao desenvolvimento integrado das regiões congolesas e será realizada em condições que serão fixadas em um ajuste a ser estabelecido no decorrer do presente encontro entre os dois governos.

Constitui uma primeira etapa desta cooperação a longo prazo a recente assinatura de contrato para a realização de estudos geotécnicos da estrada Epéna-Impfondo-Dongou por uma empresa brasileira. Para tanto, o Banco do Brasil concedeu ao governo congolês um financiamento de 95 milhões de dólares.

8. Os dois Presidentes trocaram os instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, assinado em Brasília em 18 de fevereiro de 1981. Os dois governos procederam também à assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica e do Acordo Commercial.

9. A Parte congolesa submeteu à consideração do Governo brasileiro projetos de Acordo Aéreo e de Acordo de Cooperação Científica e Técnica. O governo brasileiro se comprometeu a estudá-los com a possível brevidade e levando em conta o interesse superior das relações entre o Brasil e o Congo.

10. As duas Partes convieram que uma atenção privilegiada será concedida à cooperação técnica e científica. Nesse sentido, os dois Presidentes concordaram em recomendar a seus respectivos governos o exame das possibilidades de desenvolvimento das relações bilaterais nas áreas da agricultura, das minas, das florestas, das obras públicas, dos transportes, da pesquisa de fontes alternativas de energia, de formação profissional e da educação.

11. Durante sua estada no Brasil, o Presidente Sassou Nguesso efetuou uma série de visitas, incluindo, além do Distrito Federal, os Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, assim como certos centros econômicos no sul de Minas Gerais. No Rio de Janeiro, foi recebido por Sua Excelência o Senhor Antonio de Pádua Chagas

Freitas, Governador do Estado, e em Salvador, por Sua Excelência o Senhor Antonio Carlos Magalhães, Governador do Estado da Bahia.

12. Ao fim de sua visita oficial, Sua Excelência o Senhor Presidente Sassou Nguesso exprimiu ao Presidente João Figueiredo sua profunda gratidão pela calorosa hospitalidade que lhe foi oferecida, assim como à sua delegação, pelo governo e pelo povo do Brasil.

13. O Presidente Sassou Nguesso convidou o Presidente João Figueiredo a efetuar visita oficial à República Popular do Congo. Este convite foi aceito com prazer. A data da visita será fixada por via diplomática.

Brasília, 7 de julho de 1982.

6. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo ao Canadá.

18 a 20 de de julho de 1982.

Ottawa

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Governador-Geral do Canadá Edward Schreyer
- Discurso do Presidente da Companhia Alcan Aluminium Limited David Culver
- Discurso do Primeiro-Ministro Pierre Trudeau



18 DE JULHO
BASE DAS FORÇAS CANADENSES
OTTAWA — CANADÁ
DISCURSO AO DESEMBARCAR NO
CANADÁ

Senhor Governador-Geral:

Agradeço sensibilizado as palavras de boas-vindas de Vossa Excelência, que refletem o espírito generoso e hospitaleiro do povo canadense.

Muito me honra ser o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar o Canadá. Nossos países mantêm frutuosas relações de amizade e cooperação e estou seguro de que esta visita irá contribuir para o seu fortalecimento.

Não são poucas as semelhanças entre o Canadá e o Brasil. Com vasto território, ambos os países são marcados pelas grandes distâncias e pelo esforço que desenvolvem no sentido de promover a integração nacional, valendo-se de arrojados empreendimentos. A mobilidade social proporcionou aos que acorreram a nossos países prosperidade individual e ocasião de contribuir para o progresso coletivo. Essa experiência comum, por si só, aconselharia conjugação de esforços, mutuamente benéfica, entre nossos países. O Brasil apresenta característi-

cas inerentes à sua condição de país em desenvolvimento e acentuadas pelo desafio da construção de uma sociedade próspera dinâmica. Temos viva consciência de nossa identidade latino-americana, pela qual pautamos nossa posição no Hemisfério e no Mundo. Os contatos entre o Canadá e o Brasil por certo facilitam a compreensão recíproca das realidades próprias a um e a outro país.

O diálogo entre brasileiros e canadenses, enriquecido pela visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Pierre Trudeau em janeiro de 1981 e por numerosos outros encontros de alto nível, evolui de modo franco e objetivo.

Esteja certo Vossa Excelência de que atribuo especial importância às relações entre o Brasil e o Canadá e de que é firme a minha disposição de contribuir para o crescente aprofundamento da amizade entre nossos povos.

Senhor Governador-Geral,

Estou convencido de que encontros que manterei neste país, marcados pelo espírito fraternal que preside a nosso entendimento, hão de contribuir para fortalecer os estreitos laços que vinculam o Brasil ao Canadá, representando o ponto-de-partida para a próxima fase de relacionamento entre as duas grandes nações.

18 DE JULHO
BASE MILITAR
OTTAWA — CANADÁ
DISCURSO DO GOVERNADOR-GERAL
DO CANADÁ, SENHOR EDWARD
SCHREYER AO RECEBER O PRESI-
DENTE JOÃO FIGUEIREDO.

Senhor Presidente:

Em nome do povo e do Governo do Canadá, sinto-me satisfeito, esta noite, em dar a Vossa Excelência e à Senhora de Figueiredo, as boas-vindas ao Canadá. Sua visita é uma ocasião histórica — a primeira vez que um Presidente do Brasil vem ao meu país. A presença de Vossa Excelência simboliza o reconhecimento rapidamente crescente de que nossos países têm muito o que ganhar trabalhando juntos.

Desde a posse de Vossa Excelência, em 1979, os contatos, a colaboração e as consultas entre nossos dois governos e nossas duas sociedades não pararam de crescer e se ampliar em novos domínios. E não deveria ser de outra forma, pois somos vizinhos de Hemisfério, freqüentemente percebemos a evolução da situação mundial da mesma maneira, nossas duas sociedades são comunidades de imigrantes, do Novo Mundo, orgulhosas de seu pluralismo cultural e étnico.

Como importantes potências médias, partilhamos a mesma preocupação segundo a qual soluções eqüitativas devem ser encontradas para questões como o desenvolvimento internacional e a utilização das riquezas dos oceanos. Concordamos na necessidade de soluções justas e pacíficas para os conflitos internacionais, dentro do princípio da não-intervenção. Econômica e comercialmente, cada um de nós tem muito a oferecer ao outro. Ambos os nossos países estão, portanto, engajados numa procura ativa e persistente de meios e caminhos para encorajar, ainda mais, uma forma de intensificar substancialmente as relações bilaterais que conseguimos alcançar nos três últimos anos.

O Brasil é um país especial que dominou a feliz arte de equilibrar conquistas intelectuais e tecnológicas marcantes com uma alegria de viver especial. Em consequência, os canadenses muito admiram vosso país e vosso povo. Assim, é um prazer especial para mim receber Vossa Excelência no Canadá como um sócio, um vizinho e um amigo.

19 DE JULHO
RIDEAU HALL
OTTAWA -- CANADÁ
DISCURSO DO GOVERNADOR-GERAL
DO CANADÁ, SENHOR EDWARD
SCHREYER, DURANTE O BANQUETE
EM HONRA DO PRESIDENTE JOÃO FI-
GUEIREDO.

Senhor Presidente:

Dada as enormes distâncias geográficas e diferenças lingüísticas entre nós, poder-se-ia perguntar a razão pela qual ocorreu a aproximação entre Canadá e Brasil. Mas nossa amizade não deveria causar qualquer surpresa àqueles que compreendem o grande número de similaridades entre nossos dois países. Somos, ambos, sociedades do Novo Mundo, construídas pela visão e o vigor de povos de muitas outras terras. Somos ambos enormes países, em termos de extensão geográfica, cuja população está largamente concentrada ao Sul. Ambos fizemos esforços tremendos para ocupar os vastos interiores de nossos países, para desenvolver seu enorme potencial econômico. Nossas culturas partilham uma herança latina comum, mas com outras influências, indígenas e externas, que enriqueceram sua base européia. Somos ambos, além disso, potências médias em termos de influência nos assuntos mundiais, a partilharmos a mesma visão sobre muitos problemas internacionais. Nossas eco-

nomias são quase do mesmo tamanho e ambos somos importantes em termos de comércio. De qualquer ponto-de-vista as semelhanças entre Canadá e Brasil são cristalinas.

Uma ocasião como esta permite rever o relacionamento que tem crescido entre duas nações amigas. O Brasil desde a muito tempo tem atraído religiosos e homens de negócios canadenses, os quais estabeleceram sua presença em nossa terra no final do Século XIX. O Brasil foi a primeira nação latino-americana com que o Canadá estabeleceu relações diplomáticas. Isto foi em 1941, e logo seguido pelo primeiro Acordo Comercial e Cultural do Canadá no Hemisfério. Estados Unidos à parte, o Brasil é o único país no Hemisfério Ocidental no qual o Canadá estabeleceu mais de um posto diplomático e consular. Entretanto, esse começo promissor realmente não se desenvolveu até bem recentemente. Durante os últimos anos, todavia, grandes passos foram dados nesse sentido. Em 1980, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou o Canadá — a primeira visita de tal magnitude em muitos anos. Em janeiro de 1981, o Primeiro-Ministro Trudeau foi o primeiro Primeiro-Ministro canadense a visitar o Brasil, e vossa visita agora é a primeira vez que um Presidente do Brasil vem ao Canadá.

Esta é uma grande, na verdade uma histórica oportunidade de construir laços novos e dinâmicos. Estamos estabelecendo e revendo mecanismos econômicos e políticos formais que governam nosso relacionamento, e explorando novas áreas menos tradicionais, tais como a cooperação entre nossos Institutos Nacionais de Cinema e relações benéficas no campo da ciência e da tecnologia. Nossos laços comerciais e econômicos nunca foram tão ricos e diversificados.

O Brasil é conhecido como «o país do futuro». Animados do mesmo otimismo e da mesma vontade de «fazer avançar as coisas», os canadenses e os brasileiros compartilham uma mesma quantidade de aspirações, de esperança e de sonhos em relação ao futuro. Não tenho dúvidas de que continuaremos a unir nossos esforços para realizar nossos objetivos comuns.

As relações, em suma, nunca foram tão boas, tão variadas, tão intensas ou tão visíveis. Em ambos os países as comunidades de homens de negócios, os meios de comunicação social, as universidades, os grupos culturais e os governos, todos têm um importante papel a desempenhar. O Brasil é um país grande e orgulhoso, com um povo dinâmico e crescentemente ocupando um lugar central nos assuntos mundiais. Acredito que todos os setores da sociedade canadense têm reconhecido esta realidade e concordam inteiramente com a nossa ativa procura de uma crescente cooperação. Nós nos tornaremos, com mais freqüência do que antes, sócios em esforços mútuos. Essa é uma perspectiva de que — estou certo — será de grande benefício e vantagem para ambos os povos.

19 DE JULHO
RIDEAU HALL
OTTAWA — CANADÁ
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO GOVERNADOR-
GERAL DO CANADÁ, SENHOR ED-
WARD SCHREYER

Senhor Governador-Geral:

Encontro nas palavras de Vossa Excelênci a expressão da amizade e da harmonia que regem as relações entre nossos países. Minha mulher e eu e os membros de minha comitiva guardaremos a lembrança da hospitalidade com que a Senhora de Schreyer e Vossa Excelênci nos recebem esta noite.

Há quase um século, empresários canadenses vêm contribuindo, em iniciativas pioneiras, para o progresso industrial no Brasil. A presença do Canadá não se limitou, entretanto, a setores de relevância exclusivamente econômica. Pioneira na área da cooperação técnica foi a figura do geólogo canadense Charles Frederick Hart, que tenho especial satisfação em evocar, que participou da célebre expedição do sábio Agassiz, em 1865, e foi depois nomeado pelo Imperador Pedro II para conduzir o trabalho de levantamento geológico no Brasil. Hart foi autor de importantes estudos dedicados ao conhecimento geográfico, geológico e social de nosso país. De-

pois o intercâmbio entre Brasil e Canadá ampliou os horizontes dessa colaboração. Em 1941, os dois países deram início às suas relações diplomáticas, tendo sido o Brasil uma das primeiras nações latino-americanas a estabelecer, formalmente, o relacionamento direto com o Canadá.

Senhor Governador-Geral,

Não apenas no âmbito das relações bilaterais encontramos terreno propício à colaboração eficiente e à convergência de pontos-de-vista. O amplo leque de aspectos que compõem o cenário internacional de nossos dias, tem ensejado, muitas vezes, ao Canadá e ao Brasil a adoção de posições construtivas em favor das mudanças que este momento histórico reclama.

A distância existente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento tem gerado desequilíbrios perturbaadores da convivência entre as nações. A ordem internacional reinante não é benéfica nem aos países ricos nem aos pobres. Incorporada à consciência do homem moderno, esta verdade tem sido assinalada com freqüência por nossos países. O desafio maior está, entretanto, em promover as mudanças necessárias, por meio de instrumentos pacíficos e justos. O recurso às armas e à força não nos conduzirá aos dias melhores que todos almejamos. As manifestações do Canadá prol da paz e de uma justa ordem internacional são vistas com o mais elevado apreço por meu governo, profundamente convencido de que a solução dura doura das grandes questões internacionais deverá ser encontrada pelo consenso e pelo entendimento.

Nação latino-americana, o Brasil, tem recebido, desde os primórdios de sua história, uma diversificada

contribuição étnica e cultural. As raízes indígenas, europeias e africanas de nossa civilização vieram integrar-se, a partir do século passado, novos contingentes de população. Essa síntese de culturas singulariza a nação brasileira. No curso das últimas décadas, o povo de meu país vem realizando notável esforço de construção de um Brasil mais moderno. Conscientes embora do apreciável resultado de seu trabalho, têm os brasileiros a clara noção do muito que nos falta realizar para atingir nível condizente com as potencialidades do País. O Brasil permanecerá sempre solidário com as nações pacíficas que, como nós, lutam em busca de pleno desenvolvimento.

Senhor Governador-Geral,

Registra-se, nos últimos anos, o estreitamento de laços entre o Canadá e o Brasil, em todos os setores. De fundamental importância, nesse contexto, tem sido a eficiente utilização dos mecanismos bilaterais de consulta. Atribuo especial importância à assinatura, amanhã, de Memorandum de Entendimento que institui um sistema de consultas políticas amplas e regulares entre nossos Governos.

Embora da maior significação, o nível atingido pelas relações entre o Canadá e o Brasil está ainda aquém do que poderíamos esperar, diante da potencialidade das duas grandes nações. Estou convencido de que, na identificação de áreas de possível intercâmbio, já numerosas, iremos adotar o mais aberto dos horizontes.

Senhor Governador-Geral,

Nossa crença comum no fortalecimento da paz, no direito inalienável que têm os povos de escolher seu pró-

prio destino, no advento de novo ordenamento internacional, conduzirá o Canadá e o Brasil, lado a lado, na direção de um futuro mais promissor. Possa minha visita ao Canadá contribuir para esse objetivo.

20 DE JULHO
HOTEL SKYLINE
OTTAWA — CANADÁ

DISCURSO DO SENHOR DAVID CULVER, PRESIDENTE DA COMPANHIA ALCAN ALUMINIUM LIMITED, DURANTE O ALMOÇO OFERECIDO PELA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ EM HONRA A SUA EXCELENCIA O SENHOR JOÃO FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Senhor Presidente:

Foi me agraciada a honra e o privilégio de transmitir a Vossa Excelência, em nome do setor privado canadense, nossos mais calorosos votos de boas-vindas.

É com grande prazer que o faço, especialmente dado o constante crescimento das relações comerciais e de investimento de minha empresa com o Brasil por mais de 40 anos, e principalmente por ter participado ativamente do desenvolvimento destas relações.

O setor privado canadense tem mantido, há mais de 80 anos, uma presença ativa no Brasil, acolhido como elemento participante, em conjunto com o setor privado brasileiro, do empolgante desenvolvimento dos vastos recursos naturais e humanos de seu grande país. Como resultado deste desenvolvimento, o Brasil é hoje, com todo direito, orgulho de sua condição efetiva de uma das principais economias do Mundo.

Empresas canadenses participaram deste desenvolvimento em várias áreas, tais como luz e eletricidade, transportes urbanos, comunicações, mineração, prospecção de petróleo, indústrias de transformação, construção de redes ferroviárias e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e estes setores, de modo algum, constituiriam uma lista completa.

Bancos canadenses desempenharam um papel significativo no apoio ao desenvolvimento de projetos brasileiros e no incremento do comércio bilateral.

Importadores canadenses, nos últimos anos, compraram mais produtos brasileiros, e nosso comércio bilateral «disparou», tendo ultrapassado a cifra de 1 bilhão de dólares nos anos de 1980 e 1981.

No primeiro trimestre deste ano, o Brasil registrou um saldo positivo na balança comercial com o Canadá, pela primeira vez em 10 anos. Esta importante façanha, acontecida pouco antes de sua chegada ao Canadá, deverá ser particularmente agradável para os eficientes dirigentes da promoção comercial brasileira.

Senhor Presidente,

Os laços fortes e saudáveis criados dentro do relacionamento bilateral Brasil-Canadá estão claramente demonstrados aqui, hoje, pela presença na sua comitiva oficial não apenas de um grupo de Ministros e altas autoridades governamentais, mas ainda de mais de 100 líderes dos setores industriais, comerciais e financeiros brasileiros.

Com efeito, Senhor Presidente, a sua visita ao Canadá, e este almoço de hoje, representam o encontro de brasileiros e canadenses dos mais influentes já reunidos numa só sala.

Gostaria de agradecer a Vossa Excelência a honra que concedeu ao setor privado com sua presença hoje neste almoço, como nosso mais distinguido convidado e de lhe expressar nosso desejo que a sua visita ao Canadá seja não só proveitosa, mas também a lembrança de uma experiência agradável entre amigos.

Senhor Presidente,

Estamos encantados com a sua presença entre nós, e de ter tido a oportunidade de lhe transmitir em conjunto nossos mais vivos desejos de um futuro saudável ao seu grande país e do êxito de nossos esforços em promover o intercâmbio Brasil-Canadá em uma mútua vantagem para nossos países. Posso assegurar a Vossa Excelência que o setor privado canadense continuará a desempenhar um papel forte e cooperativo com esse objetivo, em conjunto com nossos parceiros brasileiros.

20 DE JULHO
PRÉDIO CENTRAL DO PARLAMENTO
OTTAWA — CANADÁ
DISCURSO DO PRIMEIRO MINISTRO
PIERRE TRUDEAU NA CERIMÔNIA DE
ASSINATURA DE ATOS.

Senhor Presidente:

Acabamos de testemunhar a cerimônia de assinatura de atos internacionais, e se julgarmos pela fisionomia dos signatários, as duas partes fizeram um bom negócio. Fizemos disso um ato solene, para ressaltar o significado dos dois documentos.

Assinamos um Acordo comercial e um Acordo sobre Consultas Políticas. Isso não é apenas uma realidade, mas um símbolo do tipo de relações que desejamos manter com seu grande país.

Estamos interessados em acelerar o intercâmbio econômico entre nossos dois países e temos muitas evidências de que isso pode ser mutuamente benéfico para nossos povos.

Mas, também, estamos interessados em despender muito do nosso tempo e das nossas relações — como eu e o Senhor fizemos — discutindo questões políticas, particularmente aquelas concernentes ao Hemisfério, mas

também aquelas referentes a outros assuntos internacionais nos quais o Brasil e o Canadá têm um papel moral e político a desempenhar.

Gostaria de congratular-me consigo, Senhor Presidente, pela franqueza com que expressou seus pontos-de-vista e, de certo modo, o invejo por ser o líder de tão grande nação como o Brasil, que parece ter grande fé no seu futuro.

Os homens de negócios que encontrei aqui e no Brasil, há um ano e meio atrás, a despeito das dificuldades econômicas por que passa o Mundo, tanto esses homens de negócios quanto os políticos, mostraram grande fé no futuro do país.

E se nós canadenses não tomarmos cuidado, teremos que reescrever as palavras de um dos nossos antigos Primeiros-Ministros, que declarou que «o Século XX pertencerá ao Canadá». Se não tomarmos cuidado, ele pertencerá ao Brasil.

20 DE JULHO
PRÉDIO CENTRAL DO PARLAMENTO
OTTAWA — CANADÁ
IMPROVISO NA CERIMÔNIA DE ASSI-
NATURA DE ATOS INTERNACIONAIS
ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E
DO CANADÁ

Meus Senhores:

Na oportunidade em que Canadá e Brasil firmaram documento de suma importância para as relações entre os dois países, eu desejava dizer aos Senhores que as nossas conversações foram uma continuação daquelas que foram iniciadas no Brasil, quando da presença de Sua Excelência, o Senhor Primeiro Ministro Pierre Trudeau na minha pátria.

Tivemos ocasião de conversar, de discutir as nossas relações bilaterais, as questões multilaterais, questões políticas, questões econômicas de interesse de ambos os países, de interesse do Mundo Ocidental, de interesse da Humanidade. Quero agradecer a Sua Excelência a paciência com que me ouviu e a oportunidade que me deu de permitir que eu, nas discussões com Sua Excelência, continuasse a ser eu mesmo, tratando de temas tão importantes para as nossas pátrias e para a Humanidade, com uma franqueza que eu diria até rude, mas que me permitiu voltar à minha pátria sem deixar omitida ne-

nhuma idéia, sem deixar escondido nenhum pensamento a respeito de todas as questões que foram abordadas.

Deus queira que, em alguns casos, eu não esteja com a razão. Mas tenho a certeza que Sua Excelência compreendeu meus pontos-de-vista e há de me perdoar, por certo, algumas passagens que forcei, por vezes, para que bem compreendesse o meu pensamento.

De uma coisa tenho certeza: Voltarei para o Brasil certo de que as nossas conversações, minhas e do Primeiro-Ministro, dos meus Ministros com os Ministros canadenses, resultarão no aprofundamento das relações já profundas de amizade entre o Canadá e o Brasil.

E queira Deus, também, resultarão no reforço da nossa causa, que é a defesa da Democracia.

Muito obrigado.

**7. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda,
Senhor Vere Cornwall Bird.**

17 de agosto de 1982.

Brasília

- Discurso do Presidente Figueiredo
- Discurso do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda Vere Bird
- Comunicado à Imprensa

17 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASILIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DE ANTÍGUA E BARBUDA, SENHOR VERE CORNWALL BIRD

Senhor Primeiro-Ministro:

É com especial satisfação que, em nome do povo e do governo brasileiros, formulo a Vossa Excelência e a seus ilustres acompanhantes os melhores votos de boas-vindas.

Considero significativo o fato de Vossa Excelência visitar o Brasil neste momento em que Antigua e Barbuda, como jovem nação independente, amplia sua presença na vida internacional. Sua visita indica um futuro promissor para as relações entre nossos dois países. Foi com os melhores augúrios que o governo brasileiro se fez representar nas cerimônias de independência de Antígua e Barbuda, em outubro de 1981. O estabelecimento de relações diplomáticas, em fevereiro do corrente ano, representou o primeiro passo no sentido da criação de canais de intercâmbio e cooperação regulares entre nossos países.

A cooperação entre as nações é essencial à paz e ao desenvolvimento. O momento presente, marcado pelas tensões e pela crise de alguns valores fundamentais da

convivência internacional, exige o aprofundamento do diálogo e o estreitamento da cooperação entre as nações. Devemos buscar a harmonização de interesses e a convergência de pontos-de-vista, cultivar o entendimento, a cooperação e a amizade.

É com esse espírito que o Brasil procura expandir e intensificar suas relações com outros povos.

A condição de país latino-americano e de país em desenvolvimento é fator determinante de nossa política externa. Ao mesmo tempo, a multiplicidade e a riqueza de aspectos sociais, econômicos e culturais, característicos da sociedade brasileira, inspiram nossa vocação para a vida internacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil vê com o mais vivo interesse a incorporação dos novos Estados caribenhos à comunidade internacional. Acompanha com simpatia e sentimento de solidariedade os esforços dessas jovens nações irmãs em busca de progresso econômico e social. Considero extremamente positivas as iniciativas tendentes a aproximar os países caribenhos dos demais países latino-americanos. Temos objetivos comuns a alcançar, no tocante ao bem-estar de nossos povos.

Senhor Primeiro Ministro,

A visita de Vossa Excelência contribuirá decisivamente para o desenvolvimento das relações entre nossos dois países. É oportunidade para que nos conheçamos melhor e identifiquemos possíveis áreas de cooperação. Faço votos para que sua estada no Brasil seja proveitosa e agradável.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças à saúde de Sua Majestade, a Rainha Elizabeth II, do Senhor Primeiro-Ministro Vere Bird, à prosperidade de Antígua e Barbuda e à amizade entre nossos países.

17 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO
DE ANTIGUA E BARBUDA EM AGRACIAMENTO AO PRESIDENTE JOÃO
FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Ilustres Amigos:

Gostaria, primeiramente, de expressar a Vossa Excelência meus sinceros agradecimentos pelo convite que me foi feito para visitar esta magnífica República Federativa do Brasil.

Venho acompanhando, há vários anos, a trajetória de crescimento e desenvolvimento brasileiros através de jornais e revistas os quais, entretanto, não conseguem retratar fielmente o vigor e a beleza de vosso país nem descrever a simpatia e hospitalidade de seu povo.

É preciso vir ao Brasil para sentir a pujança desse País e a riqueza de seu patrimônio. Sinto-me imensamente feliz pela oportunidade de visitá-lo e vivenciar o impressionante progresso brasileiro.

Gostaria, ainda, de agradecer-lhe, e a seu governo, pela generosa hospitalidade com que brindaram nossa

delegação. Tenho esperanças que Vossa Excelência nos conceda o privilégio de recebê-lo em nossa terra quando surgir tal oportunidade.

Excelentíssimo Senhor Presidente, sua visita a Antígua e Barbuda não seria apenas uma ocasião para que retribuíssemos a hospitalidade a nós estendida, mas, sim, a possibilidade de revermos um amigo com que desejariamos voltar a discutir assuntos de interesse mútuo.

Em terceiro lugar, agradeço-lhe as gentis palavras pronunciadas sobre meu país, que revelam otimismo quanto a seu futuro, meu povo está firmemente decidido a trabalhar em prol do desenvolvimento da Nação e, de nossa parte, senti-mo-nos encorajados pela boa-vontade demonstrada por vosso governo com relação a tais esforços.

Ao compararmos nossos países, Excelência, seria fácil dizer que parece haver pouco em comum. O Brasil cobre vasta extensão territorial e Antígua e Barbuda são um pequeno Estado insular; o Brasil é um gigante industrial, Antígua e Barbuda está apenas no limiar do desenvolvimento industrial; o Brasil conta sua população aos milhões, Antígua e Barbuda, aos milhares.

Existem, porém, além dessas diferenças de natureza física, grandes semelhanças entre nossos dois países: semelhanças essas mais significativas e permanentes que os traços físicos. Por exemplo a população de Antígua e Barbuda, como a brasileira, teve como origem a Europa e a África. Além da diversidade idiomática está uma similitude cultural transpondo séculos e oceanos.

Ambos os povos são profundamente religiosos e ambos os povos são membros da comunidade latino-americana. São essas semelhanças marcantes, independentes das diferenças artificialmente impostas, talvez, pela colonização.

Muitos tivemos que esperar para que nossa origem comum fosse reconhecida, para que nos abraçássemos como vizinhos e irmãos. A Independência de meu país agora nos dá essa oportunidade. É uma oportunidade que devemos aproveitar, uma oportunidade que devemos cultivar, uma oportunidade que devemos desenvolver.

Há muitas áreas em que nossos países podem trabalhar juntos, para benefício mútuo. A Organização dos Estados Americanos e o Grupo Latino-Americano, no seio das Nações Unidas, são duas dessas áreas de possível cooperação com nossos Estados-Irmãos da América Latina, para proveito de todos. Estou certo de que isso ocorrerá. Além desses foros internacionais, entretanto, há muito a fazer em nível bilateral no sentido de promovermos o intercâmbio cultural e a cooperação econômica entre nossos dois países.

Já mencionei as semelhanças que nos aproximam, embora sejam mais conhecidas nossas diferenças.

É certo que tal condição não deve persistir. Precisamos corrigir esse desconhecimento estabelecendo mecanismos de aproximação entre nossos povos, através do comércio, do intercâmbio cultural e do turismo.

Espero que futuramente, em momento oportuno, nossos dois governos venham a estabelecer uma Comissão Mista para explorar a possibilidade de se estabelecer o transporte marítimo entre o Brasil e Antígua e Barbuda, por intermédio da avançada Indústria Marítima Brasileira. Seria interessante, ainda, que tal Comissão examinasse o estabelecimento de rotas aéreas diretas para transporte de carga e passageiros entre nossos dois países. Não podemos tomar decisões em nome de outros territórios do Caribe, mas meu governo poderia, ao menos, começar a explorar a viabilidade de relações econô-

micas e comerciais com o Brasil as quais, por sua vez, poderiam levar ao estabelecimento de tais relações com todos os Territórios de língua inglesa do Caribe, para benefício comum. Meu governo está pronto a fazê-lo, desde já.

Excelência, esta visita muito tem ensinado a minha delegação. Estamos deveras impressionados com o que aqui vimos e certos de que nosso país tem muito a ganhar com o aprofundamento e fortalecimento de relações com o vosso país. Agradeço-lhe mais uma vez pela gentileza e hospitalidade e peço aos presentes que se unam a mim para brindar à sua saúde e à futura prosperidade do Brasil.

Obrigado.

COMUNICADO À IMPRENSA

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird, realizou visita oficial ao Brasil, de 16 a 21 de agosto de 1982.

2. O Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda se fez acompanhar das seguintes autoridades: Sua Excelênci a Senhor Hugh Charlesworth Marshall, Ministro sem Pasta no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Energia; o Senhor Eric George Keith Challenger, Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o Senhor Alfonso Everet Guishard, Secretário Financeiro do Ministério das Finanças e o Major Denis Charles Raymond Gardner, Ajudante-de-Ordens do Primeiro-Ministro.

3. Durante sua estada em Brasília, o Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda manteve encontro com o Senhor Presidente da República, ocasião em que foram examinados temas de mútuo interesse dos dois governos, em particular os relacionados à identificação e estreitamento de áreas de cooperação entre os dois países.

4. Os dois Chefes-de-Governo expressaram a importância do pleno respeito aos propósitos da Carta das Nações Unidas, base indispensável para a condução dos negócios internacionais e para a promoção de relações

harmoniosas entre os Estados. Reafirmaram sua confiança na Organização das Nações Unidas para a promoção da paz, da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social das nações.

5. No plano das relações interamericanas, assinalaram a relevância do trabalho da Organização dos Estados Americanos e acentuaram a necessidade do fortalecimento da mencionada Organização, a fim de que possa alcançar seus objetivos, em especial os referentes à cooperação interamericana para o desenvolvimento.

6. Ressaltaram a crescente importância do Caribe no cenário internacional, inclusive no âmbito dos organismos regionais e extra-regionais. Nesse contexto, constataram que diversos Estados do Caribe Oriental tornaram-se recentemente independentes — inclusive Antigua e Barbuda — enquanto outros se encontram em processo de alcançar a independência. Em todos esses casos, a transição é cumprida através de negociações pacíficas.

7. Concordaram em que a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda representa marco significativo no processo de fortalecimento das relações e da cooperação entre os dois países. Os dois líderes expressaram satisfação diante dos significativos empreendimentos de desenvolvimento econômico encetados pelos dois governos e pelo setor privado brasileiro. Dando seguimento à intensificação das relações bilaterais, foi assinado por ambos os governos Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica.

8. Ao término de sua visita, o Primeiro-Ministro Vere Bird agradeceu ao Senhor Presidente da República o convite e as atenções que recebeu durante sua permanência no Brasil.

JOINT COMMUNIQUÉ

At the invitation of His Excellency João Baptista de Oliveira Figueiredo, President of the Federative Republic of Brazil, the Right Honourable Vere Cornwall Bird, Prime-Minister of Antigua and Barbuda, paid an official visit to Brazil from the 16th to the 21st of August, 1982.

2. The Prime-Minister of Antigua and Barbuda was accompanied by the Honourable Mr. Hugh Charlesworth Marshall, Minister Without Portfolio in the Ministry of Foreign Affairs, Economic Development, Tourism and Energy; Mr. Eric George Keith Challenger, Permanent Secretary in the Ministry of Foreign Affairs; Mr. Alphonso Everet Guishard, Financial Secretary and Major Denis Charles Raymond Gardiner, Personal Aide to the Primer-Minister.

3. During his stay in Brasilia, the Prime-Minister of Antigua and Barbuda was received in audience by the President of the Federative Republic of Brazil. The two leaders discussed matters of mutual interest, in particular those relating to the identification and deepening of areas for cooperation between the two countries.

4. The two leaders noted the importance of the full respect of the purposes and principles of the United Nations Charter as the essential basis for conducting international affairs and for promoting harmonious relations between States. They reassured their commitment

to the Organization of the United Nations as the promoter of peace and international security as well as for the social and economic development of nations.

5. In the field of inter-American relations, they noted the importance of the Organization of the American States, and emphasized the necessity of strengthening this Organization, in order that it may succeed in its objectives, particularly those connected with inter-American cooperation for development.

6. They stressed the increasing importance of the Caribbean area in the international scene, including the role payed by it in regional and extra-regional organizations. In this context it was noted that several Eastern Caribbean States had recently become independent countries — including Antigua and Barbuda — and others were in the process of becoming independent. In all of these instances, the transition was achieved by peaceful negotiation.

7. The two leaders agreed that the visit of the Prime-Minister of Antigua and Barbuda to Brazil represents a major step in the process of strengthening the ties and cooperation between the two countries. The two leaders expressed satisfaction at the meaningful economic development commitments entered into by both Governments and the Brazilian private sector. Further to the development of closer ties between the two Governments, an Agreement on Cultural, Technical and Scientific Cooperation was signed by both Governments.

8. On concluding his official visit, Prime-Minister Vere Bird expressed his gratitude to President Figueiredo for the invitation which was extended to him and for the hospitality he received during his visit.

8. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo aos Estados Unidos da América do Norte.

Nova Iorque

— Discursos do Presidente Figueiredo

27 DE SETEMBRO
SEDE DA ONU
NOVA IORQUE — EUA
DISCURSO POR OCASIÃO DA
TRIGÉSIMA-SÉTIMA SESSÃO DA AS-
SEMBLÉIA GERAL DA ONU

Senhor Presidente:

Em nome do Governo e do povo do Brasil, desejo congratular-me com Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da Trigésima-Sétima Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Saúdo vivamente os ilustres representantes dos Estados-Membros congregados nesta sala.

Estendo minhas calorosas saudações ao Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, brilhante diplomata que honra a América Latina.

Apresento ainda sinceros agradecimentos ao Senhor Ismat Kittani, Representante do Iraque, que presidiu de modo seguro e hábil aos trabalhos da Trigésima-Sexta Sessão.

Neste momento, em que vai iniciar-se o debate geral, manifesto a esperança de que esta Sessão da Assembléia Geral contribua, eficazmente, para a solução

justa das controvérsias que abalam a paz e a segurança internacionais e para a superação das ameaças à estabilidade da economia mundial.

Há algumas décadas, uma depressão econômica sem precedentes e tensões políticas incontroladas levaram a uma guerra catastrófica. A sociedade de Estados soberanos resolveu então criar, em 1945, uma vasta rede de instituições, destinadas à cooperação entre os Estados, para evitar a repetição de crises econômicas de tal profundidade, promover o desenvolvimento econômico e social, aliviar as tensões políticas e poupar as gerações seguintes do flagelo da guerra.

Reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30.

Nova crise econômica, que atinge indiferentemente países de sistemas distintos, mostra-se refratária às terapias ortodoxas e assume dimensão global.

Criada para examinar e dirimir controvérsias entre os Estados, a Organização das Nações Unidas, paradoxalmente, viu-se transformada, com excessiva freqüência, em palco de confrontações estéreis.

Sabemos, porém, que outras formas de condução da vida internacional dependem inevitavelmente do árbitrio dos Estados mais poderosos que, às vezes, se contrapõem à causa da liberdade e da justiça entre as nações e entre os homens.

Diante desse quadro, o Brasil reitera seu compromisso de, com os demais países-membros, fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados. Não hesito em concluir todos os governos aqui representados a que observem estritamente, no âmbito internacional, os propósitos e princípios que orientam nossa Organização.

Lanço veemente apelo a que de novo nos congreguemos na tarefa de construção da paz.

Não há, nem pode haver futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é ó equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição.

Decênios de encontros e tentativas de negociação não impediram o aumento, o aperfeiçoamento e a diversificação dos arsenais nucleares, capazes de destruir a Humanidade de diversas formas, em diversas circunstâncias, por diversas vezes.

Vejo com enorme apreensão a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes, hoje sob ocupação militar, e for reconhecido o direito do povo palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que ameaçam a própria paz internacional.

O êxito dos atuais entendimentos com o objetivo de alcançar rapidamente a independência da Namíbia, com base nas resoluções das Nações Unidas, é o verdadeiro caminho para a remoção de tensões que tanto têm entravado as justas aspirações dos povos da área ao desenvolvimento econômico e à autêntica independência.

Meu país vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as superpotências. A política de prestígio e de poder com relação ao Terceiro Mundo engendra divisões e afeta seriamente as propostas de cooperação entre as nações em desenvolvimento. É firme posição brasileira — e, para tanto, estamos dispostos a prestar nossa contribuição — que esse processo deve ser urgentemente estancado e revertido.

Não se pode aceitar que, em razão da política de blocos, ocorra a ocupação de países soberanos e a interferência em seus assuntos próprios e se imponham limites à sua liberdade, como sucede no Afeganistão. A rejeição do uso da força deve aplicar-se diretamente aos principais focos de tensão de nossos dias.

Na América Central, recrudescem manifestações de uma crise profunda, de proporções históricas e de alcance social, político e econômico. O Brasil, consoante os princípios de autodeterminação dos povos e de não-ingerência em assuntos internos de outros países, crê que a solução política do problema compete aos povos afetados, livres de toda interferência externa, ainda que velada. No campo econômico, não é possível isolar as dificuldades da América Central da crise mundial, nem minimizar a responsabilidade dos países industrializados pela criação de condições propícias à retomada do desenvolvimento econômico e social. A paz e a estabilida-

de nessa região são pressupostos da boa convivência hemisférica.

No Atlântico Sul, assistimos recentemente à marcha dolorosa das engrenagens da violência. O meu governo desenvolveu consideráveis esforços, nos últimos meses, em prol de uma solução política e duradoura para a questão das Ilhas Malvinas e estamos determinados a dar-lhes prosseguimento, no interesse da paz, da segurança e da concórdia entre as Nações. O Brasil reconhece hoje, como desde o início desta controvérsia, no ano de 1833, os direitos soberanos da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas e defende, como sempre fez, a necessidade da realização de negociações como meio adequado para a solução desse problema.

Ressalto, pois, a importância do exame da questão das Malvinas pela Assembléia-Geral, que requer, como passo vestibular de seu encaminhamento, a implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança. É tempo de que os que com tanto vigor condenaram o emprego da força para a solução de controvérsias demonstrem a coerência e a autenticidade de seus propósitos. É necessário que se iniciem negociações para afastar o risco de tensões crescentes em área cuja vocação é a da cooperação e prosperidade.

Senhor Presidente,

O Brasil vive em paz com seus vizinhos imediatos, com a América Latina e com todas as nações que respeitam as bases da convivência internacional.

As relações entre o Brasil e os países amigos da América Latina constituem, na verdade, claro testemunho do êxito que se obtém quando se opta francamente pelo caminho do respeito mútuo, da não-interferência e da busca da convivência harmônica e profícua, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

Como parte da América Latina, o Brasil está certo de que seus vizinhos saberão resolver suas divergências, mesmo as de natureza territorial, por meios pacíficos e conciliatórios e espera que os países-irmãos da América Latina reforcem sua capacidade de diálogo e entendimento regional. Devemos todos trabalhar para que nossa região alcance níveis superiores de desenvolvimento, entrosamento e desempenho positivo na cena mundial.

Com os países-irmãos da África, nossos vizinhos do outro lado do mar, aos quais nos liga uma história comum, o Brasil tem por objetivo desenvolver as mais profundas, diretas e cordiais relações. Propósitos igualmente amistosos movem nossa política de aproximação com as demais nações do Terceiro Mundo.

Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas aspirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que facilita ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas.

Com os países do Leste, o Brasil busca manter um relacionamento correto, em particular no campo econômico e comercial, com base no interesse mútuo e no respeito recíproco ao princípio de não-ingerência nos assuntos internos.

Para meu país, paz e desenvolvimento não constituem ideais dissociados dos nossos objetivos e ações de política externa. O Brasil efetivamente trilha a rota do universalismo, da boa-convivência e da dignidade nacional.

Senhor Presidente,

É a gravidade da situação internacional que traz às Nações Unidas, pela primeira vez, o Presidente da República Federativa do Brasil.

Nunca, na história da Organização, foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. Nunca foram tão grandes e tão importantes os desafios.

Conclamo os governos de todos os Estados-Membros para que, juntos, empreendamos um esforço resoluto no sentido de enfrentar os problemas internacionais que se avolumam e de fazer retroceder as forças que conduzem à desesperança.

É nosso dever comum corresponder às expectativas de nossos antecessores que, havendo experimentado eles próprios as duras consequências da desorganização política, da depressão econômica e da guerra, comprometeram seu empenho e o nosso na promoção da paz e do desenvolvimento.

São demasiadas as deficiências do atual ordenamento internacional. Trata-se de um quadro pobre em realizações e rico em problemas; pobre em criatividade e rico em manifestações de desorganização; pobre, enfim, em eficácia e justiça e rico em desperdício e desequilíbrios. Não posso ficar indiferente a esse quadro. É imperativo corrigir os graves defeitos que nele sobressaem.

A sociedade das nações é essencialmente uma comunidade política. Como não se pode, ao nível nacional, decidir sem consulta aos interesses e anseios do povo, tampouco se pode, neste foro, fazer *tabula rasa* das reivindicações justas e legítimas da grande maioria das nações e preservar as estruturas verticalizadas de poder internacional.

É crucial o papel político das Nações Unidas na luta contra o conformismo, a intransigência e as ambições de vitória absoluta. Só nesta Organização pode gerar-se a convivência democrática entre os Estados.

Senhor Presidente,

A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra, construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor. Em consequência, a interdependência entre as nações tornou-se uma necessidade histórica.

Foram poucos e insatisfatórios, contudo, os aperfeiçoamentos que conseguimos introduzir nas estruturas de convivência internacional.

Manifesta-se, lamentavelmente, uma regressão até mesmo nos débeis esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento. A interdependência entre as nações parece por vezes degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja no mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento. Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade.

Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.

O desafio que a todos os países se coloca é o de como se ajustarem às novas realidades dos anos 80.

Para o Norte, trata-se de compreender em toda sua extensão — e em seu potencial de enriquecimento para o comércio internacional — o fato inelutável da definitiva emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico e sua busca de uma posição de maior destaque no cenário da economia mundial.

Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro — por nossas ações como por nossas palavras — que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementariedade econômica e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas — como a discriminação arbitrária entre países em desenvolvimento — que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.

Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações. Estas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras rígidas e maximalistas — sob risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais e exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido.

Senhor Presidente,

Têm sido infrutíferos os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar — em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT entre outras — qua-

dros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias.

Postulações repetidas há anos ou mesmo décadas chocam-se contra a impenetrável muralha do poder de voto de uns poucos, capaz de sobrepor-se às mais óbvias considerações de racionalidade ou às mais fundadas pretensões de equidade.

Onde estejam em pauta interesses das grandes potências, entretanto, multiplicam-se as iniciativas.

Não convém mobilizar o GATT em direção a novas tarefas normativas, em áreas como as de exportação de serviços e de políticas de investimentos, visando à criação de regras que poderiam dificultar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e, até mesmo, sua capacidade de ordenação dos próprios mercados internos. Ao mesmo tempo, não se podem deixar de lado questões fundamentais relacionadas com o aprimoramento daquele organismo e como o atendimento de reivindicações de seus participantes em desenvolvimento.

Em foros de natureza financeira, são definidas — e por vezes adotadas contra a maioria, por força de sistemas decisórios defeituosos — medidas que restringem a flexibilidade das operações, aumentam as exigências de condicionalidade e discriminam os países em desenvolvimento.

Paradoxalmente, certos países procuram manter seu controle sobre organizações que parecem condenar, se não ao desaparecimento, pelo menos à insignificância, tão grande é a assimetria entre as necessidades crescentes de seus filiados em desenvolvimento e os recursos financeiros colocados à sua disposição.

Os princípios do livre-comércio não podem limitar-se — seletiva e arbitrariamente — aos fluxos de capital,

enquanto permanece cercada a transferência de tecnologia e se inibe a capacidade de atuação por parte dos países em desenvolvimento importadores de capital.

Os ideais do livre-comércio não podem ser contraditórios com a preservação e mesmo o reforço da autonomia dos países do Terceiro Mundo.

A interdependência não pode ser conceito inimigo das soberanias nacionais.

Aos países em desenvolvimento, que por tanto tempo se bateram pela soberania permanente sobre seus recursos naturais, abre-se hoje o novo desafio de preservar a soberania sobre o seu espaço econômico próprio.

Tal não significa, contudo, que aos países em desenvolvimento seja aconselhável a hostilidade, ou sequer o desinteresse, quanto a maior interação no plano internacional, mesmo no que se refere aos fluxos de capital e tecnologia e às operações das transnacionais. Pelo contrário.

É inegável que a imensa maioria dos países em desenvolvimento — a começar por aqueles de expressão nitidamente ocidental, como o Brasil, mas incluindo outros de diferente conformação político-econômica — aspiram ao estreitamento e diversificação de suas ligações como o Ocidente desenvolvido, fonte valiosa de fatores de produção necessários a seu desenvolvimento.

A preservação e fortalecimento do espaço econômico nacional desses países não limitará a expansão do sistema econômico internacional. Será, sim, fator de alargamento do espaço econômico global, para benefício de todos.

Senhor Presidente,

Impossibilitado, por motivo de saúde, de comparecer à Reunião de Cancún, acompanhei aquele acontecimento com interesse e esperança e até com emoção.

Não posso, por isso aqui deixar de expressar, em nome do Governo e do povo brasileiro, o sentimento de profundo desencanto diante da inexistência, até esse momento, de qualquer seguimento prático ao encontro de Cancún. Vemos com ansiedade, ao contrário, a continua — até acelerada — erosão dos instrumentos e instituições que deveriam dar solução aos problemas internacionais.

Vemos com preocupação ainda maior a resistência de importantes setores do Mundo desenvolvido ao que havia sido a grande conquista conceitual, de Cancún: o reconhecimento do fato de que os caminhos da solução da atual crise passam também pelos rumos do Sul e devem transitar pela rota da cooperação entre as nações e não depender apenas das incertezas do mercado. A crise que vivemos é global em mais de um sentido: atinge praticamente a totalidade dos países e é, ao mesmo tempo, financeira e comercial. Além de ampla, é profunda: o investimento produtivo está sendo asfixiado em escala planetária, ao impacto das elevadas taxas de juros e das incertezas sobre as perspectivas do comércio e do sistema financeiro internacionais.

Tudo se passa como se subitamente se houvesse paralisado uma grande potência econômica do Mundo desenvolvido: 30 milhões de trabalhadores altamente qualificados estão desempregados na América do Norte e Europa Ocidental.

Mas o efeito de tal situação de crise sobre os países do Sul é ainda mais devastador: As economias em desenvolvimento não-exportadoras de petróleo experimen-

taram nos últimos três anos uma deterioração de relações de troca jamais observada em sua história. Vale dizer, os esforços exportadores crescentes vêm sendo neutralizados com ingressos decrescentes de divisas, que configuram uma verdadeira espiral de pauperização.

— Anos de paciente investimento na criação de uma infra-estrutura exportadora, que vinha permitindo aos consumidores dos países desenvolvidos adquirir produtos do Sul em condições vantajosas, são desbaratados por barreiras protecionistas intransponíveis.

— A persistência de altas taxas de juros retira a rentabilidade financeira de investimentos de longa maturação já efetuados e ameaça inviabilizar economicamente projetos indispensáveis à superação das dificuldades atuais.

— A elevação do custo de serviço da dívida externa cria para alguns países situações insustentáveis, como demonstram acontecimentos recentes que afetaram, de forma dramática, alguns dos mais promissores países do Sul.

Todo esse sacrifício ainda poderia ser tolerado se, em decorrência, a recomposição da ordem econômica internacional pudesse ser vislumbrada num horizonte de tempo razoável. Infelizmente, este não é o caso. A política econômica das grandes potências está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar. O enrijecimento dos fluxos financeiros e o processo de inibição das trocas internacionais destroem as perspectivas de superação das dificuldades presentes.

O momento impõe-nos a todos uma atitude recíproca de compreensão e flexibilidade. O diálogo Norte-Sul deve ser revigorado com urgência. Aos esforços a longo prazo — para o que se faz tão necessário o lançamento

das negociações globais — é imperioso acrescentar desde logo a discussão dos aspectos de curto prazo da crise.

A definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema econômico internacional é impostergável mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-la pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema.

Para tanto, é essencial que nas principais organizações internacionais se inicie, desde logo, um exame integrado e objetivo das medidas de emergência que se afigurem viáveis para o desafogo dos fluxos internacionais de comércio e finanças.

É imprescindível que os países desenvolvidos e disponham a tomar iniciativas com os seguintes objetivos:

- liberalizar o comércio;
- expandir os fluxos financeiros internacionais;
- adotar nova política de juros e iniciar com urgência o trabalho de revisão do sistema monetário internacional.

Os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao deficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus deficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias. Somente quando os países desenvolvidos abrirem mão da proteção de setores que deixaram de ser competitivos, poderão os manufaturados e semi-manufaturados dos países em desenvolvimento ocupar seu lugar nos mercados internacionais, em benefício dos consumidores do Norte e dos produtores do Sul.

É urgente aumentar ao mesmo tempo a disponibilidade de recursos sob controle das entidades financeiras internacionais e a participação das autoridades monetárias na preservação da liquidez e estabilidade do sistema financeiro internacional. Só assim poderá a comunidade internacional — e os países em desenvolvimento em particular — livrar-se da camisa-de-força representada pela contração simultânea do comércio e dos fluxos financeiros de natureza oficial.

Quanto à questão das taxas de juros, não há divergência necessária entre os objetivos maiores da política econômica dos países do Norte e um gerenciamento de suas taxas de juros compatível com a viabilidade econômica e financeira das economias em desenvolvimento. Na verdade, atende aos interesses de todos evitar que a desarticulação das economias em desenvolvimento acarrete um efeito desestabilizador indesejável sobre os países do Norte.

De outra parte, é forçoso reconhecer que uma das condições essenciais para a reativação do comércio mundial é a recuperação de um mínimo de estabilidade no sistema monetário internacional, que não pode constituir-se num fator de turbulência, deixado ao arbítrio das variações unilaterais de política econômica de umas poucas grandes potências.

A solução da presente crise não é uma questão de ajuda para os países em desenvolvimento. Trata-se, sim, de assegurar condições para que eles possam saldar seus compromissos com a justa remuneração de seu trabalho.

Senhor Presidente,

Aqui venho para expressar as mais legítimas aspirações de meu país. Move-me acima de tudo a preocupação de assegurar o bem-estar de meu povo. Vimos realizando um esforço notável de desenvolvimento econômi-

co, com resultados promissores que enchem de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época.

É minha obrigação buscar condições internacionais propícias ao prosseguimento deste nobre esforço em que se empenha o meu povo, pois o Brasil não abrirá mão do lugar que lhe cabe no concerto das nações.

Espero que a concorrência vinda do Sul será compreendida como expressão válida do dinamismo político e econômico dos povos que aspiram ao desenvolvimento. Que essa concorrência não será pretexto para a acomodada preservação de padrões de relacionamento iníquos e inefficientes, mas sim impulso para a busca corajosa da renovação.

Estou convicto de que os Estados mais poderosos saberão responder de modo criativo à nova realidade consistente na emergência do Mundo em desenvolvimento como parceiro ativo nos múltiplos cenários da vida internacional.

Tenho inabalável confiança na capacidade de renovação da sociedade internacional.

Hoje, contudo, o clima de conflito entre as nações, nos campos político e econômico, atinge níveis ameaçadores. É neste momento que se faz sentir, em toda a sua força, o imperativo moral e político da cooperação internacional, para que possam ser assegurados, de forma racional, os destinos da sociedade das nações.

A consciência de que a comunidade internacional hoje enfrenta o mais amplo desafio à sua capacidade de

ação impõe esforços ingentes e impostergáveis nos seguintes campos:

— Solução, por via de negociação, das tensões e disputas que envenenam o panorama internacional, tanto no plano Leste-Oeste quanto em áreas do Terceiro Mundo.

— Valorização do diálogo e da conciliação e fortalecimento das instituições internacionais, a começar pela própria Organização das Nações Unidas.

— Efetiva retomada do diálogo Norte-Sul, compreendendo o lançamento das negociações globais, como demonstração da disposição de todos de responder aos anseios da imensa maioria das nações.

— Ação concreta e imediata, sem prejuízo para a retomada desse diálogo, sobre as mais prementes questões econômicas que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo.

Senhor Presidente,

Faço os meus melhores votos para que os trabalhos desta Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas tenham pleno êxito. Exorto os representantes dos Estados aqui reunidos a assumirem por inteiro a responsabilidade histórica intransferível de corresponder às expectativas dos que, em 1945, fundaram esta Organização e de construir para as gerações futuras uma estrada mais larga no rumo da Paz e do Desenvolvimento.

Estamos no limiar de um Mundo novo. Permite Deus que, graças a nossos esforços, seja ele um Mundo melhor. O Brasil, eu vos asseguro, está pronto a cumprir sua parte nesse empreendimento.

Muito obrigado.

27 DE SETEMBRO
HOTEL THE PLAZA
NOVA IORQUE — EUA
DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELO SECRETÁRIO-
GERAL DA ONU, SENHOR JAVIER PÉ-
REZ DE CUÉLLAR

Senhor Secretário-Geral:

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras de Vossa Excelência. No presente quadro internacional, afetado por crises políticas e econômicas de gravidade crescente, constitui motivo de tranqüilidade para todos nós o fato de que tenham sido confiadas a Vossa Excelência as árduas tarefas de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Ao longo de sua vida diplomática, Vossa Excelência tem dado prova de equilíbrio, de espírito público e de todas as outras qualidades necessárias ao desempenho do cargo que ocupa.

Merce destaque o papel construtivo que Vossa Excelência desempenhou, faz pouco tempo, na tentativa de serenar os ânimos por ocasião do conflito relativo às Ilhas Malvinas. Se não foi possível evitar o então confronto armado, isto revela apenas as dificuldades, por vezes insuperáveis, que se antepõem ao primado da razão e da objetividade.

O empenho de Vossa Excelência, nessa como em outras situações difíceis, é motivo de alento para todos os que esperamos e confiamos em ver resolvidas, pela negociação e pelo entendimento, as disputas internacionais. Para tanto, poderemos sempre contar com a competência e o esforço incansável de Vossa Excelência.

Já no relatório sobre o trabalho da Organização apresentado à Assembléia Geral ora reunida, Vossa Excelência revelou também a dimensão inovadora de seu pensamento e de seus propósitos. Ao examinar questões fundamentais, que a todos nos preocupam, esse documento aponta soluções criativas e justas, essenciais ao encaminhamento adequado dos atuais problemas.

Não há mais dúvida, Senhor Secretário-Geral, de que a transformação da realidade internacional, em bases construtivas e consensuais, impõe-se como pressuposto necessário da paz e do desenvolvimento. Essa mudança é, na verdade, a única perspectiva sensata, pois é a única que permite, ao mesmo tempo, a realização das esperanças dos países em desenvolvimento e a própria solução eficaz dos problemas que afetam os países industrializados e a comunidade internacional como um todo.

O exame da situação atual, marcada por tão graves e tão urgentes questões — e o relato recente de Vossa Excelência a esse respeito é esclarecedor — revela a importância primordial de se revitalizarem os processos decisórios internacionais, especialmente os mecanismos de que dispõem as Nações Unidas.

O Governo brasileiro há muitos anos vem insistindo para que se tomem medidas de agilização diplomática das Nações Unidas, com vistas ao fortalecimento da paz e da segurança internacionais. A atitude de Vossa Exce-

lênciam, vindo ao encontro de nossos anseios, recebe, de nossa parte, o mais firme apoio.

Senhor Secretário-Geral,

A América Latina está honrada pela confiança que a comunidade internacional deposita em Vossa Excelênciam. Não poderia haver melhor intérprete das contribuições positivas que, desde muito tempo, nossa região tem aportado ao desenvolvimento da boa convivência entre as nações.

Convido todos a brindarem pelo êxito crescente da Organização das Nações Unidas, pela paz mundial e pela saúde de Vossa Excelênciam.

27 DE SETEMBRO

SEDE DA ONU

NOVA IORQUE — EUA

DISCURSO NA SESSÃO SOLENE DO
GRUPO LATINO-AMERICANO DA OR-
GANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Senhor Presidente do Grupo Latino-Americano
das Nações Unidas:

Agradeço as generosas palavras que acabo de ouvir de Vossa Excelência. Dirijo-me com prazer aos ilustres representantes dos governos da América Latina, aqui reunidos, para expressar meu reconhecimento pelas manifestações de que fui alvo e que me foram especialmente gratas.

O fato de ser Vossa Excelência, Senhor Chanceler da Venezuela, quem exerce, neste momento, a Presidência de nosso Grupo Regional, me proporciona uma satisfação a mais. Das viagens aos países vizinhos do Brasil, que empreendi com o propósito de intensificar nossa cooperação igualitária e nosso espírito de unidade, guardo a melhor recordação da primeira, que me levou a Caracas, onde encontrei inesquecível hospitalidade.

Senhor Presidente,

Numa situação internacional alarmante pela incidência sucessiva de conflitos, com perigosos reflexos so-

bre a segurança coletiva, a América Latina tem papel especialmente construtivo a desempenhar. Meu governo sabe valorizar a crescente convergência dos países da região nos foros internacionais, de que é exemplo a nossa solidariedade perante as práticas econômicas exclusivistas que nos afetam.

Os Governos representados nesta sala, unidos pela geografia, pela história e pela cultura, têm firme tradição de tratamento pacífico dos litígios internacionais. Essa tradição se projeta extra-regionalmente pela contribuição, atenta e dedicada, que a América Latina oferece às Nações Unidas para a busca da paz.

Senhor Presidente,

Honra-nos o fato de que um digno representante da tradição continental, o Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, responda, neste momento tão carregado de riscos, pelo cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Seu desempenho, durante o primeiro ano da difícil missão que lhe confiou a comunidade internacional, diz muito das altas virtudes que todos nele reconhecem.

A nós, latino-americanos, cabe revigorar a cooperação internacional e superar as graves ameaças que ensombrecem o futuro da Humanidade. Estou convencido de que teremos à energia e o otimismo necessários para empregar os meios hoje disponíveis, muito superiores aos do passado, e resolver muitos dos problemas que defiam a comunidade internacional.

Os meios existem. Cabe-nos, em consequência, oferecer nosso esforço coeso à comunidade internacional. Devemos buscar o fortalecimento da organização, dinamizando mecanismos que efetivamente previnam e solucionem conflitos, na certeza de que estaremos assim atendendo às aspirações de nossos povos.

Ao lado de nossa luta pela paz, perseveremos no esforço comum pelo desenvolvimento econômico, pela mudança nas regras do comércio internacional e pelo fortalecimento da cooperação entre os Estados. A América Latina se orgulha — com toda justiça — de sua contribuição política e doutrinária ao trabalho diplomático que os países em desenvolvimento têm realizado, na busca de melhores condições de vida para seus povos. Essa tarefa prossegue, hoje, no centro de nossas preocupações. O Brasil a ela continua fiel. Estamos decididos a honrar, com os demais países latino-americanos, as responsabilidades que nos cabem na criação de uma nova ordem econômica internacional, presidida pela razão e pela justiça.

Muito obrigado.

9. Visita ao Brasil do Presidente da República Cooperativa da Guiana, Senhor Linden Burhnam.

04 e 05 de outubro de 1982.

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo**
- Discurso do Presidente da República Cooperativa da Guiana Linden Burhnam**
- Declaração Conjunta Brasil—República Cooperativa da Guiana**

04 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA,
SENHOR LINDEN F. S. BURHNAM

Senhor Presidente:

A visita oficial de Vossa Excelência ao nosso país representa um marco de particular significado na história das relações entre a Guiana e o Brasil. Estou seguro de que, com essa visita, amplas perspectivas irão se abrir para a cooperação igualitária entre as duas nações.

O Brasil, Senhor Presidente, faz do diálogo e da boa convivência os vetores de seu comportamento internacional. Ao refletirmos sobre as diversas manifestações da presente crise, sempre descobrimos, na raiz de tudo, a intransigência. Os mesmos argumentos egoístas e imediatistas, a mesma resistência à formação do consenso.

Esse quadro, que pertubava profundamente a nação brasileira, levou-me a falar no Plenário das Nações Unidas, de onde estou voltando. Reconheço que a Organização das Nações Unidas ainda é o melhor instrumento de que dispomos para promover a cooperação internacional e que esse instrumento sofre profundas limitações e deve ser revitalizado.

De acordo com as melhores tradições brasileiras, meu apelo se dirigiu à consciência dos homens e dos governos, em prol da paz e do diálogo. Não tenho ilusões sobre a perspectiva de nossos esforços pela renovação do sistema internacional. Para alguns, eles parecem irrealistas; para outros, utópicos. Às vezes, o próprio fato de nascerem de um país ou grupo de países do Terceiro Mundo já os desqualifica perante a comunidade das nações desenvolvidas.

Na área da economia internacional, a história das frustrações experimentadas pelos países em desenvolvimento é bem conhecida. As nações do Norte e, com peculiares argumentos, os países socialistas consideravam-se de certa forma estranhos às reivindicações do Sul. O privilégio econômico dos países do Norte parecia imunizá-los das vicissitudes de uma ordem internacional, que, nós, do Terceiro Mundo, sabíamos precária, de bases tênues, mais propícia ao conflito que à cooperação.

Hoje, não há mais dúvida de que as dificuldades que atingem praticamente todas as nações estão vinculadas à própria natureza da ordem econômica internacional. As tensões se encadeiam. Os problemas do Sul tocam centros nervosos nas finanças do Norte; os problemas do Norte são elementos essenciais para se compreender a profundidade da crise do Terceiro Mundo.

Senhor Presidente,

Falei, de início, sobre as perspectivas da cooperação entre a Guiana e o Brasil. Estou certo de que o maior intercâmbio entre nossos povos será decorrência natural não só da proximidade física, mas, sobretudo, da semelhança de condições existentes nos dois países, que favorece a troca de conhecimento na área da agricultura e na indústria.

Ao reforçarmos nossos laços, estaremos cumprindo nossa vocação latino-americana. O Brasil não acredita que nossa área possa ser organizada em termos de poder, com a seqüela das divisões, dos eixos, das hegemonias. Pelo contrário, é essencial que estes países se sintam plenamente seguros para que possam, em paz, dedicar-se por inteiro aos seus objetivos de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Por sua dupla condição de nação latino-americana e de país em desenvolvimento, o Brasil persegue o aprimoramento das formas de integração regional e sub-regional. Ressalto, nesse contexto, a relevância do Tratado de Cooperação Amazônica, de que a Guiana e o Brasil são partes. Esse acordo, tornado possível graças ao exemplar esforço de todos os pactuantes, funda-se na convergência de energias para a solução dos problemas com que se defrontam os países amazônicos.

Senhor Presidente,

A geração de Vossa Excelência teve a tarefa árdua, mas generosa e compensadora, de conduzir a nação guianense nos caminhos da liberdade, de autodeterminação e da soberania. Vossa Excelência muito se distinguiu nesse processo e foi sob sua liderança e inspiração que a Guiana integrou-se à comunidade de povos livres deste Continente. Desde então, a Guiana não cessou de erguer sua voz na defesa das posições que interessam aos países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina. A presença de Vossa Excelência na reunião de Cancún foi exemplo expressivo da ação e do prestígio internacional de seu país.

Acompanhei com particular interesse a visita do meu Ministro das Relações Exteriores à Guiana, no início deste ano, quando foram concluídos acordos que

refletem o espírito de entendimento fraternal que tem presidido as nossas relações.

Alentado pela realidade e pelas perspectivas de nossa maior cooperação, peço a todos que brindem a felicidade pessoal de Suas Excelências, o Senhor Presidente da República Cooperativa da Guiana e Senhora Forbes Burnham, à crescente prosperidade da nobre nação guianense e a nossa perene amizade.

04 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA,
SENHOR LINDEN BURNHAM, POR
OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI
OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO
FIGUEIREDO

Excelência:

É, para mim, uma experiência incomparável estar no centro da singular e inspiradora obra-de-arte que representa esta bela cidade, no desafio que oferece ao futuro, na parte central do Continente da América do Sul. A experiência está gravada muito mais profundamente em minha mente pelo sentimento de pertencer ao mesmo habitat regional e humano, sentimento este ampliado pela minha acolhida na República Federativa do Brasil. Assim estava na vibrante São Paulo, na poderosa Itaipu, no encantador Rio, e também aqui, no coração mesmo deste seu grande país.

Estou, Excelência, verdadeiramente sensibilizado com as expressões de boas-vindas dispensadas a mim e a minha Delegação por Vossa Excelência e por todos que temos encontrado.

A ordem «Cruzeiro do Sul» que Vossa Excelência me conferiu é uma honra que eu e os meus compatriotas valoramos como prova da relação de entendimento, coo-

peração e boa-vizinhança que vimos desenvolvendo agradavelmente entre as nossas duas nações.

Acontecimentos em nosso longo passado têm afetado a ambos — às vezes da mesma maneira, outras vezes diferentemente, mas sempre como territórios relacionados dentro de uma estrutura histórica e geopolítica específica.

Nos tempos coloniais, por razões facilmente compreendidas, a orientação da Guiana era primariamente diferente das do resto da América do Sul. Mas a Independência, atingida em 1966, felizmente ofertam para dar real expressão à vibrante realidade de nossas relações naturais e crescentes com os nossos vizinhos continentais. E assim especialmente com respeito à República Federativa do Brasil, e está correto que assim seja pois, significativamente, foi do Brasil que, mais de trezentos anos atrás, nós na Guiana adquirimos a tecnologia pelo estabelecimento de uma de nossas indústrias principais, o açúcar. Conseqüentemente, parece singularmente conveniente que a interação econômica prefigurada pela experiência anterior, tenha agora a sua latitude natural.

Neste particular e em outros, nós na Guiana reconhecemos o valor de nossas relações com nosso grande amigo e vizinho do Sul e do Oeste. Pouco depois de nossa Independência regularizamos as nossas relações. Há dez anos atrás, nossos dois países estabeleceram relações diplomáticas formais e começaram juntos a trilhar o caminho da amizade e da cooperação. Desde então os contatos entre nós têm-se desenvolvido de maneira positiva e concreta.

As visitas entre os representantes de nossos dois países têm-se ampliado, com o desejo comum de promover a harmonia e aperfeiçoar e fortalecer os laços de

amizade e de benefícios mútuos. A minha visita é a mais recente de todas.

Enquanto se depara com o Caribe ao norte, a Guiana se confronta naturalmente com o seu vizinho amazônico, o Brasil, ao sul. Somos ambos membros do Tratado de Cooperação Amazônica. Temos, os dois, o objetivo de explorar, em benefício de nossos povos, os grandes e praticamente ilimitados recursos de nossos dois países — ambos parte do complexo amazônico.

Talvez seja apropriado ressaltar que a Guiana por um lado, em virtude de sua história, e, por outro, devendo a sua situação geográfica, pode e deve representar uma cabeça de ponte e intérprete entre o Caribe e a América do Sul. Talvez a Guiana possa desempenhar o papel de acelerar o desenvolvimento do comércio e dá significativa cooperação econômica, cultural e científica entre estas duas sub-regiões de nossa região maior.

As nossas conversações de hoje e o acordo a que chegamos refletem a coincidência de nossas aspirações para os nossos povos e para a comunidade internacional em geral, de que participam os nossos Estados.

A justiça social representa o desenvolvimento lógico de nossa história na Guiana. Nossa luta para a liberdade tem sido inseparável da batalha para o melhoramento da qualidade de vida do nosso povo. A nossa Independência, portanto, alcançada no dia 26 de maio de 1966, nunca foi vista como um fim em si mesmo. Foi para nós e ainda continua a ser um instrumento de justiça social.

Infelizmente, reconhecemos que nossos esforços para proporcionar justiça social e econômica ao nosso povo são significativamente afetados pelo ambiente político e econômico global.

Senhor Presidente, em seu discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 27 de setembro de 1982, Vossa Excelência aludiu corretamente à grave situação no Mundo de hoje e recomendou à comunidade internacional a tomar as medidas desejadas nas várias fontes do conflito.

De fato, a situação internacional atual apresenta um quadro de crescente tensão por rivalidades intensas. Infelizmente, notamos o recrudescimento da linguagem da guerra fria e com tristeza observamos a perseguição de políticas, que, se deixadas sem controle, produzirão inexoravelmente outro cataclismo mundial.

Temos urgente necessidade de encontrar soluções para as graves crises e será imperativo substituir tais crises por uma visão de amplo entendimento entre as nações, baseado na igualdade, na cooperação e no benefício mútuo.

A Guiana, como o Brasil, está empenhada na construção de uma nova ordem internacional dentro da qual os países em desenvolvimento possam continuar em seus próprios caminhos de progresso através da interdependência, do pluralismo político e ideológico e do respeito mútuo. A nossa, é uma visão de um mundo sem satélites, de um Estado Universal de países soberanos coexistindo pacificamente.

O meu país é membro do Movimento dos Países Não-Alinhados porque a sua filosofia e princípios contemplam uma ordem internacional baseada no respeito de certos princípios, naturalmente a santidade dos Tratados, a igualdade soberana dos Estados e a não utilização da força na solução de controvérsias entre os mesmos.

A região da América Latina e do Caribe não está imune do aumento das tensões na comunidade global.

Isto tem impedido desnecessariamente a busca da dignidade humana e o melhoramento das condições sociais e econômicas no Hemisfério.

Na América do Sul, de fato na América Latina, para escaparmos da tragédia da guerra e da destruição que atingem outras Nações, será imperativo que os países deste Hemisfério tenham segurança dentro das fronteiras de seus territórios nacionais.

Esta é condição fundamental para evitarmos conflitos em nossos países, razão *sine qua non* para a aplicação adequada dos nossos recursos para fins construtivos. Isto permitirá que dediquemos nossas energias para o desenvolvimento econômico e social tão desejado por nosso povos. Igualmente, evitará a necessidade de empregarmos os nossos recursos e energias na aquisição de armamentos por medo de hostilidades.

Temos, portanto, de fazer todo o possível para evitar uma corrida às armas na América do Sul.

Senhor Presidente, devemos prosseguir tomando medidas positivas através de convênios multilaterais e bilaterais para proscrever a agressão como meio de solução de disputas e controvérsias entre os Estados.

Finalmente, nossa segurança estará melhor garantida através da cooperação produtiva e harmoniosa no campo econômico, bem como em outros campos, para a consecução dos programas que acelerarão a realização de nossa visão para a total integração de nosso hemisfério. Felizmente as relações entre a Guiana e o Brasil constituem um monumento nesse particular. Os programas de cooperação entre nós promoverão a integração comum de nossa região; e as nossas fronteiras pacíficas, estabelecidas através de acordos, facilitam esta cooperação.

Senhor Presidente, no Caribe temos apoiado a criação de uma Zona de Paz para que tal zona possa contribuir para a redução das tensões e estabelecer as bases para maior harmonia entre os Estados.

Entretanto, Senhor Presidente, reconhecemos que a dignidade de nenhum povo poderá estar assegurada, enquanto a de outras, for violada.

No cenário internacional, o recente massacre de Beirute constitui um exemplo dramático da necessidade de restaurar o direito inalienável do povo palestino a uma pátria e a uma solução justa e duradoura de sua situação no Oriente Médio.

O recente horror constitui penosa lembrança de que as Nações Unidas ainda não satisfazem nossas esperanças para uma paz duradoura, como esperavámos, quando de sua organização. Houve inúmeras guerras desde o fim das hostilidades da Segunda Guerra Mundial e o recente relatório do Secretário-Geral, Pérez de Cuéllar, dá amplo testemunha da frustração que, não só ele mas todos os povos amantes da paz experimentam, diante da falta de mecanismos adequados para que as Nações Unidas possam impedir conflitos armados para a manutenção da paz internacional.

Nessas circunstâncias, creio que é o momento para examinarmos a possibilidade de estabelecermos um tipo de Força de Paz das Nações Unidas com autoridade suficiente para impedir a agressão e que as disputas degenerem em conflitos armados.

Paz e segurança requerem a eliminação dos remanescentes do colonialismo. Os direitos do povo da Namíbia devem ser respeitados. A ocupação ilegal da África do Sul tem que ter fim. Os ataques contínuos à integridade de Angola e de outros Estados da Linha de

Frente são exemplos da quebra da paz internacional, resultante das tentativas de manter ou de reinstaurar o colonialismo em qualquer parte do Mundo.

As relações econômicas internacionais oferecem os mesmos motivos de esperança que as relações políticas entre os Estados. Concordo inteiramente com a análise aguda dada por Vossa Excelênci nas Nações Unidas. As inquiidades do sistema econômico atual nos confrontam — a cada dia — com a queda de preços das mercadorias, altas taxas de juros, protecionismo e o peso esmagador das dívidas.

Não pretendo relacionar as inúmeras desvantagens do Mundo em desenvolvimento que advém do sistema econômico atual. Há, entretanto, dois problemas primordiais que nos desafiam e que temos que enfrentar urgentemente. Refiro-me à alimentação e à energia.

Reconhecemos que o problema cardial da década de 80 será a produção e o fornecimento adequados de alimentação. Medidas imediatas para expandir a produção agrícola e instituir um programa que garanta a alimentação passam a ser necessidades prementes. Por isso, fico feliz ao dizer que, nos meses futuros, nós na Guiana poderemos aumentar a nossa contribuição através de programas apropriados de cooperação econômica com a República Federativa do Brasil.

Senhor Presidente, não deve haver menor urgência em relação à energia, pois a energia é a alavanca do desenvolvimento. Apesar do temporário excesso de hidrocarbonos, o custo da energia importada permanece alto. Há necessidade urgente de uma solução. Novamente, nós na Guiana e do Brasil temos a oportunidade de cooperação.

Senhor Presidente, a crise econômica internacional dá urgência à necessidade de se promover a cooperação

entre os Estados em desenvolvimento. Apesar da deceção de Cancún, nós do Mundo em desenvolvimento não podemos descansar até conseguirmos despertar nas nações ricas industrializadas do Norte, o seu interesse no diálogo e na cooperação com os países do Sul. No meu entender, e não tenho a pretensão de ser original, devemos agir urgentemente no sentido do diálogo e da cooperação entre nós do Sul. Acho que tal cooperação aumentará, não somente o processo atual de nosso desenvolvimento, como também a nossa capacidade de negociar com o Norte.

O Brasil demonstrou seu compromisso com a ECDC («Economic Cooperation among Developing Countries») e tem comprovado isso; muitos países em desenvolvimento, o meu, já foram beneficiados com a sua tecnologia e metodologia.

Quero, Senhor Presidente, terminar como comecei, ressaltando a amizade e o entendimento entre nós. A geografia, história e valores comuns nos dão uma forte base para o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países. Tenho a convicção de que haverá maior cooperação nos campos de desenvolvimento econômico, cultura e educação de ciências e tecnologia, de agricultura e comércio, para o benefício mútuo de nossos governos. Como os povos do Hemisfério, nossos países demonstrarão, em suas relações, a essência de nosso humanismo e de firme propósito para a sobrevivência e prosperidade do ser humano neste Planeta.

05 DE OUTUBRO
CLUBE DO EXÉRCITO
BRASÍLIA — DF
IMPROVISO POR OCASIÃO DO JAN-
TAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA
GUIANA, SENHOR LINDEN F. S.
BURHNAM

Senhor Presidente:

Seguindo seu conselho que nós, latino-americanos, não gostamos de discurso, não vou lê-lo, e depois deste saboroso almoço que o Senhor acaba de nos oferecer, seria até um insulto eu ler um discurso. Mas gostaria também de dizer algumas palavras após ouvir as suas generosas afirmações a respeito do meu país.

É verdade que há anos atrás eu fui um estudioso do Latim. E lá aprendi algumas afirmações que hoje servem, na oportunidade em que nós dois, Senhor Presidente, nos esforçamos para aprofundar os laços de amizade entre a Guiana e o Brasil. Nós sabemos, Senhor Presidente, que as dificuldades geográficas têm impedido um melhor relacionamento entre os nossos países. Mas eu me lembro que os meus mestres diziam que «labor improbus omnia vincit», ou o que significa em Português «o trabalho perseverante tudo vence».

Eu tenho a certeza, Senhor Presidente, que nós dois e seus auxiliares iremos compreender um trabalho perse-

verante no sentido de que essas dificuldades geográficas sejam afastadas e, em prazo curto, nós poderemos ter o sonho de ver entrelaçados pela linha do comércio, pela linha do transporte e, principalmente, pela linha da amizade, as relações Brasil-Guiana.

Nós sabemos, Senhor Presidente, que o momento internacional nos trouxe uma crise econômica que afeta profundamente o desenvolvimento dos nossos povos. Mas isso não significa que nós abandonemos os nossos projetos, que tanto foram discutidos entre mim, o Senhor e os seus auxiliares, de desenvolvermos os nossos dois países. Estamos buscando, e com afinco, saber dasquelas causas que têm trazido essas dificuldades para esse desenvolvimento. Mas não queremos ficar naquela situação de que meu mestre em Latim dizia: «infelix qui non potuit rerum cognoscere causas» «infelizes daqueles que não conhecem as causas das coisas».

O Senhor Presidente disse que veio ao Brasil e, tal como César, veio, viu e venceu. Eu tenho a certeza, Senhor Presidente, que nós dois, juntos, haveremos de vencer por sabermos buscar as causas que têm impedido o nosso maior relacionamento. De uma coisa o Senhor pode ter certeza, Senhor Presidente, o Senhor venceu. O Senhor conquistou sem utilização da força e conquistou para sempre a amizade do povo brasileiro.

E é por esta amizade, pela amizade entre o povo da Guiana e o povo brasileiro, que eu peço aos presentes para que ergam um brinde que será também pela felicidade pessoal de Vossa Excelência, o Senhor Presidente Burhnam, e pela felicidade do povo guianense.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL—GUIANA

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Linden Forbes Sampson Burnham, O.E., S.C., Presidente da República Cooperativa da Guiana, efetuou visita oficial ao Brasil no período de 30 de setembro a 6 de outubro de 1982.

2. O Presidente da Guiana foi acompanhado por sua esposa, Senhora Viola Burnham, e pela seguinte comitiva oficial:

- o Senhor Vice-Presidente da República e Senhora Steve Naraine
- o Senhor Hubert O. Jack, Ministro das Minas e Energia
- o Senhor Mohamed Shahabuddeen, Ministro da Justiça
- o Senhor Rashleigh Jackson, Ministro das Relações Exteriores
- o Senhor Richard Van West Charles, Ministro da Saúde
- o Senhor Embaixador da Guiana no Brasil e Senhora Lionel David Samuels

- o Senhor Cecil E. Douglas, Chefe da Secretaria do Presidente
- o Senhor Elvin B. MacDavid, Chefe da Assessoria Política do Presidente
- o Senhor Harold D'Aguiar, Governador da Região nº 9 do Alto Takutu e do Alto Essequibo
- o Senhor Embaixador Lawrence E. Mann, Chefe do Departamento Econômico Internacional do Ministério do Planejamento
- o Senhor Presidente-Executivo da «Guyana Airways Corporation» e Senhora Joseph Vieira
- a Senhora Winifred Agard, do Cerimonial e da Casa Civil do Presidente
- a Senhora Ave Brewster, Relações Públicas do Presidente
- a Senhora Marilyn Cheryl Miles, Chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores
- o Senhor Ronald Singh, Conselheiro Comercial (designado) para o Brasil

3. Em Brasília, o Presidente Forbes Burnham foi recebido pelo Presidente João Baptista Figueiredo e visitou o Supremo Tribunal Federal, reunido em sessão plenária solene. O Presidente Forbes Burnham visitou também o Estado de São Paulo, onde se entrevistou com Sua Excelência o Governador José Maria Marin, e o Estado do Rio de Janeiro, onde foi recebido por Sua Excelência o Senhor Governador Antonio de Pádua Chagas Freitas. O Presidente Burham visitou ainda a Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

4. Os Chefes-de-Estado passaram em revista diversos temas, em clima de amizade, compreensão e respeito mútuo, que sempre caracterizou as relações entre o Brasil e a Guiana. Ao examinarem as relações bilaterais, notaram, com satisfação, o incremento da colaboração proveitosa entre os dois países e comprometeram-se a seguir impulsionando esse processo. Analisaram ainda, detalhadamente, importantes temas de natureza regional e internacional.

5. Manifestaram sua preocupação com o agravamento das tensões internacionais, que constituem séria ameaça à paz e à segurança mundiais, e instaram a comunidade internacional a redobrar esforços com vistas a reduzir tais tensões. Salientaram a importância do respeito universal ao princípio da solução pacífica de controvérsias e reiteraram a convicção de que as tensões e rivalidades internacionais não devem ser transferidas para os países em desenvolvimento e regiões de Terceiro Mundo. Reconheceram o direito soberano de cada Estado de determinar seu próprio sistema político, econômico, cultural e social.

6. Nesse sentido, os dois Chefes-de-Estado reafirmaram sua confiança na Organização das Nações Unidas como um mecanismo eficaz para promover a manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como o desenvolvimento econômico e social de todos os povos. Concordaram em que o cumprimento dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional constitui base indispensável para uma convivência harmoniosa e respeitosa entre os Estados.

7. Acentuaram que o desarmamento geral e completo, sobretudo nuclear, sob efetivo controle internacional, é essencial para garantir-se uma paz duradoura entre as nações, e renovaram seu apoio aos esforços inter-

nacionais tendentes a alcançá-lo. Reenfatizaram sua oposição a todas as formas e meios de proliferação de armas nucleares, em especial a intensa proliferação levada a cabo pelas grandes potências.

8. Os dois Presidentes expressaram sua profunda preocupação com a deterioração da situação econômica mundial, em especial com respeito aos efeitos negativos sobre os países em desenvolvimento. Assinalaram a importância de se adotarem medidas com vistas à erradicação das graves disparidades econômicas entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Instaram também os países desenvolvidos a adotarem medidas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios financeiros internacionais atuais e a eliminarem as políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento.

9. Com vistas ao pronto estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, sublinharam a importância de se obter progresso significativo no desenvolvimento do Diálogo Norte-Sul e conclamaram o lançamento efetivo das Negociações Globais, no âmbito do sistema das Nações Unidas. Reiteraram ainda seu apoio ao texto da Convenção sobre o Direito do Mar, recentemente aprovada pela Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

10. Os dois Chefes-de-Estado ressaltaram a relevância e a importância do incremento e da diversificação da cooperação direta entre países em desenvolvimento, com vistas à maximização das possibilidades para uma colaboração mutuamente vantajosa. Manifestaram sua convicção de que tanto a cooperação Sul-Sul como a continuação do Diálogo Norte-Sul, são elementos igualmente importantes para a promoção dos interesses

políticos e econômicos dos países em desenvolvimento e para a implementação de uma ordem internacional mais justa e equitativa.

11. Os dois Presidentes reiteraram sua rejeição a todas as formas de colonialismo e expressaram sua determinação de cooperar com a comunidade internacional na adoção de medidas no sentido de sua pronta eliminação.

12. Os Presidentes examinaram a situação na África Meridional. Enfatizaram a firme oposição de seus governos à condenável prática do *apartheid* na África do Sul e reafirmaram seu apoio integral às Resoluções adotadas pelas Nações Unidas para a eliminação dessa prática desumana. Condenaram fortemente os repetidos atos de agressão da África do Sul contra os Estados vizinhos. Ressaltaram também a importância da pronta conclusão, de acordo com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas, das Negociações relativas à Independência da Namíbia, que é indispensável para a superação das tensões vigentes na África Meridional.

13. Os dois Presidentes examinaram detidamente a situação no Oriente Médio. Nesse sentido, condenaram com veemência a invasão do Líbano por tropas israelenses. Reafirmaram a convicção de que somente uma solução ampla e duradoura para o conflito pode criar um clima de paz e segurança na região. Ressaltaram que a solução deve envolver o exercício pelo povo palestino de seus inalienáveis direitos à autodeterminação e a uma pátria, a completa retirada de Israel dos territórios árabes ocupados e o respeito aos direitos de todos os povos e Estados da região de viverem em paz, conforme as Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

14. Os dois Presidentes reiteraram a necessidade de se encontrarem soluções profundas e justas para a

crise, de raízes históricas e estruturais, que afeta a América Central e o Caribe. Nesse sentido ressaltaram a sua convicção de que cada país deve ter o direito de encontrar suas próprias soluções para os problemas que lhe afetam e de promover o seu desenvolvimento político e econômico, de acordo com a vontade de seu povo, sem qualquer interferência externa.

15. Os Chefes-de-Estado discutiram a situação na região do Caribe, com ênfase particular sobre os problemas econômicos que afetam a região. Consideraram essencial que aos países em desenvolvimento da região seja propiciada toda oportunidade para prosseguir em seu desenvolvimento econômico e social sem interferência externa de qualquer natureza. Salientaram que os esquemas de cooperação econômica com os países da região devem levar em conta também a existência de instituições regionais relevantes para a formulação e implementação de programas. Reafirmaram seu desejo de que o Caribe seja uma zona de paz.

16. Os Presidentes reconheceram o importante papel que organizações regionais como OLADE, SELA, e CARICOM têm desempenhado no desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Concordaram em que devem ser empreendidos esforços no sentido de aumentar sua capacidade de contribuir ainda mais para o desenvolvimento global da região e de seus povos. Nesse sentido, os Presidentes registraram o fato de que estão sendo intensificados os contatos entre o Brasil e a Comunidade do Caribe, bem como a assinatura, em janeiro de 1982, em Georgetown, de um Comunicado Conjunto de Conversações entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Secretário-Geral do CARICOM.

17. Os dois Presidentes passaram em revista a conjuntura latino-americana e concordaram em que as ne-

cessidades e aspirações da região constituem aspecto importante da ação diplomática. Consideraram que os países latino-americanos devem ter participação efetiva nas decisões tomadas a nível internacional. Sublinharam a importância do desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região.

18. O Presidente da Guiana aproveitou a oportunidade para informar o Presidente do Brasil sobre as evoluções da controvérsia entre os governos da Guiana e da Venezuela, baseada na reivindicação territorial mantida pela Venezuela com relação à Guiana, e expressou sua convicção de que uma solução justa e duradoura dessa controvérsia só poderá ser alcançada por meios pacíficos e pela estrita adesão aos termos e disposições do Acordo de Genebra. O Presidente Figueiredo tomou nota da posição manifestada pelo Presidente Burnham e reafirmou, de conformidade com a tradicional posição brasileira, a esperança do Brasil de uma solução mutuamente aceitável para a questão possa ser encontrada através de um dos meios pacíficos mencionados no artigo 33 da Carta das Nações Unidas.

19. Reiteraram o apoio de seus governos ao Tratado de Cooperação Amazônica e à Declaração de Belém, que estabeleceram as diretrizes básicas para a cooperação entre os países amazônicos. Consideraram a implementação do Tratado e da Declaração essencial para a promoção de projetos de cooperação bilateral e multilateral na região Amazônica. Nesse sentido, realçaram o significado da I Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, a celebrar-se em Lima.

20. Ao examinarem as relações bilaterais, os dois Presidentes registraram o desenvolvimento de programas em áreas de interesse comum desde o estabelecimento de

relações diplomáticas entre os dois países, há mais de 13 anos. Consideraram mutuamente gratificante o fato de existir um alto nível de cooperação entre os dois países no momento histórico da primeira visita de um Chefe-de-Estado da Guiana ao Brasil.

21. Os Presidentes ressaltaram a contribuição que as visitas realizadas entre os dois países a nível ministerial e oficial trouxeram à consolidação e aperfeiçoamento das relações bilaterais. Nesse sentido, assinalaram os resultados proveitosos da visita oficial à Guiana do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em janeiro de 1982, quando foram assinados acordos de especial relevância.

22. Os dois Presidentes louvaram o papel da Comissão Mista na identificação de áreas e na criação de condições propícias à cooperação bilateral e à abertura de novas perspectivas entre ambos os países.

23. Os dois Chefes-de-Estado assinalaram a assinatura, em janeiro de 1982, do Acordo Básico de Cooperação Técnica do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica e do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, que prevê a colaboração entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Brasil, e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IAST), da Guiana. Expressaram sua satisfação no sentido de que tais acordos promoverão a cooperação em conformidade com as necessidades específicas de seus países e os respectivos níveis de tecnologia.

24. Registraram a assinatura, em Brasília, em junho de 1982, pelos Ministros de Minas e Energia dos dois países, do Protocolo para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nos Campos de Energia e Mineração. Concordaram em que o Protocolo criou am-

plas perspectivas para o desenvolvimento de programas de significativa cooperação nos campos da cooperação técnica, energia, hidráulica, petróleo, biomassa, álcool, biogás, óleo vegetal, turfa e desenvolvimento na área mineral.

25. Os dois Presidentes manifestaram-se particularmente satisfeitos com o incremento do intercâmbio comercial entre os dois países, tendo mencionado, a esse respeito, que a plena utilização das linhas de crédito concedidas pelo Brasil à Guiana constitui fator positivo no desenvolvimento das relações comerciais. Manifestam sua concordância com o potencial existente para o incremento do comércio e recomendaram aos órgãos competentes de seus governos a adoção de medidas nesse sentido, nesse contexto, os dois Presidentes expressaram sua satisfação com o progresso verificado nas negociações entre a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e o Banco Cooperativo Nacional, da Guiana para a aquisição de produtos brasileiros. Os Presidentes salientaram a importância das conversações preliminares mantidas entre os governos do Brasil e da Guiana com vista à conclusão de instrumento, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que possibilite o incremento do comércio bilateral e das relações econômicas.

26. Sublinharam a importância do restabelecimento de uma linha área direta entre Boa Vista e Georgetown, através dos serviços operados pela «Guyana Airways Corporation». Notaram também o estabelecimento de uma linha de navegação que liga Manaus e Belém a Georgetown.

27. Os Presidentes examinaram o andamento do projeto para a construção de ponte internacional sobre o Rio Tacutu. Notaram que um Acordo para a constru-

ção da referida ponte foi assinado durante a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Guiana, em janeiro de 1982, e expressaram sua satisfação com os progressos que estão sendo feitos para a implementação desse projeto. Sublinharam também a importância, para a futura interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense, do Memorando de Entendimento sobre o assunto, assinado durante a visita.

28. Os Presidentes registraram a importância da cooperação entre o Brasil e a Guiana no setor da tecnologia de alimentos, que vem sendo implementada sobretudo através da Fundação de Desenvolvimento Administrativo de São Paulo e do Instituto de Tecnologia de Alimentos, recentemente visitados por representantes do Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia da Guiana.

29. Os dois Presidentes concordaram na conveniência de estabelecer a interconexão dos sistemas de telecomunicações brasileiro e guianense, que esperam seja concretizada em futuro próximo.

30. Os dois Chefes-de-Estado reiteraram a importância do trabalho que está sendo feito, especialmente nas regiões fronteiriças, no campo sanitário, em particular com respeito ao combate a endemias e no quadro do Acordo sobre Cooperação Sanitária.

31. Os dois Presidentes assinalaram, com satisfação os vínculos de cooperação existentes a nível regional. Nesse sentido, mencionaram a relevante contribuição representada por programas como a visita de agricultores guianenses ao Território Federal de Roraima com vistas ao intercâmbio de experiências em agricultura tropical e pecuária. Registraram também que as relações comerciais entre a Guiana e o Norte do Brasil poderiam ser significativamente incrementadas e concordaram em empreender estudos para a sua diversificação. Os dois

Presidentes concordaram em realizar, em época a ser acordada, a inspeção conjunta dos marcos ao longo da fronteira Brasil-Guiana.

32. Os dois Chefes-de-Estado salientaram que o Acordo Cultural assinado em 1968 estimulou a realização de programas de intercâmbio cultural, educativo e de treinamento. Reafirmaram sua convicção de que tais programas podem contribuir para o fortalecimento dos laços culturais entre os dois povos. Elogiaram os esforços realizados pelo Centro de Estudos Brasileiros de Georgetown nesse sentido.

33. Ressaltaram a relevância dos acordos já celebrados entre os dois países para a consolidação dos laços de amizade e cooperação que unem o Brasil e a Guiana. Os Presidentes tomaram nota, com satisfação; que os seguintes acordos foram assinados durante a visita do Chefe-de-Estado Guianense ao Brasil: Tratado de Amizade e Cooperação; Acordo de Cooperação Amazônica; Acordo para Isenção de Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para mercadorias, destinadas à Guiana, em trânsito pelo Porto de Manaus; Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura e agro-indústria; Memorando de Entendimento sobre a interconexão dos sistemas viários do Brasil e da Guiana; e Ajuste Complementar sobre cooperação técnica em matéria de pesquisa e utilização de recursos energéticos.

34. Ao término de sua visita oficial, o Presidente Burnham expressou ao Presidente Figueiredo seus mais coloridos agradecimentos pela acolhida cordial e hospitalidade estendida a ele, sua esposa e sua comitiva pelo Governo e povo do Brasil. Na ocasião, o Presidente Burnham convidou o Presidente Figueiredo a visitar oficialmente a Guiana, em época a ser acordada. O Presidente Figueiredo aceitou o convite com prazer.

Em anexo, texto dos Atos Internacionais assinados, hoje, no Palácio do Planalto, pelos Senhores Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana, a saber:

1. «Memorandum de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana.»
2. «Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense.»
3. «Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana, nas Áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos.»
4. «Acordo por Troca de Notas para Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para Mercadorias, Destinadas à Guiana, em Trânsito pelo Porto de Manaus.»
5. «Acordo de Cooperação Amazônica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana.»
6. «Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana.»

Brasília, 5 de outubro de 1982.

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO
NAS ÁREAS DA AGRICULTURA E DA AGROINDÚSTRIA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA**

O Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República Cooperativa da Guiana.

Em conformidade com o Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado em 29 de janeiro de 1982;

Reconhecendo a particular importância e valor da agricultura e da agroindústria para os dois países;

Conscientes da necessidade de alcançarem auto-suficiência na produção de alimentos nas áreas em que isto for viável;

Cientes de que o estímulo aos diferentes setores da agricultura e da agroindústria dos dois países poderá contribuir para a criação de empregos, captação e retenção de divisas e desenvolvimento de tecnologias autóctones para o processamento de produtos agrícolas;

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Os dois governos tencionam intensificar, a curto prazo, a colaboração nas áreas da agricultura e da agroindústria.

2. Os dois governos se dispõem a permitir, sujeito à aplicação das disposições legais vigentes sobre a maté-

ria, o livre trânsito de materiais que visem a estimular a colaboração aludida no parágrafo 1. acima.

3. Essa colaboração deverá abranger todos os aspectos da produção agrícola, nela incluídos cultivo e processamento industrial com utilização, na medida do possível, de materiais, inclusive maquinaria, autóctones.

4. Conseqüentemente, o Governo da República Cooperativa da Guiana compromete-se a:

- a) proporcionar ao Governo da República Federativa do Brasil todas as facilidades possíveis de informação, alojamento e transporte para técnicos brasileiros, acesso a áreas de cultura e processamento de produtos agrícolas, bem como garantir a contrapartida de técnicos guianenses na implementação dos projetos conjuntos; e
- b) adquirir no Brasil o equipamento agrícola e industrial, requerido para a implementação dos projetos e disponível no parque industrial brasileiro.

5. Os dois governos diligenciarão para que se torne factível o intercâmbio da informação técnico-científica inerente aos aspectos tecnológicos dos projetos conjuntamente implementados.

6. Tencionam os dois governos apoiar o desenvolvimento de agroindústrias. Os setores de interesse nessa área serão identificados pelo grupo de trabalho a ser instituído nos termos do Anexo I deste Memorando.

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vi-

gor até que o grupo de trabalho integralize as atividades para as quais foi instituído, ou até a data que vier a ser acordada entre as partes.

Feito em Brasília, em 5 de outubro de 1982, em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA:

ANEXO I

ENTENDIMENTO SOBRE COLABORAÇÃO NA ÁREA DA AGROINDÚSTRIA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

Os dois governos convêm na instituição imediata de um grupo de trabalho, a ser integrado por representantes dos órgãos e entidades dos dois países, indicados pelos dois governos dentre aqueles a que afetem os assuntos pertinentes à agricultura e à agroindústria. A esse grupo de trabalho incumbirá elaborar projetos agrícolas e agroindustriais, que tenham por objetivo principal a captação e retenção de divisas.

2. O grupo de trabalho deverá elaborar os termos de referência para projetos agroindustriais específicos que visem à utilização de bens de capital, tecnologia e assessoria técnica brasileiros em setores tais como:

- a) manufatura de calçados e derivados de couro na Guiana para fins de exportação;
- b) implantação de unidade industrial para processamento de alimentos, incluindo legumes, frutas, carne e peixe para fins de exportação; e
- c) desenvolvimento de pequenos projetos de pecuária na Guiana para exportação de carne.

3. Ao grupo de trabalho caberá, também, examinar e relatar aos setores competentes de ambos os governos os projetos resultantes deste Memorando, bem como eventuais outros projetos integrados conjuntos em áreas com alta potencialidade de exportação, no prazo aproximado de quatro meses após a data deste Memorando.

4. O grupo de trabalho recomendará aos governos dos dois países as agências e instituições que julgar sejam as mais qualificadas para executar os projetos específicos.

5. Os projetos que transcendem à capacidade de financiamento dos dois países poderão ser conjuntamente apresentados a organismos financeiros internacionais, no entendimento, sempre, de que seja autóctone a tecnologia a ser empregada na implementação de tais projetos.

**MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVISTA DA GUIANA SOBRE A
INTERCONEXÃO DOS SISTEMAS VIÁRIOS
BRASILEIRO E GUIANENSE**

**O Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República Cooperativa da Guiana;**

Reconhecendo a importância vital da interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense para a expansão do comércio e a intensificação da cooperação econômica entre os dois países;

Cônscios dos benefícios mútuos que advirão de tal ligação para os povos dos dois países;

Visando à consecução dos objetivos expressados pelos dois países no sentido de promover uma estreita colaboração entre os países do Hemisfério, e especialmente entre os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica;

Considerando as rodovias já existentes que ligam Boa Vista a Bonfim, no Território Federal de Roraima, Brasil, e Georgetown a Mabura Hill, na Guiana;

Chegaram ao seguinte entendimento:

1.a) a interconexão dos dois sistemas rodoviários será implementada com a possível brevidade;

- b) a interconexão dos sistemas rodoviários possibilitará uma ramificação em direção a um porto no Oceano Atlântico, na foz do Rio Demarara, na Guiana, e se vinculará à rodovia já existente no território brasileiro, em direção a Boa Vista;
- c) o Governo da República Cooperativa da Guiana fornecerá o terreno e facilidades de trânsito para a construção de um armazém e um entreposto, a fim de facilitar o fluxo de carga entre o Brasil e a Guiana, observadas as disposições legais guianenses; e
- d) o Governo da República Cooperativa da Guiana promoverá o livre trânsito de pessoas e bens de um país para o outro, observadas as disposições legais guianenses.

2. Os dois governos comprometem-se a utilizar, sempre que possível, equipamentos, serviços e pessoal dos dois países, com vistas à construção da interconexão rodoviária.

3. Com vistas a explorar a possibilidade de atuação conjunta para o financiamento da totalidade dos custos de construção, os dois governos estabelecerão, com a possível brevidade, grupo de trabalho integrado por especialistas dos dois países, que será encarregado de preparar e apresentar a ambos os governos um perfil de projeto sobre a proposta interconexão dos sistemas viários, em data a ser acordada pelos dois governos.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA:

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA,
NAS ÁREAS DA PESQUISA E DA UTILIZAÇÃO
DE RECURSOS ENERGÉTICOS

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da República Cooperativa da Guiana,

Doravante designados Partes Contratantes,

De conformidade com as disposições contidas no
Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre
os dois governos a 29 de janeiro de 1982;

Conscientes da importância da cooperação técnica
entre países em desenvolvimento, em cujo âmbito se ins-
crevem, com especial relevo, as iniciativas conjuntas nas
áreas da pesquisa e da utilização de recursos energéticos;

Acordam o seguinte:

Artigo I

A Parte Contratante brasileira, nos termos do Con-
vênio, de 23 de abril de 1981, entre o Ministério das Re-
lações Exteriores e o Governo do Estado de São Paulo
no Campo da Cooperação Técnica, designa, como enti-
dades coordenadora e executora do presente Ajuste, res-
pectivamente, a Fundação do Desenvolvimento Adminis-

trativo de São Paulo (FUNDAP) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT), e a Parte Contratante guianense designa, como entidade executora, o Institute of Applied Science and Technology (IAST).

Artigo II

A cooperação ora acordada abrangerá, na área de competência das entidades executoras mencionadas no Artigo I e sob forma de projetos integrados, os seguintes elementos principais:

- a) intercâmbio de missões técnicas de assessoria e consultoria para elaboração, execução e avaliação de projetos específicos;
- b) fornecimento de material e equipamento necessários à implementação dos projetos decorrentes da aplicação da alínea a);
- c) planejamento e execução de programas de formação de recursos humanos necessários à efetiva implementação dos projetos conjuntamente definidos; e
- d) mútua cessão de informações técnico-científicas inerentes aos aspectos tecnológicos dos projetos mencionados neste Artigo.

Artigo III

Os projetos integrados, previstos no Artigo II, contemplarão projetos, na área de competência das entidades executoras deste Ajuste, versando sobre carvão vegetal, produção de energia a partir da utilização de biomassa e biodigestores, tecnologia do álcool combustível e conservação de energia.

Artigo IV

As modalidades e condições de financiamento dos projetos de cooperação, decorrentes deste Ajuste, serão definidas, em cada caso e de comum acordo, pelas entidades executoras.

2. As entidades executoras poderão buscar o apoio das Partes Contratantes e de outras fontes de recursos dos seus países para participar do custeio de rubricas de projetos específicos que transcendam à sua capacidade financeira.

3. As Partes Contratantes poderão acionar, para apoiar a implementação de projetos específicos oriundos da aplicação deste Ajuste, o mecanismo previsto no parágrafo 2 do Artigo IV do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982.

Artigo V

Aos assessores e consultores que atuarem na elaboração, execução e avaliação dos projetos vinculados à implementação deste Ajuste, estender-se-ão as facilidades, os privilégios e as isenções previstos nos Artigos VI, VII e VIII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Artigo VI

As disposições do Artigo IX do Acordo Básico de Cooperação Técnica serão estendidas ao material e equipamento que vier a ser fornecido no âmbito de projetos específicos oriundos da implementação deste Ajuste.

Artigo VII

À cessão de informações técnico-científicas entre as entidades executoras deste Ajuste, aplicar-se-ão os procedimentos estabelecidos nos Artigos V e XI do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Artigo VIII

O presente Ajuste entrará em vigor na data da entrada em vigor do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, e terá vigência igual à duração que vier a ser determinada para a efetiva implementação dos projetos a que sob sua égide as entidades executoras e as Partes Contratantes convierem.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA:

Em 5 de outubro de 1982.

MRE/DAM-II/DTC/DAI/20/651.3(B46)(B6)/1982/2.

A Sua Excelência o Senhor Rashleigh E. Jackson,
Ministro das Relações Exteriores da
República Cooperativa da Guiana.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para reportar-me aos entendimentos relativos à isenção da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para as mercadorias adquiridas pela Guiana em terceiros países, destinadas ao consumo e utilização em seu próprio território e em trânsito pelo Porto de Manaus.

2. Dentro do elevado espírito de fraterna cooperação que inspirou o Tratado de Cooperação Amazônica, de 3 de julho de 1978, do qual são partes nossos dois países, e levando em conta o incentivo que tal isenção representará para o maior estreitamento das relações econômicas entre a Guiana e o Brasil, comunico a Vossa Excelência que o governo brasileiro houve por bem conceder a isenção da referida taxa às mercadorias acima mencionadas.

3. A presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, de mesma data, constituem um Acordo entre nossos governos, o qual entrará em vigor a partir do dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASÍL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA**

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da República Cooperativa da Guiana,

Inspirados pela firme decisão de criar condições que possam transformar a crescente amizade entre seus dois povos em uma realidade promissora para as duas Nações;

Convencidos de que a exploração racional de seus territórios amazônicos contribuirá substancialmente para os esforços tendentes à utilização progressiva de seus recursos naturais e à realização de seu potencial econômico em benefício de seus povos;

Considerando a vantagem de promover uma efetiva colaboração entre os dois países, a fim de conservar o meio-ambiente e proteger a flora e a fauna de seus respectivos territórios amazônicos;

Persuadidos da necessidade de empreender esforços no sentido de prover seus territórios amazônicos de uma adequada infra-estrutura de transportes e comunicações;

Levando em conta os dispositivos do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, e a Declaração de Belém, subscrita em 24 de outubro de 1980;

Decidem concluir o seguinte Acordo:

Artigo I

As Partes Contratantes concordam em promover uma cooperação mais eficaz através de ações conjuntas e troca de experiências nos campos do desenvolvimento regional e da pesquisa científica e tecnológica, com especial referência à Região Amazônica, com vistas ao desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, levando em conta a necessidade de preservar o equilíbrio ecológico.

Artigo II

As Partes Contratantes se esforçarão no sentido de cooperar no campo das telecomunicações em seus respectivos territórios amazônicos, com vistas a prover instalações e serviços eficientes para suas comunidades, em conformidade com as leis pertinentes de seus respectivos países.

Artigo III

Em conformidade com os dispositivos do Acordo de Cooperação Sanitária entre os dois países, as Partes Contratantes comprometem-se a promover o estudo e a implementação de medidas conducentes a um melhor controle das doenças que afetam as comunidades brasileiras e guianenses em seus respectivos territórios amazônicos.

Artigo IV

As Partes Contratantes envidarão todos os esforços no sentido de cooperar para a adoção de medidas que

favoreçam a utilização racional dos recursos naturais de seus respectivos territórios amazônicos, inclusive a proteção da flora e da fauna da região.

Artigo V

Para o propósito de proteger e conservar as espécies da flora e fauna amazônicas de interesse econômico ou científico, e sua possível industrialização, as Partes Contratantes promoverão as seguintes atividades:

- a) troca regular de informações sobre políticas, programas, planos e textos relativos à conservação e desenvolvimento da flora e da fauna em seus respectivos territórios amazônicos;
- b) troca de informações sobre pesquisas relativas a recursos naturais e estudos ambientais de seus respectivos territórios amazônicos;
- c) cooperação quanto ao estudo de processos biológico-relativos à flora, fauna e meio-ambiente de seus respectivos territórios amazônicos.
- d) colaboração na elaboração e implementação de programas bilaterais de controle e supressão de tráfico ilícito de produtos da flora e fauna amazônicas;
- e) estudos sobre outros temas relevantes de mútuo interesse; e
- f) realização de reuniões entre especialistas.

Artigo VI

Os dispositivos deste Acordo serão implementados por uma Subcomissão Brasileiro-guianense de Coopera-

ção Amazônica criada em conformidade com o Artigo II do Tratado de Amizade e Cooperação.

2. A Subcomissão de Cooperação Amazônica será responsável pela coordenação dos projetos e programas estabelecidos neste Acordo e por outros programas de interesse comum mutuamente acordados.

Artigo VII

O presente Acordo será ratificado e entrará em vigor na data de troca dos Instrumentos de Ratificação.

Artigo VIII

O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indefinido. Poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito 90 dias após o recebimento de sua notificação.

Feito em Brasília, aos cinco dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA:

TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA

Sua Excelência, o Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e

Sua Excelência, o Presidente da República Cooperativa da Guiana, Linden Forbes Sampson Burnham:

Inspirados pelo desejo de fortalecer os vínculos de amizade e de promover a boa-vontade e a cooperação entre os dois países e seus povos em uma atmosfera de entendimento e confiança;

Cônsicos do desejo de afirmar em documento solene os tradicionais laços de amizade e entendimento que unem o Brasil e a Guiana;

Cientes do compromisso do Brasil e da Guiana com os princípios de Direito Internacional e de sua identidade de posições quanto à necessidade de defender aqueles princípios universais concernentes às relações entre Estados, que estão contidos na Carta das Nações Unidas;

Conscientes de que os imperativos do desenvolvimento tornam urgente e necessário que os países em vias de desenvolvimento fortaleçam e expandam a cooperação em seu benefício mútuo;

Convencidos de que a adoção dos princípios estabelecidos neste preâmbulo e o pleno e autônomo desenvol-

vimento dos dois países exige a criação de instrumentos e mecanismos para tornar mais eficientes os laços que os unem;

Determinados a criar um programa de cooperação entre os dois países que facilite o significativo avanço de suas relações nos campos político, econômico, comercial, de comunicações, cultural e científico e técnico;

Decidiram concluir este Tratado de Amizade e Cooperação e, para tal, nomeiam seus Plenipotenciários:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência João Baptista de Oliveira Figueiredo, Sua Excelência Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores,

O Presidente da República Cooperativa da Guiana, Sua Excelência Linden Forbes Sampson Burnham, Sua Excelência Rashleigh Esmond Jackson, Ministro das Relações Exteriores,

Os quais concordaram quanto ao que se segue:

Artigo I

As Partes Contratantes concordam em trocar informações e cooperar no que diz respeito a temas de interesse comum tanto ao nível bilateral quanto ao nível multilateral.

Artigo II

Para atingir os objetivos previstos no Artigo I, as Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão de Coordenação Brasileiro-guianense, sem prejuízo de quaisquer outros mecanismos de cooperação existentes.

2. A Comissão de Coordenação Brasileiro-guianense incorporará, como Subcomissões, as Comissões Mistas específicas que já existem ou que venham existir. As Subcomissões prepararão relatórios sobre suas atividades para a Comissão de Coordenação.

Artigo III

As Partes Contratantes estimularão todos os esforços em favor da promoção e expansão do comércio bilateral e se comprometem a atuar em benefício de sua diversificação.

Artigo IV

As Partes Contratantes concordam em trocar informações a respeito de seus respectivos planos de desenvolvimento. Considerarão também as possibilidades da promoção de projetos de cooperação específicos, inclusive de empreendimentos conjuntos em áreas mutuamente consideradas como de especial interesse para ambos os países.

Artigo V

Reconhecendo a importância do estreitamento das relações bilaterais e da promoção do desenvolvimento e integração regionais, as Partes Contratantes se comprometem a apoiar todos os esforços com vistas à criação de sistemas adequados de transporte e comunicações entre os dois países.

Artigo VI

Reconhecendo a importante contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento dos dois países e

para a saúde e bem-estar de seus povos, as Partes Contratantes concordam em dar seguimento a preparação e implementação de programas de cooperação em conformidade com o Acordo de Cooperação Sanitária, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica e o Ajuste Complementar sobre Cooperação Científica e Tecnológica entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IAST) da Guiana.

Artigo VII

Reconhecendo a riqueza e diversidade da herança cultural de seus povos, as Partes Contratantes concordam em apoiar todos os esforços no sentido de promover e ampliar atividades nos campos da cultura, educação, ciência e esportes, em conformidade com o Acordo Cultural entre os dois países.

Artigo VIII

A Comissão de Coordenação Brasileiro-guianense referida no Artigo II consistirá de representantes de ambos os países designados respectivamente pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana. A Comissão de Coordenação realizará reuniões anuais alternativamente no Brasil e na Guiana, em datas a serem estipuladas por via diplomática. As reuniões da Comissão de Coordenação serão presididas pelo Ministro das Relações Exteriores do país anfitrião ou seu representante.

Artigo IX

As Partes Contratantes poderão concluir os Protocolos ou Acordos que considerarem necessários para a promoção de temas de interesse comum do presente Tratado.

Artigo X

Este Tratado será ratificado e entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação.

Artigo XI

O presente Tratado permanecerá em vigor por um período indefinido e poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito 90 dias após o recebimento de sua notificação.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, estando devidamente autorizados a tal, assinaram este Tratado.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais nos idiomas português e inglês, ambos os textos sendo igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVA DA GUIANA:

**10. Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai,
Senhor Alfredo Stroessner.**

05 de novembro de 1982.

Foz do Iguaçu

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente do Paraguai Alfredo Stroessner

05 DE NOVEMBRO
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU
FOZ DO IGUAÇU — PR
IMPROVISO DURANTE O ALMOÇO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DAS
COMPORTAS DA BARRAGEM PRINCI-
PAL DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Atingimos hoje uma etapa importante da construção de Itaipu. Itaipu, fruto da coragem, da pertinência, do esforço, da inteligência conjunta paraguaio-brasileira. Esta obra, que é, sem dúvida, a maior obra do gênero no Mundo e que produzirá, quando completada, cerca de 12 milhões de quilovátiós, tem seu significado maior não tanto na energia que vai produzir para o Paraguai e para o Brasil e para os países da América, mas sim pelo exemplo que o povo paraguaio e o povo brasileiro dão ao Mundo do que é possível fazer com o entendimento entre as Nações, porque existe respeito e amizade.

Muito mais do que os 12 milhões de quilovátiós que Itaipu irá produzir, muito mais ficará na História este exemplo que o trabalhador paraguaio e o trabalhador brasileiro, que o técnico paraguaio e o técnico brasileiro dão ao Mundo do que significa querermos ser amigos de fato e fazermos força por demonstrar ao Mundo que nada pode nos separar.

A profundidade da amizade entre o Paraguai e o Brasil de qualquer maneira está selada por esta grandiosa obra que, com as graças de Deus, vamos terminar juntos, Senhor Presidente, para podermos morrer com a satisfação, não de termos deixado uma grande obra para nossos países, mas de havermos contribuído com nosso exemplo para a amizade entre os povos da América do Sul e do Mundo.

E é para homenagear este esforço demonstrado pelo povo paraguaio em conjunto com o povo brasileiro que ergo a minha taça em homenagem ao trabalhador paraguaio, saudando na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, o trabalhador número um do Paraguai, desejando de todo o coração a paz e felicidade pessoais para Vossa Excelência, Senhor Presidente, e para a Senhora de Stroessner.

Muito obrigado.

05 DE NOVEMBRO
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU
FOZ DO IGUAÇU — PR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, SENHOR ALFREDO STROESSNER DURANTE O ALMOÇO POR OCASIÃO DA ABERTURA DAS COMPORTAS DA BARRAGEM PRINCIPAL DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil
Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo:

Vimos assistir com júbilo à abertura das comportas da barragem principal da Hidrelétrica de Itaipu, obra em avançado processo de concretização, que será o testemunho de nossa irmandade.

Nesta hora memorável de nossas relações bilaterais, é-me grato destacar que nossa história registrará em suas páginas os frutos de nossos encontros com Vossa Exceléncia, sempre animados pelo propósito de servir à causa da paz de nossos povos.

Nossa vontade de leal colaboração para concretizar as legítimas aspirações de progresso e de bem-estar de nossas nações, nos possibilita avançar em direção a um futuro magnífico, com passos firmes e inalteráveis.

Nobre amigo de minha pátria:

Convido-vos a brindar à ventura pessoal de Vossa Excelência, de vossa digníssima Senhora Dona Dulce Maria, de vossa distinguida comitiva e de todas as personalidades aqui presentes, seguros de que seguiremos trabalhando incansavelmente pela amizade entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil.

05 DE NOVEMBRO
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU
FOZ DO IGUAÇU — PR
DISCURSO POR OCASIÃO DO ENCON-
TRO COM O PRESIDENTE DO PARA-
GUAI, SENHOR ALFREDO STROESS-
NER, PARA A ABERTURA DAS COM-
PORTAS DE ITAIPU

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
do Paraguai, Alfredo Stroessner:

Este encontro marca a etapa culminante da construção de Itaipu e constitui um grande momento na história das relações entre o Brasil e o Paraguai.

Sua importância transcende, porém, o âmbito de nossos dois países para adquirir projeção continental.

Na presente atmosfera de crise e pessimismo, que analisei na Assembléia Geral das Nações Unidas, um ato como o de hoje tem o sentido de reafirmar a confiança no valor do esforço humano para superar dificuldades passageiras e perseguir um futuro de progresso e prosperidade.

Mostra, ao mesmo tempo, que os ônus e sacrifícios financeiros que assumimos não foram em vão, mas consolidaram obra destinada a gerar riquezas e bem-estar para as gerações futuras.

Exemplo para os países em desenvolvimento, Itaipu mostra que nossos povos foram capazes de desenvolver tecnologia própria para edificar a maior hidrelétrica de todo o Mundo.

No coração do Continente americano, o Brasil e o Paraguai oferecem à causa da integração latino-americana uma realidade de cimento e aço, um poderoso vínculo no setor fundamental da cooperação energética.

Deste cenário grandioso, rendo minhas homenagens àqueles que, desde a década de 60, tiveram a sabedoria de transformar uma dádiva da Natureza, condomínio do Brasil e do Paraguai, em área de convergência de interesses mútuos, em fonte geradora de energia praticamente inesgotável, para beneficiar a qualidade de vida de dois povos.

Neste trabalhoso processo de que foram etapas a Ata das Cataratas, o Tratado de Itaipu e o início da implantação do projeto, sobressaem com destaque especial as figuras de Vossa Excelência, incansável animador e condutor da iniciativa e, do lado brasileiro, dos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, de saudosa memória, assim como os Presidentes Emílio Médici e Ernesto Geisel, que tanto contribuíram para que o sonho traduzido nesta cerimônia se tornasse realidade.

Presto minhas sinceras homenagens a todos aqueles que a partir de 1975, quando teve inicio efetivo a construção de Itaipu, souberam, com seu labor e determinação, produzir os resultados excepcionais que vêm permitindo o exato cumprimento do Tratado de Itaipu, no concernente aos requisitos técnicos e cronológicos.

Neste quadro se destacam, em primeiro plano, pela ação firme, equilibrada e competente, os dirigentes da

Entidade Binacional de Itaipu, cabendo-me, por dever de justiça, mencionar nominalmente o Diretor-Geral, General José Costa Cavalcanti, e o Diretor-Geral Adjunto, Engenheiro Enzo Debernardi.

Relevo ainda o desempenho, comprovadamente eficaz, das empresas privadas ligadas ao projeto de engenharia, às obras civis, à fabricação e à montagem dos equipamentos; dos engenheiros, dos administradores, dos mestres e dos operários, em ação no canteiro de obras, nos escritórios técnicos, nas instalações fabris, tanto no Brasil quanto no Paraguai.

Assistimos hoje à materialização de um plano que, desde suas origens, foi moldado pela amizade fraterna e pelo desejo de cooperação entre nações que se estimam e se respeitam.

Erguemos Itaipu, traduzindo uma profissão de fé no futuro de nossos países e na capacidade empreendedora de nossos povos. Propusemo-nos realizar uma obra sem paralelo. Os frutos da tarefa que, em determinados momentos, congregou de uma só vez mais de 40.000 trabalhadores dos dois países, aqui estarão para sempre incorporados a cada pedaço desta obra de proporções extraordinárias.

Itaipu é uma realidade concreta ante nossos olhos. Simboliza a firmeza dos laços que unem o Brasil e o Paraguai e exemplifica, em todos os sentidos, o modo pelo qual duas nações soberanas podem desenvolver, com espírito de eqüidade, uma colaboração do mais alto nível e de resultados fecundos. Os sentimentos que presidem à cooperação brasileiro-paraguaia têm reflexos positivos não só no plano bilateral, mas também no domínio regional. Fiel ao espírito e à letra do Tratado da Bacia do Prata, converte-se Itaipu em marco do desenvolvimento da área. E o acordo sobre os Aproveita-

mentos Hidrelétricos de Itaipu e Corpus, de 1979, assegura, face a este futuro empreendimento paraguaio-argentino, uma convergência de interesses de importante repercussão regional.

Reafirmo hoje a convicção que consignamos na Declaração Conjunta firmada em Assunção, em abril de 1980, de que «o estreitamento dos laços bilaterais entre as diferentes nações latino-americanas constitui um ganho para todas as demais nações».

Senhor Presidente,

Pela quarta vez, na qualidade de Chefe-de-Estado, tenho a grata oportunidade de encontrar-me com Vossa Excelência, o que demonstra a amizade que nos liga e a constância dos ideais que aproximam nossos países.

Todos esses encontros foram marcados por positiva troca de opiniões sobre temas de interesse comum, numa atmosfera de grande cordialidade e franqueza.

Entre os contatos que mantivemos, evoco em especial a visita que tive a satisfação de fazer ao Paraguai. Guardo, muito sensibilizado, as melhores lembranças dos dias que permaneci em Assunção, em abril de 1980. Revivi, naquela ocasião, sentimentos que nunca mais me deixaram desde os anos que vivera na capital guarani.

Vossa Excelência e eu mantivemos, durante minha estada no Paraguai, conversações que nos permitiram aquilatar o relacionamento brasileiro-paraguaio e abordar suas perspectivas de expansão. Os vários instrumentos que compõem o arcabouço jurídico dessas relações asseguram a fertilidade do terreno em que caminhamos e levam-me a antever com otimismo o futuro de nossos países. Nesses acordos registra-se com vigor o desejo de atingirmos resultados cada vez mais expressivos na cooperação bilateral. No caminho do entendimento e da

harmonização de esforços, estamos decididos a avançar sem hesitações, de que é prova eloquente o ritmo da construção de Itaipu.

Apesar das dificuldades da conjuntura mundial, dos problemas que afetam nossos países e da necessidade de superar obstáculos de toda ordem, estamos executando, sem esmorecimento, um dos preceitos máximos da convivência internacional do nosso tempo, o da cooperação.

Há poucas semanas, na Trigésima-Sétima Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, tive oportunidade de referir-me ao imperativo moral e político que é a cooperação, para que possam ser assegurados os destinos da comunidade internacional.

A imensa complexidade técnica de Itaipu contrasta com a simplicidade dos propósitos que caracterizam a cooperação entre nossos países. O Brasil e o Paraguai estão demonstrando que a querem realizar franca e lealmente.

Senhor Presidente,

Itaipu é um monumento a dois povos vizinhos que, crendo em si próprios, guardando confiança mútua e entendimento superior, foram capazes de conjugar esforços num empreendimento sem paralelo.

Sabemos ambos que muitos olhos estão hoje postos neste cenário de Itaipu, exemplo de colaboração entre dois povos, em hora de tão graves tensões e desentendimentos.

Os que participam desta festa, mesmo residentes nos mais distantes rincões de nossas pátrias, estão conscientes de que não perdemos a grande oportunidade que a História nos ofereceu.

05 DE NOVEMBRO
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU
FOZ DO IGUAÇU — PR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, SENHOR ALFREDO STROESSNER, POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O PRESIDENTE JOÃO FIQUEIREDO PARA A ABERTURA DAS COMPORTAS DE ITAIPU.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Senhor João Baptista de Figueiredo:

É com profundo sentimento fraternal que assistimos ao ato da abertura das comportas de Itaipu.

Este novo encontro com Vossa Excelência eminente estadista e nobre amigo de minha pátria, reitera a efetiva expressão de nosso espírito de paz e solidariedade.

Temos aqui o mais alto testemunho de nossas relações bilaterais desenvolvidas sob signo do entendimento, da cooperação e do esforço recíproco com nações soberanas e irmãs que, assim, exibem perante a América e ao Mundo, os resultados de uma política internacional leal e construtiva.

Esta monumental usina de Itaipu, a maior do Mundo, a estamos construindo, paraguaios e brasileiros, em igualdade de direitos e obrigações e a projetaremos à posteridade como magnífico fruto de nossa vizinhança.

O Tratado subscrito em Brasília a 26 de abril de 1973, para aproveitamento dos recursos do Rio Paraná, pertencentes, em condomínio, a nossos dois países representou um fato histórico e transcendental de nossas vinculações. Ao fato físico da proximidade geográfica somamos a realidade espiritual do consenso de nossas vontades criadoras para demonstrar que não se serve à causa da amizade entre os povos apenas com meras enumerações verbais mas sim com obras que consolidem os laços fraternais.

Itaipu assombra por sua gigantesca expressão material. Mas também assombra por ser façanha do espírito e da tenacidade humana. Aqui não se levanta apenas um prodígio de ciência e da tecnologia. Aqui se ergue o testemunho de uma régia capacidade realizadora que, com a ajuda de Deus, a força do talento, idoneidade, trabalho e abnegação, supera a todos os obstáculos, vencendo riscos assumidos, com retidão e caráter.

Estamos ante uma realização portentosa que o Mundo admira como colossal esforço da imaginação, da inteligência e da vontade para responder aos desafios do futuro.

Nos orgulhamos sinceramente que, como prova da grandeza de nossa amizade, seja a grandeza de Itaipu, a que se materializa como atributo não apenas ao ideal de desenvolvimento de nossas nações mas também como obra magna e histórica que, para sempre, será paradigma de fecunda harmonia internacional.

Um empreendimento deste porte, sem igual por sua envergadura em todo o Mundo: apenas alcança um final feliz quando há um empenho de continuidade, o que é uma consequência da continuidade de um ideal superior.

Nós evidenciamos uma forma leal de compreender os deveres de solidariedade entre os povos unidos por uma mesma vocação de paz, amizade e fé no futuro.

Diretores, técnicos e todo o pessoal, paraguaios e brasileiros, sobressaem-se por sua capacidade e com a força de seus músculos e o brilho da inteligência forjam este momento de perdurable valor, para orgulho e júbilo da República do Paraguai e da República Federativa do Brasil.

Nos congratulamos porque a usina de Itaipu assim como contribuirá a criar riquezas geradoras de mais bem-estar, também simbolizará a riqueza das virtudes de nossos dois povos que estão fazendo de um projeto fascinante uma realidade que a Humanidade recordará com uma das mais extraordinárias empresas humanas.

Apraz-me destacar que os trabalhos se efetuam dentro do conograma estabelecido e que, em alguns casos, se anteciparam os prazos fixados, como prova de grande responsabilidade e do tenaz empenho consagrado à obra.

Este empreendimento possibilita adquirir valiosos conhecimentos científicos e tecnológicos que serão de grande utilidade para o aproveitamento de outros recursos hidráulicos.

Esta monumental obra abrirá ao Paraguai as portas de um futuro luminoso, com imensas oportunidades para acelerar seu desenvolvimento sobre a base da pujante capacidade criadora de nosso povo, nobre, trabalhador e patriota.

Nesta feliz circunstância é-me muito grato ressaltar o espírito de cooperação da República Federativa do Brasil face à minha pátria, fato patente e, transcedentais iniciativas e realizações como Ponte da Amizade, orgu-

lho da engenharia brasileira, a qual nos faz chegar ao Porto e à Zona Franca de Paranaguá, os estudos para o aproveitamento da energia hidrelétrica dos Rios Acaray e Monday, a Rodovia Concepción — Pedro Juan Caballero, a ponte sobre o Rio Apa, o crédito outorgado para o financiamento da construção de usina siderúrgica, o crédito para construção do caminho Ybi-Yau — Pedro Juan Caballero e o Tratado para a construção da Ferrovia da Soja que possibilitará ao Paraguai de aceder a outra via para chegar aos portos do Brasil no Atlântico.

Quero mencionar, ainda, como a maior expressão do alto nível daquele espírito, o Tratado de Amizade e Cooperação subscrito entre nossos países em 4 de dezembro de 1975, que serve de marco para outros inumeráveis empreendimentos de benefícios comuns que possamos projetar para o futuro.

Através da Usina Itaipu contaremos com a fonte limpida e renovável de energia elétrica. Della resultarão incalculáveis efeitos dinâmicos nos quadros social e econômico de nossos dois povos.

É um motivo de grande satisfação que Itaipu, quase não necessite de ajuda tecnológica externa, tendo sido uma oportunidade sabiamente empregada para o desenvolvimento técnico próprio a ponto de figurarem Brasil e Paraguai na vanguarda mundial desta classe de realizações.

Estes resultados benéficos são alcançados através do lume da colaboração.

No processo de construção da usina estamo-nos comportando como bons sócios como era de se esperar de nossa condição de bons amigos. Tem havido uma convivência de dezenas de homens de ambas nacionalidades, enfrentando juntos, solidariamente, os desafios de tão complexo e difícil empreendimento sem que jamais

se registrassem divergências ou situações conflitivas. Tudo tem caminhado positivamente porque tudo vem sendo cumprido dentro do tradicional espírito da amizade paraguaio-brasileira.

Nossos países souberam manter a fé de que o Tratado de Itaipu, que pela novidade de quase todos os seus aspectos teve que prescindir de experiências prévias, originária, sempre, um resultado equitativo, apesar das condições continuamente instáveis da economia mundial.

É com fé e otimismo que o governo e o povo paraguaios se fazem presentes neste significativo ato. São sentimentos que brotam de nossa realidade nacional de paz, progresso e estabilidade política baseada em uma constituição democrática. No livre desenvolvimento dos partidos políticos legalmente reconhecidos, em eleições corretas e periódicas, no funcionamento normal dos poderes do Estado.

Nossa revolução pacífica se fundamenta no nacionalismo, na lei, no respeito à dignidade humana e na justiça social.

A República do Paraguai leva à convivência internacional seu espírito de paz e cooperação com os países amigos. Nossa política exterior é firme, clara e irreversível. Baseia-se nos postulados universalmente reconhecidos da igualdade jurídica, na não-intervenção dos assuntos internos de outros Estados, na autodeterminação dos povos e na solução pacífica das controvérsias.

Nossa República sustenta o critério que todos os países-membros das Nações Unidas e da Organização

dos Estados Americanos, signatários de suas respectivas Cartas de Constituição devem contribuir para o fortalecimento destes organismos para que os mesmos sirvam mais eficientemente à causa de paz, da segurança e do bem-estar dos povos.

Entendemos que os países mais desenvolvidos devem cooperar com o esforço dos países em vias de desenvolvimento como imperativo do espírito de justiça que deve presidir às relações internacionais.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Num mundo que observa com preocupação e angústia dramáticas situações originadas da discórdia, levanta-se Itaipu como exemplo da recíproca vontade de dois povos irmãos.

Não significará apenas o maior aproveitamento hidrelétrico do Mundo, um gigantesco monumento material de concreto e ação. Será uma maravilhosa fortaleza moral, símbolo perene de união, convivência e fraternidade.

Itaipu nos chama a seguir impulsionando nossas úteis relações nos campos da cooperação científica, tecnológica, cultural, econômica a vinculação cada vez mais estreita de nossas forças armadas.

Nesta jornada de verdadeira integração americanista, saudo afetuosamente e com os melhores votos de prosperidade ao grande e fraterno povo brasileiro, na pessoa de seu ilustre primeiro mandatário. o General-de-Exército João Baptista Oliveira Figueiredo.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Itaipu nasceu de nossa energia espiritual de povos soberanos e amigos que sabem projetar-se vigorosamente em direção ao futuro com trabalho em paz, em harmonia e cooperação.

Esta grandiosa obra de Itaipu, a maior do Mundo, que hoje aclamamos como farão as gerações futuras, terá a virtude de fortalecer cada vez mais nossa exemplar amizade, encaminhada para o mesmo destino de grandeza, para a felicidade da República do Paraguai e da irmã República Federativa do Brasil.

**11. Visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América
do Norte, Senhor Ronald Reagan.**

30 de novembro a 3 de dezembro de 1982.
Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan

30 DE NOVEMBRO
BASE AÉREA
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN, AO DESSEMBCAR NO BRASIL.

Sinto-me encantado de estar aqui neste país e de ter a oportunidade de ver esta Cidade, famosa no Mundo inteiro como expressão da confiança do Brasil em seu destino. Estou ansioso para fortalecer minha amizade com o Presidente Figueiredo, tão calorosamente iniciada em maio, e para dar continuidade às discussões que começamos em Washington.

Aqui estamos em visita de trabalho. Além do Secretário de Estado Shultz, trouxe comigo o Secretário do Tesouro, Reagan, nosso representante comercial, embassador Brock, e outros líderes de nosso governo. Estamos dispostos a debater uma ampla gama de assuntos.

Estou, também, ansioso para aprender, desde logo, sobre este gigantesco país e o contraste entre esta Cidade e São Paulo, tão conhecida mundialmente como um prodígio industrial e metropolitano.

Nossas sociedades se assemelham no sentido de que ambas têm uma tradição de fronteiras, uma abertura e visão para a grandeza. São igualmente semelhantes as

raízes de nossas nações. Somos ambas nações-cadinhos — que obtiveram êxito em proporcionar aos seus cidadãos, não obstante suas origens, uma oportunidade de partilhar, com sua iniciativa, trabalho árduo e inteligência na visão da liberdade: liberdade de culto e de trabalho com dignidade para uma vida melhor.

Os Senhores, no Brasil, têm grandes sonhos e uma enorme nação abençoada por vastos recursos, com os quais poderão torná-los realidade. Aqui, em Brasília, vemos uma prova impressionante do espírito de um povo com energia limitada, determinação e confiança em seu futuro.

Todos nós temos conhecimento do progresso vigoroso e firme do Brasil, tanto interna como externamente. As eleições de 15 de novembro demonstraram a confiança do Brasil em si mesmo e em sua estabilidade na liberdade. De modo similar, a gestão da economia brasileira, em tempos de dificuldades econômicas em todo o Mundo, inspira-nos todos, no sentido de que nossos problemas atuais podem ser resolvidos.

Conquanto possamos ter áreas de desacordo, também temos muito em comum. Estou certo de que nossas conversações serão frutíferas e benéficas para ambos os nossos países.

Em nome do povo dos Estados Unidos, sou portador de nossos melhores votos e de nossa amizade.

Presidente Figueiredo, fico muito grato por sua acolhida. Já me sinto em casa.

30 DE NOVEMBRO
BASE AÉREA
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DA CHEGA-
DA, AO BRASIL, DO PRESIDENTE DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SE-
NHOR RONALD REAGAN

Excelentíssimo Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan:

Em nome do Governo e do povo brasileiros, tenho a satisfação de saudar Vossa Excelência no momento em que inicia sua visita ao Brasil.

Aos ilustres membros da comitiva de Vossa Excelência, peço que também aceitem meus votos de boas-vindas.

Quero que minhas primeiras palavras evoquem a grata visita que, há seis meses, realizei ao grande país de Vossa Excelência. Eu, e — estou certo — todos os brasileiros, procuraremos retribuir a gentileza com que os norte-americanos, e pessoalmente Vossa Excelência, me distinguiram durante minha estada em Washington.

A amizade, a consideração mútua e o diálogo aberto entre os Presidentes dos Estados Unidos da América e do Brasil refletem com perfeição o estado das relações entre as duas repúblicas. A presença, entre nós, do Presidente norte-americano, é mais um atestado da ampla e amistosa convivência de nossos povos.

Serve, também, para acentuar a unidade de propósitos que deve animar as Américas. Vindo ao Brasil, acha-se Vossa Excelência em terra latino-americana. E hoje, talvez mais que em outras épocas, parece essencial meditarmos sobre os rumos da convivência entre os países do Hemisfério. São tão graves e dramáticos os desafios do presente, que as fórmulas do passado se revelam inadequadas para enfrentá-los. É hora, pois, de reforçarmos nosso entendimento, de expormos uns aos outros os nossos problemas e aspirações, e de caminharmos no rumo de uma genuína e eqüitativa parceira.

As relações interamericanas se caracterizam pela pluralidade de percepções e interesses que marca a vida ocidental como um todo. Por desempenharem papéis distintos na ordem mundial, os Estados Unidos e a América Latina freqüentemente apreciarão, de forma também diferenciada, as questões internacionais. Ao trabalharmos para ajustar essas percepções e esses interesses, é fundamental que cada um de nós preserve sua autenticidade e participe construtivamente, e sem constrangimentos, de uma tarefa que só pode ser comum.

Nossos povos esperam que nela empenhemos nossa vontade política e que busquemos compreender mutuamente nossas necessidades. Esperam que tenhamos o descortino de responder uns aos outros, num quadro em que os problemas de cada um se vêem agravados pela crise econômica que a todos afeta.

Vivemos um tempo de sérias e crescentes preocupações, um tempo que requer a conjunção construtiva de esforços em nível global e regional. A construção da paz, o retorno da prosperidade e a retomada do desenvolvimento são objetivos interligados. Sua consecução dependerá do trabalho harmônico da comunidade das

nações, para o qual nossos países saberão dar a contribuição que lhes cabe.

O Brasil que Vossa Excelência hoje visita é resultado de um notável esforço pela renovação e pelo desenvolvimento. Apesar das dificuldades do momento, temos plena confiança em que seremos capazes de seguir a trilha de democracia e progresso que o povo brasileiro escolheu. Temos a certeza de que, no plano internacional, nossos amigos não nos faltarão, como não nos faltaram no passado, nem nós a eles.

Recebemos Vossa Excelência com esse espírito de hospitalidade e franqueza. Faço votos para que a estada de Vossa Excelência entre nós seja plena de bons momentos e signifique, por seu êxito, um progresso importante nas relações que, há tantos anos, unem brasileiros e norte-americanos.

01 DE DEZEMBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN.

Excelentíssimo Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil se inscreve no quadro de perene amizade e compreensão mútua entre nossos países.

Nossos povos e nossos governos se beneficiam de amplo e valioso patrimônio de conhecimento, estima e respeito recíprocos, formado em mais de século e meio de boa-convivência. Partes da mesma civilização ocidental, permanecemos dedicados aos ideais de liberdade e progresso, à preservação dos direitos individuais e da identidade de nossos povos.

Tudo isso nos aproxima e nos une. O debate de idéias, a defesa de interesse legítimos, o respeito pelos interlocutores, que caracterizam cada uma de nossas sociedades, distinguem ainda o nosso relacionamento. A fraqueza com que nos falamos atesta que são maduras as nossas relações.

Países em diferentes estágios de desenvolvimento, que se inserem de forma diversa na ordem internacional, o Brasil e os Estados Unidos da América buscam o diálogo construtivo. Sabem considerar as posições de cada uma das partes e procuram, com realismo, harmonizar seus interesses e objetivos. A renovada intensidade dos contados e visitas de alto nível refletem nossa aproximação. Nossos países sempre estiveram unidos por aspirações comuns, embora reconheçamos não serem idênticas as responsabilidades internacionais, nem igual o poder de cada um.

Nossas convergências de opinião nos asseguram a liberdade de discordar e, justamente porque a temos, ganhamos espaço para tratar nossas relações de maneira cordial e objetiva. Não foi outro o espírito de nosso encontro em Washington, em maio último. As circunstâncias, naquela ocasião, fizeram com que lançássemos nossos olhos sobre a grave crise das Malvinas, questão em que, embora mantivéssemos posições diferenciadas, fomos capazes de manter diálogo altamente proveitoso.

Senhor Presidente,

Estamos vivendo um momento internacional extraordinariamente difícil. As relações Leste-Oeste passam por uma fase de exacerbão, embora haja sinais promissores. Em diversas áreas registram-se tensões de vulto, ao mesmo tempo em que percebemos oportunidades de negociação que, perdidas, talvez não se renovem com facilidade.

Refiro-me, em especial, ao Oriente Médio, questão na qual Vossa Excelência tomou importante iniciativa que, juntamente com outras propostas construtivas e serenas, provenientes de países da própria região, há de oferecer base adequada para negociações.

Refiro-me, ainda, à Namíbia, que nos defronta na costa africana, e cujo processo de independência chegou a um ponto crítico. O papel fundamental que o governo de Vossa Excelência está desempenhando e ainda irá desempenhar nesse processo se refletirá, sem dúvida, sobre as possibilidades de melhor entendimento entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, aproximação que é do mais alto interesse para nós. Confiamos em que a Independência da Namíbia possa ser alcançada prontamente, atendidas as justas aspirações de seu povo e aumentadas as condições de segurança para os países da África Meridional.

Nosso Hemisfério não escapou ao agravamento das tensões internacionais. A convivência entre as Américas está sofrendo desgastes que muito nos preocupam. O Brasil favorece o fortalecimento das relações hemisféricas. Temos que construir novas formas de convivência, que levem em conta a complexidade dos nossos desafios e que reforcem a amizade e a cooperação hemisféricas.

Juntos devemos enfrentar os problemas de que a América Latina tanto sofre. Mas devemos ir às suas raízes econômicas e sociais, pois não podem as soluções pluralistas e democráticas prosperar num quadro de pobreza e instabilidade social, em que cada país se senta ameaçado em sua segurança econômica.

Voltados para o futuro, devemos reconhecer a importância e a vitalidade de nossas relações nesse novo contexto mundial. A América Latina por certo responde à necessidade de globalizar sua presença internacional, de acelerar contatos com todo o mundo industrializado e de lançar-se no esforço de cooperação com os demais países do Terceiro Mundo. Não penso, pois, no retorno

a velhos padrões de relacionamento, mas em fórmulas de consulta e métodos de trabalho que nos permitam estabelecer parcerias mutuamente satisfatórias.

Não poderia deixar de mencionar, nesta oportunidade, a apreensão do Brasil com a deterioração do quadro político na América Central. Cremos, firmemente, que naquela região, como nas demais, o direito dos povos e a soberania dos governos devem ser respeitados sem ingerências ou pressões externas. Vemos com grande esperança a contribuição que podem dar à pacificação dos espírito e à pesquisa de soluções democráticas e livres, os países latino-americanos que, como o México, a Venezuela e a Colômbia, aliam uma inestimável experiência política a uma tradicional presença naquela região.

Senhor Presidente,

Os problemas políticos da atualidade devem ser vistos à luz da crise econômica mundial, cujos contornos e perigos tive a oportunidade de examinar em discurso perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas.

As linhas mestras daquele pronunciamento não necessitam de confirmação. Suas repercussões internacionais, inclusive o interesse do governo e da opinião pública norte-americana, deram-me a certeza de que havia tocado em questões essenciais. Era necessário que assim fizesse, porque são países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, os que mais sofrem com a contração do comércio mundial, o emperramento dos fluxos financeiros internacionais e a estagnação da economia em escala global.

Tenho toda a confiança na política econômica e financeira do meu governo e não posso deixar de regis-

trar, neste instante, o agradecimento brasileiro pela apreciação da solidez dessa política, emanada de altas autoridades do governo de seu país.

É claro, porém, que as dificuldades do Brasil serão enormemente acrescidas:

— se persistirem as tendências protecionistas que restringem o acesso dos produtos brasileiros aos grandes mercados;

— se não forem agilizados os fluxos financeiros internacionais;

— se os países em desenvolvimento, que hoje absorvem mais de 40% de nossas exportações, não tiverem minoradas suas dificuldades presentes;

— e, por último, se não forem reforçados os organismos multilaterais, com ampliação de seus recursos, atualização e flexibilização de seus critérios operacionais e mais fácil acesso dos países em desenvolvimento a seus processos decisórios.

Numa palavra, para a economia mundial retomar seu funcionamento regular, em benefício de todos, será preciso reativar o espírito de cooperação internacional para o desenvolvimento. Desse modo promover-se-á a recuperação da confiança e da estabilidade nos sistemas internacionais de comércio e finanças.

A retomada do diálogo Norte-Sul — entre as nações ricas e pobres — será parcela importante dos esforços conjuntos, com vistas à recuperação da economia mundial. Nesse contexto, devo registrar que o Brasil permanece profundamente interessado no lançamento

das chamadas Negociações Globais, no seio das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

À sua chegada em nossa terra, tive ocasião de dizer que Vossa Excelência visita um Brasil renovado por seu esforço em busca do desenvolvimento. Cento e vinte milhões de brasileiros espalhados na vastidão de seu território realizam uma experiência nacional rica e fascinante.

A gente brasileira está, por toda parte, voltada para o gigantesco esforço da construção nacional. Dos mais remotos confins da Amazônia, dos ásperos sertões do Nordeste, dos campos gerais às áreas industrializadas e aos pampas, nosso povo, em ordem e com serenidade, reclama o justo fruto de seu trabalho.

Desejamos ver o Brasil equitativamente recompensado pela contribuição que presta à economia internacional. Devotados aos ideais democráticos, o Governo e a sociedade brasileira se empenham pela participação política e pela justiça social. Povo e Governo querem o Brasil fiel a suas raízes, livre, independente e amigo de seus amigos.

Esta terra e esta gente, Senhor Presidente, lhe estenderão toda a nossa hospitalidade. Sua visita constitui o melhor ensejo para fortalecer e ampliar a compreensão entre os Estados da América e o Brasil. É sincero propósito de meu governo aprofundar o nosso diálogo e estreitar nossos laços.

Permita-me, Senhor Presidente, convidar todos os presentes a comigo erguerem suas taças num brinde à amizade que une os Estados Unidos da América e o Brasil, à prosperidade do povo norte-americano e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

01 DE DEZEMBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO.

Presidente Figueiredo, muito obrigado pela sua cordial acolhida. Existe um velho ditado no Brasil que diz: «Os Estados Unidos são um país muito grande, mas o Brasil é colossal». Voando horas a fio num avião a jato, é que se pode compreender como o Brasil é colossal. Na verdade, a única coisa que é maior do que o Brasil é o coração e a boa-vontade do povo brasileiro. Vossa Excelência, Senhor Presidente, e todo o povo brasileiro, disseram bem-vindo, e nós nos sentimos bem-vindos e em casa.

Disseram-me que, há 77 anos, o Barão do Rio Branco, aquele grande diplomata brasileiro, ao referir-se à chegada de um dos antecessores do Secretário Shultz, Elihu Root, teria dito que os seus olhos podem não ficar maravilhados pelo nosso pequeno progresso material, mas a sua filosofia americana certamente ficará satisfeita em constatar os novos fenômenos da nação brasileira: a atividade, a energia e a esperança. Posso assegurar-lhes que minha filosofia americana ainda está muito afiada com a fenomenal atividade, a energia e a esperan-

ça do Brasil. Tenho que admitir também que os meus olhos estão maravilhados com o progresso da nação brasileira.

Obviamente, o período de pós-guerra, o tempo em que as relações ainda eram determinadas pelos eventos monumentais da segunda guerra mundial, terminou. Os velhos padrões estão dando lugar a novos relacionamentos. O poder econômico e político, que no passado estava concentrado nas mãos de alguns, está sendo compartilhado — e assim deveria ser — entre muitas nações. Este é o resultado não de uma redistribuição, mas sim da criação de uma vasta e nova riqueza gerada pela tecnologia moderna, pela iniciativa inovadora, e pelo trabalho árduo.

Presidente Figueiredo, Vossa Excelência o resumiu muito bem as Nações Unidas, quando disse: «a vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor.»

Senhor Presidente, fiquei muito impressionado pela profundidade de sua análise e a força de convicção de seu discurso nas Nações Unidas.

Hoje, Senhor Presidente, eu renovo o meu compromisso de manter com Vossa Excelência consultas as mais estreitas possíveis. Amizade não significa acordo total; mas sugere valores e ideais partilhados, respeito mútuo e confiança. Isto certamente é verdade tanto da parte do povo brasileiro como do povo americano — eu sei, Senhor Presidente, que certamente é verdade no que se refere a Vossa Excelência e a mim, como indivíduos. Nos-

sos países, como amigos, e nós, como líderes de nossas grandes nações, trabalharemos em conjunto para vencer os desafios à nossa prosperidade e liberdade.

Recentemente, as nossas economias foram duramente atingidas pela recessão, algo que ocorreu em quase todo o Mundo. Nos Estados Unidos, assim como estão fazendo no Brasil, tomamos muitas medidas penosas para vencer a crise econômica que ameaça o nosso povo.

A auto-disciplina é necessária; a acomodação mútua também o é. Os tomadores de empréstimos precisam agir para restringir os seus déficits. E também é igualmente importante que os concessionários de empréstimos não recusem novas verbas aos países que adotarem planos eficazes de estabilização. Credores e devedores devem lembrar-se que ambos têm um enorme interesse no êxito mútuo.

Igualmente, a integridade do sistema mundial de comércio deve ser preservada para que sirva novamente como a grande máquina do crescimento. Os mercados fechados devem ser abertos cuidadosamente. Os mercados abertos devem ser resguardados do protecionismo.

Nosso desafio é fazer com que o nosso relacionamento comercial e financeiro permaneça como uma fonte de prosperidade e força — e não se torne uma fonte de discórdia e desacordo.

Para esse fim, acreditamos que as relações econômicas entre as nações comerciais do Mundo devem repousar sobre três pilares principais:

- Primeiro, um espírito de cooperação. Nossas economias encontram-se tão claramente entrelaçadas que nossa melhor esperança para o crescimento é agir em conjunto, não isoladamente.

Nada é mais destrutivo do que decisões unilaterais por parte de países individualmente, de reduzir o comércio ou os fluxos financeiros. Não podemos prescrever o que deveria ser feito pelo setor privado. Porém nosso objetivo deveria ser relações governamentais e privadas nas quais se possam confiar.

- Segundo, um espírito de eqüidade. No clima atual, existe uma poderosa tentação de que países a adotar uma linha de ação às custas de seus vizinhos. No passado constatamos o dano decorrente de tal atitude.
- Finalmente, deve haver um espírito de compromisso — compromisso em prol de um crescimento econômico estável compartilhado pelas nações de todo o Mundo.

Os problemas da dívida enfrentados por muitas nações, hoje, são formidáveis, e devemos agir em conjunto para garantia de que dispomos dos mecanismos para lidar com eles. Os recursos do Fundo Monetário Internacional constituem um dos mais importantes desses instrumentos. A fim de assegurar que os recursos do FMI sejam adequados, os Estados Unidos propuseram que, além de um aumento nas quotas do FMI, deveria haver também uma modalidade especial de empréstimo para fazer face às demandas que possam se apresentar ao FMI. Toda vez que países necessitarem de assistência, ao recorrerem ao FMI, aqueles capazes de proporcionar créditos-ponte devem agir nesse sentido. Também necessitamos de regulamentos comerciais que reflitam as enormes mudanças ocorridas no comércio mundial desde a criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comér-

cio) há 35 anos. A reunião recém-encerrada em Genebra foi um passo proveitoso nesse sentido, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Muitos países necessitarão atravessar um período penoso enquanto realizam, nos anos futuros, os ajustes necessários, e nós precisamos trabalhar em estreita colaboração durante essa transcrição.

Trabalharemos com os Senhores para ajudar na evolução do Sistema Internacional a fim de proporcionar uma era econômica mais luminosa para nossos povos.

Às vezes é muito fácil sermos atraídos para a cilada de vermos apenas os problemas, os percalços e os pontos vulneráveis ao longo do caminho. Isto é particularmente verdadeiro em tempos de crise econômica.

Presidente Figueiredo, nos Estados Unidos vencendo a nossa crise, e quero que Vossa Excelência e todos os brasileiros saibam que estamos confiantes em que o Brasil superará as suas dificuldades atuais. Existe um ditado popular aqui de que «ninguém segura este país». Assim sendo, Senhor Presidente, eu digo, agora, «prá frente, Brasil».

Estamos confiantes porque conhecemos o caráter de seu povo. Nossos cidadãos vêm do mesmo molde. Somos nações de imigrantes. Nosso espírito nacional foi forjado no pioneirismo por gente que teve a coragem de deixar o conhecido e enfrentar o desconhecido. Esta é a herança da sua terra e da minha.

O povo que aqui veio queria melhorar a sua vida e a vida de seus filhos. A fronteira do novo mundo não oferecia ruas pavimentadas de ouro, mas sim oferecia oportunidade e o espírito de liberdade. Hoje, os povos

amantes da liberdade em todo o mundo sentem-se imensamente encorajados pela sua transição estável de volta à democracia.

A História prova que quanto mais livre se torna um povo, mais se desencadeiam as suas energias criativas. Vossa Excelência mencionou isto no ano passado, ao falar de seu compromisso para com um governo representativo. Vossa Excelência disse que democracia é nada mais do que um sistema no qual cada indivíduo tem a oportunidade de desempenhar um papel altamente responsável e ativo no cenário da política nacional, ao invés do papel de mero espectador passivo.

No mês passado, cerca de 50 milhões de seus compatriotas tornaram-se cidadãos politicamente ativos ao invés de espectadores. Suas eleições legislativas e governamentais demonstraram o vigor e a vitalidade do ideal democrático neste Hemisfério. Nós o saudamos, Presidente Figueiredo, pela sua forte liderança na abertura deste novo capítulo na história de seu país, e também saudamos o povo brasileiro por tudo que foi dito, as suas eleições foram muito mais do que um confronto político — foram uma manifestação eloquente de liberdade.

O que almejamos é um hemisfério no qual o futuro é determinado não pelas balas, mas pelos votos; um hemisfério de países em paz consigo mesmos, com seus vizinhos, e em paz com o mundo.

A paz que conhecemos tem sido um bem precioso para as Américas. Ao invés de despender uma grande parcela de seus recursos em gastos militares, os países em desenvolvimento deste Hemisfério investiram no futuro. Isto não foi mero acidente.

Desde a União até o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos, este Hemisfério tem

estado na vanguarda da cooperação internacional multilateral. Nenhuma outra região do Mundo pode igualar nosso feito.

Senhor Presidente, não posso esquecer de que, na última ocasião em que nos vimos, este Hemisfério enfrentava uma crise no Atlântico Sul. O seu país foi uma voz de moderação e razão. Ambos achamos inaceitável o uso inicial da força para resolver aquela disputa. Para enfatizar o nosso apoio a este princípio, os Estados Unidos recentemente se uniram ao Brasil e a outros países do Hemisfério para conamar a Grã-Bretanha e a Argentina a negociarem as suas diferenças.

Conforme sugerido no discurso de Vossa Excelência perante as Nações Unidas, a preocupação do Brasil pela paz se estende muito além deste Hemisfério, particularmente numa era em que as armas da destruição ameaçam a toda a Humanidade. Deixem-me assegurar-lhes hoje à noite, e a todos os nossos amigos neste Hemisfério, que os Estados Unidos estão absolutamente decididos a manter a paz, e a frear a corrida armamentista nuclear.

Também nisso o nosso Hemisfério tem um passado exemplar. Através da zona desnuclearizada, conforme definida pelo Tratado de Tlatelolco de 1967, já demonstramos o tipo de progresso que pode ser atingido nesta área vital de controle de armamentos.

O Brasil pode orgulhar-se do fato de que é um país cujas vastas fronteiras tocam mais nações do que qualquer outra no Hemisfério — e, no entanto, vive em paz com seus vizinhos. Este é um legado de uma geração anterior de brasileiros como o Barão do Rio Branco, que, com visão, trabalho árduo e espírito de justiça e conciliação, resolveram problemas difíceis. Juntos, devemos

procurar passar adiante este mesmo legado de paz às futuras gerações de nosso Hemisfério.

Mas tão ameaçadores quanto os exércitos convencionais e as armas nucleares, são os pretensos revolucionários que minam governos legítimos e destróem as fontes do progresso econômico; rebeldes que são armados, a um custo muito elevado, pelo preposto de uma potência longínqua, uma potência que espalha uma filosofia alheia às Américas, cujo objetivo é a desestabilização dos nossos governos e das nossas economias, isto é agressão pura e simples.

Quando o Presidente Dwight Eisenhower visitou esta Cidade em 1960 — mesmo antes que ela fosse consagrada como sua capital — ele frisou o compromisso dos Estados Unidos com a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro. Hoje, eu reafirmo o nosso empenho e a nossa promessa. Colocamo-nos lado a lado, firmemente, com as outras responsáveis das Américas, para opor-nos àqueles que, mediante o uso da violência e da força das armas, tentarem minar o progresso econômico e a estabilidade política.

O pacto entre os países americanos é, sem dúvida, tanto de natureza moral como jurídica. Um grande estadista brasileiro, Joaquim Nabuco, compreendeu isto quando, no limiar do nosso Século, ele afirmou que a nossa aliança é completamente pacífica, e brilha além da órbita americana para que o Mundo saiba que o nosso Hemisfério, agora, pode ser chamado de Hemisfério da Paz.

Essas palavras refletem a meta dos Estados Unidos: um hemisfério de paz.

Hoje à noite quero compartilhar com os Senhores um sonho que tenho sobre as Américas. Joaquim Nabu-

co deve ter tido um sonho parecido quando ele nos clamou a sermos a vanguarda da Civilização. É uma visão de duas grandes massas continentais, ricas em oportunidades e recursos; povoadas por gente de todas as partes do mundo, de todas as raças e passados; vivendo juntos, negociando juntos em paz e liberdade; povos que compartilham um desejo de liberdade e respeito pelos direito de outros. Povos que sabem que com criatividade e iniciativa nenhum obstáculo é grande demais. Povos que compartilham aqueles valores fundamentais sobre Deus, a família e a justiça, os quais dão significado à nossa existência.

O que é tão notável é que este sonho está ao alcance desta geração. Temos um hemisfério de 600 milhões de seres valorosos. Temos os recursos e o *know how*. Igualmente importante, temos uma fonte de boa-vontade entre nós que espera ser aproveitada. Com esperança, empenho, bom-senso e força-de-caráter, podemos enfrentar os desafios à nossa paz e prosperidade. Ninguém deve sentir-se desalentado pela noite escura de problemas que nos cercam. Um lindo alvorecer nos espera, e quando ele chegar, como disse Nabuco, poderemos brilhar como um exemplo para o resto do Mundo. Podemos ser e seremos um hemisfério de paz, de prosperidade, e de liberdade.

Presidente Figueiredo, todos aqui presentes, foi para mim uma honra estar aqui esta noite. Queiram aceitar, em nome do povo norte-americano, os nossos mais calorosos votos de amizade, admiração e respeito.

02 DE DEZEMBRO
PALÁCIO DOS BANDEIRANTES
SÃO PAULO — SP

DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN, DURANTE ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Obrigado. Esperei muito por este dia. É uma honra falar a homens e mulheres de empresa, aqui em São Paulo. Esta Cidade foi fruto de uma idéia inovadora e trabalho árduo, num espírito de confiança e esperança.

Trago-lhes sinceros votos de amizade de seus vizinhos do Norte que, como vocês, são americanos — cidadãos deste Novo Mundo — como vocês eles anseiam profundamente pela paz, compartilham seu amor pela democracia, e seu empenho de construir um futuro de progresso e oportunidade. Em nome deles, eu digo a todos vocês: «estamos com o Brasil e não mudamos».

Contemplamos o Brasil com a admiração e o respeito devido a uma grande nação. Um de seus mais famosos escritores, Monteiro Lobato, viveu em nosso país nas décadas de vinte e trinta. Enquanto nos Estados Unidos, ele escreveu um livro chamado «América», no qual disse que o brasileiro considera seu país a maravilha das maravilhas, mas com um único defeito, não é bem conhecido no Exterior.

Se estivesse escrevendo hoje, ele ainda poderia dizer, o Brasil é a maravilha das maravilhas; mas ele teria que admitir que a reputação do Brasil igualou-se às suas realizações.

Ouvimos dizer que, num mundo abalado por tensões políticas, recessão, pobreza, problemas de energia, dívida, altas taxas de juros e inflação, existe pouca esperança de uma nova era de crescimento e prosperidade duradouros.

Jamais minimizaria os problemas que enfrentamos ou nossa necessidade urgente de lidarmos efetivamente com eles. Falarei sobre eles dentro de um minuto. Mas, tenho que dizer que já vivi bastante. Sobrevivi às guerras mundiais, e à depressão econômica. E o que mais me impressionou, mais ainda do que estas crises terríveis, foi a infinita coragem humana de reagir, de lutar, de encontrar novas curas e novas soluções.

A todos que alardeiam o apocalipse, e eles estão em toda parte, temos uma mensagem: a esperança do Mundo vive aqui — no Novo Mundo — onde o amanhã é construído hoje, por corajosos pioneiros como vocês — pessoas que acreditam umas nas outras e que nunca perderão a fé no futuro.

Naquele memorável discurso que o Presidente Figueiredo proferiu nas Nações Unidas ele expressou a sua confiança na capacidade de renovação da comunidade mundial. Ele disse do Brasil: «vimos realizando um esforço notável de desenvolvimento econômico, com resultados promissores que enchem de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época».

Eu compartilho de sua confiança. Posso também compartilhar com vocês hoje um sonho que acalento há muito tempo? O sonho de fortalecer as nossas relações com o Brasil e com todos os nossos vizinhos aqui no Hemisfério ocidental. Neste Planeta cada vez menor, o esforço de renovação, progresso econômico e liderança por uma paz mundial deve vir cada vez mais do Novo Mundo. Aqui somos abençoados por grande abundância: recursos, tecnologia, e, mais importante, pelo espírito de liberdade — um espírito que canaliza nossas energias na busca de um bem maior.

Há no mundo de hoje uma pretensa revolução; uma revolução de conquistas territoriais, uma revolução de coerção e controle do pensamento onde países governam por meio de armas e cercas de arame farpado não para manter os inimigos lá fora e sim para manter seus povos lá dentro.

A revolução real vive nos princípios que brotaram aqui no Novo Mundo... o primeiro princípio diz que a Humanidade não será governada, nas palavras de Thomas Jefferson, «por uma minoria favorecida». O segundo é um compromisso para com cada homem, mulher e criança de que não importa qual seja a sua formação, não importa quão humilde seja sua posição na vida, não deve haver limite para a sua capacidade de alcançar as estrelas e de progredir até onde lhe possam levar os talentos que Deus lhe deu.

Confiem no povo; acreditem que cada ser humano é capaz de grandeza; acreditem que cada sociedade é capaz de autogovernar-se — esta é a alma de nossa revolução, a alma da democracia e da liberdade; é o legado do Novo para o Velho Mundo. Somente quando o povo é livre para venerar, criar e construir, somente quando ele tem a possibilidade de participar pessoalmente nas decisões que afetam o seu destino, e beneficiar-se de seus

próprios riscos — somente, então, podem as sociedades tornar-se dinâmicas, prósperas, progressistas e livres.

Em termos geográficos o Brasil está no Sul e os Estados Unidos no Norte. Mas em termos de laços históricos e valores fundamentais, somos nações do ocidente do Novo Mundo. E estamos entre as poucas nações que exercem influência e responsabilidade mundiais.

Como americanos do Norte e do Sul, quer sejamos líderes no governo ou na indústria privada, devemos trabalhar mais arduamente para derrubar as barreiras que se opõem às oportunidades para o nosso povo; devemos canalizar todo o recurso possível para o crescimento; devemos insistir em políticas econômicas sólidas para nossos países, e sistemas comerciais e financeiros mais abertos em todo o Mundo.

As grandes repúblicas da América do Sul e do Norte e do Caribe têm um potencial virtualmente ilimitado para o desenvolvimento econômico e a realização humana. Temos uma população total de mais de 600 milhões de pessoas. Nossos continentes e ilhas ostentam vastas reservas de alimentos e matérias-primas; os mercados das Américas produziram altos padrões-de-vida. Oferecemos esperança aos povos oprimidos e empobrecidos.

Somos nações de imigrantes. Nossos recursos fizeram do novo mundo um ímã para a migração de todos os continentes. Mas foram a visão, a iniciativa, a capacidade e o trabalho árduo de nosso povo que geraram nossa riqueza e nosso bem-estar.

Os países em desenvolvimento deste Hemisfério têm alcançado um nível de crescimento impressionante durante a última geração — crescimento proveniente de poupanças e investimentos, trabalho e recursos, crescimento proveniente de mercados internacionais livres pa-

ra o comércio e finanças, e crescimento proveniente da iniciativa privada, risco e recompensa — marcos tanto de liberdade econômica como política.

Quando nós, nos Estados Unidos, olhamos para o Brasil vemos:

- O sucesso de uma economia que cresceu quatro vezes em vinte anos, mais do que dobrando a renda *per capita*.
- A promessa do amanhã na juventude do Brasil, com metade da sua população abaixo dos 21 anos de idade, e tornando-se mais instruída a cada ano.
- Uma confiante resposta ao desafio dos anos oitenta, diversificando sua economia e exportações com novos mercados e tecnologias. Liderança e visão em ousados projetos como Itaipu, a maior usina hidrelétrica do Mundo, e um dinâmico esforço de substituição energética, incluindo o programa de combustível de álcool que, até 1985, deverá abastecer mais da metade de seus novos carros.
- Também vemos os modernos pioneiros do Brasil explorando uma fronteira tão desafiadora quanto o Amazonas: o espaço. Hoje gostaria de propor-lhes uma idéia: treinar um astronauta brasileiro junto com os nossos, para que o Brasil e os Estados Unidos possam um dia participar de uma missão conjunta do ônibus espacial — como parceiros no espaço.

Ontem à noite eu disse ao Presidente Figueiredo que os Estados Unidos confiam em que o Brasil superará as suas dificuldades tal como os Estados Unidos superarão as suas. Mas enfrentamos sérios problemas. A

sua economia tem estado em recessão assim como a nossa. Na próxima década; ambos devemos criar milhões de novos empregos para os nossos povos. Tomando as medidas necessárias agora, os nossos países podem conduzir o Mundo a uma nova era de crescimento — mas, desta vez, crescimento sem o peso da inflação e das taxas de juros galopantes.

Três coisas são essenciais para a recuperação total e o desenvolvimento mundiais: precisamos agir individualmente para corrigir os nossos problemas domésticos econômicos e financeiros; precisamos proteger a integridade dos sistemas comerciais e financeiros do Mundo; e precisamos trabalhar juntos para ajudar o sistema internacional a evoluir para melhor assegurar a nossa prosperidade mútua.

A primeira mais importante contribuição que um país pode prestar é pôr sua própria economia e finanças em ordem. Muitos países, inclusive os Estados Unidos, não o fizeram. Em algum ponto nesta trilha, os líderes dos Estados Unidos esqueceram de como o milagre de crescimento norte-americano foi criado. Substituímos gastos governamentais por investimentos para estimular a produtividade; substituímos uma crescente burocracia por inovação privada e criação de empregos; substituímos transferência de riquezas para a criação de riquezas por recompensas de assumir riscos e de trabalhar arduamente, e substituímos subsídios e regulamentos excessivos pela disciplina e concorrência resultante da mágica do mercado.

Para os Estados Unidos o caminho de volta tem sido difícil. Quando assumi o governo enfrentávamos taxas de juros e inflação elevadíssimas e os mais altos impostos em tempo de paz de nossa história.

Nosso programa de recuperação está projetado para ajudar-nos a realizar a transição longamente esperada para uma economia estimulada por investimentos, não-inflacionária, que colocará os Estados Unidos novamente na vanguarda do crescimento.

Cortamos o aumento das despesas federais em quase dois terços. E em breve teremos reduzido os impostos pessoais em 25 por cento; cortamos a taxa mais alta de imposto sobre rendas de juros e dividendos; introduzimos novos e fortes incentivos para a poupança; encorajamos a formação de capital ao permitir uma mais rápida depreciação de equipamentos e instalações e buscamos agressivamente a desregulamentação dos mercados em energia, transportes e finanças.

Muitas destas reformas entraram em vigor há pouco menos de um ano. Resta muito ainda a ser feito. Não se pode apagar décadas de pecados com um ano de penitência. Mas a confiança está voltando aos Estados Unidos. Acreditamos que a recuperação está à vista.

Inflação e taxas de juros têm sido reduzidas dramaticamente. Salários reais estão aumentando pela primeira vez em três anos. A produtividade subiu drasticamente. O capital de risco em pequenas empresas — a melhor fonte de geração de empregos e inovação de tecnologia — aproxima-se de um recorde. A taxa de poupança pessoal é a mais alta dos últimos seis anos. Nossas Bolsas de Valores alcançaram um avanço histórico num volume jamais registrado; e a nossa indústria básica, a construção de habitações, começa a reagir. Vemos também sinais de fortalecimento nas vendas de automóveis.

Acreditamos que estamos no limiar de uma expansão econômica duradoura e de bases amplas nos próximos anos. E como o maior mercado do Mundo, uma próspera e crescente economia americana significará

oportunidades comerciais maiores para todos os nossos amigos no Mundo em desenvolvimento.

O Brasil prepara-se para tirar vantagens dessas oportunidades. O seu país vem realizando as difíceis reformas necessárias para renovar a expansão.

Isto me leva ao meu segundo ponto. Todos nós estamos tentando nos livrar desta tenaz recessão. Mas sempre podemos piorar uma má situação ao danificar aquelas poderosas máquinas de crescimento — os sistemas comerciais e financeiros mundiais.

Durante os últimos vinte anos, o Brasil exportou uma crescente variedade de produtos industriais e agrícolas, enquanto desenvolvia seus próprios recursos de matérias-primas. Seu papel no sistema de comércio internacional é agora indispensável. Seu potencial é enorme.

Alguns países no Mundo industrializado vêem seu sucesso com apreensão. Temem ser sobrepujados pela sua concorrência. Temem que um setor após o outro seja desindustrializado e redistribuído para o mundo em desenvolvimento. Do mesmo modo, há países no mundo em desenvolvimento que atribuem a pobreza persistente às potências industriais, a quem acusam de exploração.

Não posso aceitar nenhum desses argumentos. Basta olhar para as exportações norte-americanas aos países em desenvolvimento deste Hemisfério — que aumentaram em seis vezes numa década, na mesma proporção das importações — para constatar que nova concorrência traz novas oportunidades.

Com tantos desempregados no meu país, no seu, e em tantos outros — o protecionismo vem se tornando um fantasma que assombra o Mundo. Um perigo é a proteção contra as importações, criando barreiras para

evitar a entrada de mercadorias e serviços competitivos de outras nações no seu próprio mercado. Outro perigo é a proteção às exportações, utilizando meios de apoio artificiais para ganhar vantagens competitivas para suas próprias mercadorias e serviços nos mercados alheios.

O propósito dessas ações pode ser de preservar empregos, mas o resultado prático, como sabemos de experiência histórica, é a destruição de empregos. Protecionismo induz a mais protecionismo. E isto conduz apenas à retração econômica e, por fim, a uma perigosa instabilidade.

Isto me leva ao meu terceiro ponto.

A nossa crise atual não existe entre o Norte e o Sul, mas sim entre aspirações universais de crescimento e a mais prolongada recessão mundial do pós-guerra.

Reconheçamos outra realidade fundamental da vida econômica: esta recessão teve um impacto especialmente penoso nos países em desenvolvimento. Estes têm sofrido o declínio da demanda nos mercados mundiais e um menor acesso aos mercados financeiros. Isto complica muito nossa recuperação coletiva.

Assim, se é inevitável que devedores devem agir para restringir seus déficits, é igualmente importante que países que, como o Brasil, adotam eficazes planos de estabilização tenham asseguradas contínuas fontes de financiamento. Credores e devedores devem lembrar que cada um possui um enorme interesse no sucesso do outro.

Concordo com seu Presidente em que precisamos de solidariedade e compreensão. Em fevereiro último, falei perante a Organização dos Estados Americanos, em Washington. Prometi que nosso governo buscaria um novo relacionamento com as Nações do Caribe e das

Américas Central e do Sul. Disse que nos aproximariam de nossos vizinhos não como alguém com mais outro plano, mas como amigo, pura e simplesmente — um amigo que busca suas idéias e sugestões sobre como poderíamos nos tornar melhores vizinhos.

Isto foi o que fizemos em Brasília. Discutimos nossos problemas, compararamos anotações, e buscamos soluções. Permitam-me repetir: desejamos seguir adiante com os Senhores para ajudar na evolução do sistema internacional por meios que melhor assegurem nossa prosperidade mútua — e nós seguiremos adiante.

Para lidar com a crise de liquidez, concordamos que os recursos do FMI deveriam ser aumentados. Também propusemos uma modalidade especial de empréstimo para assegurar que o FMI tenha recursos adequados para desempenhar a sua função. Todas as principais nações em desenvolvimento deveriam ingressar no sistema de comércio mundial como parceiros integrais. Assim elas poderão partilhar mais completamente dos benefícios do comércio e, ao mesmo tempo, assumir mais completamente as obrigações do sistema de comércio. Tudo que pedimos é que examinemos juntos as vantagens mútuas decorrentes do comércio que podem ser auferidas através da ação reciproca. Tenho enorme confiança nos métodos que trouxeram benefícios jamais vistos no passado.

Precisamos aperfeiçoar os mecanismos para a solução de disputas comerciais para retirar as querelas econômicas da arena política e basear a solução de conflitos em critérios que todos respeitemos.

Precisamos completar assuntos ainda pendentes — o comércio na agricultura que resistiu à liberalização no

período pós-guerra, e regras acertadas sobre salvaguardas em caso de danos que proporcionem clareza e eqüidade.

Temos que pensar nos desafios dos anos 80, tais como o comércio de produtos e processos de alta tecnologia, e criar regras que assegurem que não estaremos impedindo o crescimento potencial da revolução tecnológica.

Finalmente, lembremo-nos que tal como o progresso é impossível sem a paz, o crescimento econômico é um pilar essencial para a paz, acenando com horizontes mais brilhantes para todos os que sonham com uma vida melhor.

Para dissuadir a agressão, os Estados Unidos devem permanecer e permanecerão militarmente fortes. Quando me encontrei com a Sua Santidade o Papa João Paulo II, transmiti-lhe o compromisso do povo norte-americano de fazer todo o possível pela paz e a redução de armamentos, pelas crianças do Mundo, estamos trabalhando para reduzir o número e o potencial destruidor das armas nucleares; estamos trabalhando para pôr fim ao impasse entre Israel e seus vizinhos árabes; e estamos trabalhando, assim como o Brasil, para preservar a paz neste Hemisfério.

Quando o Papa João Paulo II aqui esteve em 1980 ele disse aos jovens brasileiros: «Só o amor constrói». Do momento que chegamos a esta terra de beleza espetacular e energia ilimitada, sentimo-nos sensibilizados pela calorosa acolhida do povo brasileiro.

Conhecemos agora o coração do Brasil; diremos adeus certos de que seu coração é forte; que seu coração

é sincero; que seu coração é bom. O Brasil construirá; o Brasil crescerá. Ao seu lado, estarão os Estados Unidos como o seu parceiro no Novo Mundo, um parceiro para o progresso, um parceiro pela paz.

Estamos com o Brasil e não mudamos.

Muito obrigado.

03 DE DEZEMBRO
BASE AÉREA
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, SENHOR RONALD REAGAN, AO DEIXAR O BRASIL

Deixo o Brasil impressionado e revigorado. Senti o calor e a energia do povo brasileiro, e sua dedicação à Paz e à Liberdade.

Minhas reuniões com o Presidente Figueiredo e seus Ministros foram bem-sucedidas em espírito e conteúdo. Mantivemos proveitosos debates sobre sistemas internacionais de comércio e finanças, e sobre as dificuldades que ambos os nossos países enfrentam neste período de lento crescimento econômico em todo o Mundo. Discutimos a importância do comércio e de mercados abertos para assegurar um crescimento duradouro. De minha parte, obtive uma compreensão mais profunda a respeito das perspectivas do Brasil.

O Presidente Figueiredo e eu resolvemos encontrar soluções mutuamente aceitáveis para aquelas áreas onde temos diferenças e permanecer abertos às possibilidades de nova cooperação, especialmente na área científica e na indústria militar. Parto confiante em que o Brasil, tal

como os Estados Unidos, tem a habilidade e determinação de forjar o caminho em direção a um crescimento e prosperidade renovados.

Quando aqui cheguei, lembrei ao Presidente Figueiredo o dito popular que diz: «Ninguém segura este país», e agora sei que isto é verdadeiro.

Nós levamos em consideração as ameaças à paz no Hemisfério e no Mundo, os perigos de uma corrida armamentista nuclear, a crise no Oriente Médio e as perspectivas no sul da África. Confirmei nossa intenção de manter uma defesa forte como a melhor garantia de paz para nós e nossos amigos.

Tornei claro ao Presidente Firedo nosso desejo de dar continuidade às nossas estreitas consultas. Sem dúvida, há questões sobre as quais temos diferenças. Porém, nosso mútuo interesse na cooperação é infinitamente mais forte. Espero que minha visita tenha ajudado — da mesma maneira que a visita do Presidente Figueiredo aos EUA — na melhoria de um relacionamento já caloroso.

Em nome de toda a nossa comitiva, quero agradecer aos Senhores e a todo o povo brasileiro pela maravilhosa hospitalidade com que nos receberam.

Uma vez que espero que este não seja o nosso último encontro, não vamos dizer adeus, mas sim até logo. Partimos levando o sentimento de sua amizade junto a nossos corações.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO